

# Política e Liderança

## Teorias e práticas

Organização: Rosemary Segurado,  
Rodrigo Estramanho e Vera Chaia



PUC-SP

Núcleo de Estudos em Arte,  
Mídia e Política - NEAMP

# Política e Liderança

## Teorias e práticas

Organização: Rosemary Segurado,  
Rodrigo Estramanho e Vera Chaia

São Paulo  
PUC-SP  
2018

**Organização**

Rodrigo Estramanho de Almeida  
Rosemary Segurado  
Vera Chaia

**Produção**

Rodrigo Estramanho de Almeida  
Rosemary Segurado  
Vera Chaia

**Revisão**

Deysi Cioccarì

**Diagramação**

Giulia Elisa Garcia de Souza

**Capa**

Yasmin Mancini

---

Política e liderança: (recurso eletrônico) teorias e práticas / orgs. Rosemary Segurado, Rodrigo Estramanho de Almeida, Vera Chaia. – São Paulo: PUCSP, 2018. 105p  
Bibliografia.

recurso online: e-book

O presente livro reúne ensaios dos últimos cinco anos tendo por base a experiência teórico-metodológica dos pesquisadores do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUCSP

ISBN: 978-85-60453-45-0

1. Liderança política. 2. Liderança política - Brasil.  
3. Ciência política. I. Segurado, Rosemary. II. Estramanho de Almeida, Rodrigo. III. Chaia, Vera Lucia Michalany.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	5
<b>Liderança Política: parresía e virtú</b> <i>Silvana Tótora e Miguel Chaia</i> .....	7
<b>Liderança política e a representação liberal democrática</b> <i>Silvana Tótora e Vera Chaia</i> .....	22
<b>A partir de Shakespeare, o pensamento político expandido</b> <i>Miguel Chaia</i> .....	33
<b>História e política do Brasil na pintura de Pedro Américo</b> <i>Rodrigo Estramanho de Almeida</i> .....	40
<b>Liderança política forjada: transmissão familiar de capital político</b> <i>Genira Chagas e Carla Montuori Fernandes</i> .....	55
<b>Mulheres na política: atuações institucionais e partidárias no espectro da esquerda</b> <i>Rosemary Segurado, Pedro Malina, Tathiana Senne Chicarino e Joyce Miranda Leão</i> .....	64
<b>O Brasil da telenovela e do jogo político</b> <i>Cristina Maranhão, Silvana Martinho e Vera Chaia</i> .....	76
<b>Mensuração da e-participação em políticas públicas: o índice de participação – política e influência (IPPI) da sociedade civil</b> <i>Claudio L. C. Penteado, Marcelo B. P. dos Santos e Rafael de P. A. Araújo</i> .....	89

## Apresentação

O líder político personifica os interesses políticos em disputa e é em torno de sua figura que são construídas as relações de poder. A liderança política pode ser exercida de diversas formas assumindo diferentes nuances, o que coloca em debate seu significado e papel.

Nas disputas públicas em sociedades democráticas, ou mesmo em sociedades não democráticas contemporâneas, a figura da liderança é expressiva, pois canaliza ações e conduz operações e negociações políticas e/ou econômicas.

Ao logo dos últimos cinco anos, tendo por base a experiência teórico-metodológica dos pesquisadores do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUCSP), adquirida através de estudos e orientações de teses e dissertações, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de traçar novas interpretações, aprofundando o debate sobre o tema das lideranças políticas no Brasil, recuperando historicamente seu surgimento, problematizando seu significado em busca da compreensão e sentido histórico, bem como de suas características particulares.

Assim, o presente livro reúne ensaios de professores e pesquisadores que no contexto do Projeto Temático 'Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais', financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)<sup>1</sup>, se voltaram ao estudo da liderança política ora dedicados às questões teóricas, ora às questões históricas, fazendo funcionar acepções e conceitos em estudos e análises de temas e casos específicos, sobretudo àqueles relacionados à lideranças políticas na realidade brasileira.

No primeiro ensaio do volume, *Liderança Política: Parresía e virtú*, Silvana Tótora e Miguel Chaia abordam uma temática recorrente no pensamento político sobre a relação entre a ética e a política e as ressonâncias na constituição e atuação da liderança política. O capítulo prioriza o confronto de duas abordagens que diferem pela dimensão reflexiva do pensamento e pela orientação das ações políticas. Os autores consideram a ação política vinculada ao personagem que a empreende em um jogo de relações de poder agonístico, relativo à disputa, luta e conflito, a partir da seleção de dois momentos históricos marcados por noções radicalmente distintas do papel do personagem político e da relação entre a ética e a política: o período clássico da antiguidade grega e o renascimento italiano.

Adiante, em *Liderança política e a representação liberal democrática*, Silvana Tótora e Vera Chaia problematizam a liderança política como especialização profissional no âmbito das instituições políticas da democracia liberal representativa. As autoras destacam os pensamentos de Max Weber e Schumpeter referentes à emergência do líder no jogo de disputas na esfera de representação política. A qualidade e atuação da liderança dependem, nessa perspectiva, do bom funcionamento das instituições da democracia representativa, além de identificarem, na atualidade, a judicialização da política e a perda de legitimidade da liderança política nos espaços de representação na democracia liberal.

No terceiro ensaio do livro, Miguel Chaia, em *A partir de Shakespeare: o pensamento político expandido*, analisa as peças trágicas e históricas produzidas por William Shakespeare (1564 – 1616) no sentido de compreender a política a partir de uma perspectiva que expressa densa análise política das relações de poder nas nações, reinos ou repúblicas europeias, no Império Romano, na Inglaterra e em países vizinhos. O autor detecta na obra do dramaturgo britânico uma potência vivente que afeta a área do saber político, uma vez que, permanentemente, descobre-se nos seus textos uma rede de acon-

---

<sup>1</sup> Projeto FAPESP processo nº12/50987-3

tecimentos políticos e conhecimento sistematizado que tendem a se desdobrar em análises e críticas de estruturas sociais e conjunturas políticas.

A partir do quarto capítulo os textos do livro são voltados à análise de objetos típicos da realidade brasileira. É o caso de *História e política do Brasil na pintura de Pedro Américo*, de Rodrigo Estramano de Almeida. No ensaio, o autor toma por objeto as representações das lideranças políticas nos quadros de um dos mais importantes artistas do século XIX no Brasil, com o objetivo de compreender a cristalização de líderes políticos brasileiros do império e de inícios da república no imaginário nacional.

A seguir, em *Liderança política forjada: transmissão familiar de capital político*, Carla Montuori e Genira Chagas analisam o coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889 – 1930). Trata-se de um ensaio sobre como as novas lideranças políticas regionais se projetavam com base na transmissão de capital político familiar, sobretudo com o apoio da mídia. O estudo abordou o mecanismo pelo qual algumas lideranças se perpetuam no poder, analisando a continuidade de algumas famílias em instituições públicas e o controle exercido sobre os grupos de comunicação que proporcionam a visibilidade de alguns personagens.

O penúltimo capítulo do volume, intitulado *Mulheres na política: atuações institucionais e partidárias no espectro da esquerda*, de Rosemary Segurado, Tathiana Chicarino, Pedro Malina e Joyce Martins, consiste em uma análise da percepção da liderança política das deputadas Jandira Feghali, Luciana Santos e Manuela D'Ávila, parlamentares integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com destacada atuação nacional. O capítulo foi elaborado a partir de entrevistas realizadas em 2016 com as deputadas e centrou na reflexão sobre a participação política de mulheres, aspecto fundamental no debate político nacional e internacional, tendo em vista o crescimento da discussão sobre a necessidade de se garantir vozes femininas na arena democrática.

Vera Chaia, Silvana Martinho e Cristina Maranhão analisam o processo político brasileiro no texto *O Brasil da telenovela e do jogo político*. O objeto de análise foram as em duas telenovelas, *O Velho Chico* e *Liberdade, Liberdade*, ambas da Rede Globo de televisão.

As obras ficcionais trouxeram em seus enredos a agenda e pautas da política nacional, destacando o cenário político do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2014 – 2016).

Enfim, encerrando o livro teremos a sistematização da pesquisa realizada por Claudio Pentead, Marcelo Burgos e Rafael Araújo na qual analisaram a relação entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a participação política com o objetivo de compreender a atuação cidadã no processo político. A inovação da pesquisa consiste na criação de um Índice de Participação Política e Influência (IPPI) que possibilita a identificação do grau de influência exercido pelas organizações da sociedade civil sobre o processo de tomada de decisões de políticas públicas a partir do uso das TICs

Esperamos assim que a presente publicação possa ativar reflexões sobre o tema da liderança política nas suas possíveis e múltiplas interações com a arte, com a mídia e com a história, sobretudo a brasileira.

**Os organizadores.**

## Liderança política: *parresía* e *virtú*

Silvana Tótoro e Miguel Chaia<sup>2</sup>

A década de 1980, dentre outros acontecimentos, foi atravessada por um intenso debate sobre a democracia<sup>3</sup>, que mobilizou os intelectuais de diferentes correntes de pensamento, assim como instigou as lutas sociais contra os regimes autoritários tanto na Europa quanto na América Latina. Na esteira desses movimentos e ideias vinha também uma ácida crítica aos regimes socialistas do leste europeu. Travaram-se, nesta época, uma disputa em torno do sentido da democracia.

As transições das ditaduras civis-militares na América Latina transcorreram num clima favorável à adoção de regimes democráticos baseados no método de escolha dos governantes por meio do sufrágio universal e a competição partidária, garantidas a liberdade de expressão e a de organização. No caso brasileiro, a sociedade se engajou em mobilizações de rua que reuniram em São Paulo, por exemplo, no ano de 1984, com cerca de um milhão de pessoas para reivindicar eleições diretas para a presidência da República. Dessas mobilizações emergiram lideranças políticas que, mais tarde, se elegeram para cargos executivos e legislativos em níveis estadual e federal. O processo culminou com a Constituição de 1988 que incorporou muitas das modalidades de participação política geradas pelos movimentos democráticos.

A democracia enquanto forma de regime político granjeou no Ocidente europeu e latino americano um grande número de adeptos, inclusive entre os setores das esquerdas marxistas ou socialistas que se tornaram críticos do regime soviético. A queda do Muro de Berlim e a derrocada, ao longo dos anos de 1990, dos regimes socialistas do leste europeu, foram sucedidas por um clima de entusiasmo e consenso em torno da democracia liberal, e essa expandida por mecanismos institucionais de participação direta da população para além do voto nas eleições regulares.

Por sua vez, a adesão a um regime democrático não significou um consenso em torno do sentido da democracia. O debate do final do Século XX foi marcado por divergências e críticas ao alcance da democracia. Aliás, cumpre-nos interrogar de modo crítico qual a dimensão não-consensual implicada na modalidade de governo liberal democrática. Trata-se, pois, de colocar a democracia vigente em questão, ou melhor, colocá-la como um problema. E, mais além, lançar uma suspeita a própria ideia de consenso como parâmetro da política<sup>4</sup>. Nesse sentido as pesquisas de Foucault visam questionar a política, sem, contudo, determinar uma concepção política prévia nem a realização de um projeto definido. Se sua crítica recusa apontar soluções é porque elas implicam uma gama de perspectivas conflitivas não redutíveis ao consenso. Daí o caráter exaustivo e aberto de suas pesquisas históricas.

---

<sup>2</sup> Professores doutores do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUCSP, pesquisadores do Núcleo de Arte, Mídia e Política (NEAMP) da referida universidade. Responsáveis pela linha teórica do Projeto Temático FAPESP, 'Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais'.

<sup>3</sup> Cf. TÓTORA, Silvana. **A questão democrática**: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro da década de 1980. Tese (Doutorado) – PUC/SP, 1998.

<sup>4</sup> Cf. FOUCAULT. (2004). Nesta entrevista na Universidade de Berkeley, abril de 1983, Foucault dirige sua crítica a uma concepção da política como ação comum, numa esfera intersubjetiva, que visa ao consenso, sem considerar as relações de dominação existentes na atualidade. O autor refere-se ao predomínio de uma leitura habermasiana de H. Arendt que prolifera nos círculos acadêmicos.

Longe de qualquer totalização da política, por serem elas falhas e limitadas, Foucault procura cavar problemas no solo concreto da história que revirem a política do avesso, fazem saltar as lutas, as lições, as disputas sangrentas, as conquistas, o jogo da dominação. O campo das relações de poder se alarga e atravessa a sociedade. Este seria um bom percurso de análise da liderança política, a saber, evitar os conceitos por demais gerais e circunscrevê-los no âmbito da história, na sua descontinuidade e variação.

Foucault no seu curso de 1983, “O governo de si e dos outros”, se insere no fluxo do debate em torno da democracia, deslocando sua análise para a Antiguidade, especificamente para o período da vigência da democracia, os séculos V e IV a.C.. Dentre as inúmeras questões políticas suscitadas na ocasião, Foucault, livre de vínculos doutrinários, destaca a atuação ética dos indivíduos na política com base na pesquisa do termo antigo *parresía*. Com suas pesquisas espera explicitar a relação da filosofia com a política, assim como contribuir com a discussão da democracia<sup>5</sup>. Longe de uma adesão ou rejeição da democracia, Foucault a problematiza<sup>6</sup>. E sua leitura dos antigos irá ajudá-lo a problematizar o *ethos* político.

Antes de darmos início à explicitação da relação entre *parresía* e democracia na Antiguidade, cumpre-nos situar a pertinência atual deste debate no contexto desse início de Século XXI. Diferentemente da adesão, nos anos 1980, ao regime da democracia representativa, as revoltas e mobilizações urbanas que se alastram há mais de uma década em todo o Ocidente atestam uma profunda rejeição à política e aos atores que dela participam. As democracias rotinizaram a seleção de seus “líderes”<sup>7</sup> por procedimentos democráticos (disputa partidária em eleições livres), mas sobre eles pesam inúmeras críticas desafiando as análises que faziam da apatia política, o maior perigo das democracias. E mais, as críticas incidem contra os que governam independente de serem escolhidos por métodos democráticos ou antidemocráticos.

Estaríamos diante de um esgotamento de uma política com base na liderança profissional, segundo o conceito de Max Weber? Associado a esse status, somam-se o descrédito dessas “lideranças”, advindo do seu alto ganho monetário, decorrente do uso do cargo político para a defesa de interesses próprios ou por favorecimento de grandes grupos econômicos. Corrupção, baixa qualidade política compreendida no âmbito do interesse público, perda da confiança dos eleitores, dentre outros fatores, denotam a falência de um modelo de representação política liberal democrática que há mais de um século vem sendo alvo de críticas, mas também defendido e praticado.

---

<sup>5</sup> Foucault no curso de 1983 situa a relevância de sua pesquisa sobre a relação democracia e *parresía* na Antiguidade para a época atual. De acordo com ele, “numa época como a nossa em que se gosta de colocar os problemas da democracia em termos de distribuição do poder, de autonomia de cada um no exercício do poder, em termos de transparência e de opacidade, de relação entre sociedade civil e Estado. Talvez fosse interessante recuperar a questão do discurso verdadeiro e da cesura necessária, indispensável e frágil que o discurso verdadeiro não pode deixar de introduzir numa democracia” (FOUCAULT, 2010, p. 170).

<sup>6</sup> Vale lembrar que em 1981 os franceses elegeram um presidente do Partido Socialista, François Mitterand, apoiado pelo Partido Comunista Francês. Para Foucault, no entanto, não cabe ao intelectual ou ao filósofo avaliar as ações do governante, e, tampouco dizer aos políticos o que eles tem que fazer. Sua atuação se destaca como pesquisador, e não como porta voz dos que estão diretamente envolvidos nas relações de poder.

<sup>7</sup> A utilização das aspas coloca a utilização do termo sob suspeita.

<sup>8</sup> Cf. FINLEY. M.I. (1988. p. 17-53). Finley discorre comparativamente sobre a democracia ateniense dos séculos V e IV a.C. e a democracia representativa dos anos 1970.

Finley (1988)<sup>8</sup> se posiciona criticamente em relação à concepção predominante da democracia moderna, particularmente, a redução do seu significado por Schumpeter como método de escolha dos governantes. Para esse autor, o poder de tomar decisões é adquirido por meio da disputa dos partidos pelos votos do eleitorado. O problema para Finley reside no descolamento entre as decisões dos governantes e a passividade dos governados. Os primeiros governam livres da corresponsabilidade produzida por uma participação ampla dos cidadãos. A participação dos governados limita-se às eleições.<sup>9</sup> Segundo Finley (1988), a teoria da democracia de Schumpeter carrega uma herança das teorias elitistas de Mosca, Pareto e Michels. Nessa linha, a liderança política seria exercida por uma elite protegida da pressão das massas, ou da participação ativa daqueles que não têm a responsabilidade direta pelo exercício do governo. Ou seja, os líderes dos partidos decidem pelo povo. Schumpeter difere dos demais elitistas no que tange à adoção do método democrático de escolha da elite que exercerá a liderança política em nome de todos.

Finley (1988) critica, nos anos 1970, o predomínio da concepção de democracia representativa enunciada por Schumpeter e se posiciona a favor da democracia direta da Antiguidade. Neste texto podemos inferir a defesa de uma concepção de liderança fortemente vinculada aos liderados, conforme praticada pelos atenienses, e não, como ele denomina, com base na época atual, de “falsos líderes” medíocres e manipulados por trás da cena (Ibid. p. 37). Na democracia antiga dos atenienses o reconhecimento da liderança não implicava a renúncia ao poder decisório. A liderança era direta, pessoal e responsável perante a assembleia dos cidadãos. O líder aconselha, enfrenta outras posições e as decisões são tomadas e assumidas em conjunto com todos os cidadãos reunidos.

Numa abordagem diferente, Foucault (2010b)<sup>10</sup> vai além da crítica circunscrita à democracia representativa moderna. Ele refere-se a uma “crise de governo” na atualidade, mais explicitamente de uma “crise de governamentalidade”<sup>11</sup>. “Por governo [o autor entende] o conjunto das instituições e práticas através das quais se guiam os homens desde a administração até a educação. E esse conjunto de procedimentos, de técnicas, de métodos que garante a orientação dos homens, uns pelos outros” que, segundo ele, estaria em crise hoje (Ibid., p. 345).

Com essa colocação de Foucault, podemos construir o problema da liderança política, com base no conjunto de mecanismos, procedimentos e técnicas que fazem funcionar uma dada relação de poder, ou exercício de governo de uns sobre os outros. A liderança, neste caso, consistiria numa tecnologia de poder, mais precisamente, de governo.

Foucault situa a crise de governo na atualidade como de proporções semelhantes a que se deu com o fim da Idade Média e desencadeou, no Século XVI, “um rearranjo na maneira como se governavam

<sup>9</sup> Na mesma direção de Schumpeter, afirma Lipset (apud FINLEY, 1988, p. 25) “o elemento característico e mais valioso da democracia é a formação de uma elite política na luta para disputar os votos de um eleitorado em sua maior parte passivo”.

<sup>10</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. (2010b). Em conversa com D. Trombadori, em Paris, no final de 1978, Foucault discorre longamente sobre sua trajetória intelectual, suas pesquisas, escolha dos temas e problemas e esclarece o que entende por crise de governo no presente.

<sup>11</sup> Foucault empregou pela primeira vez o termo governamentalidade no curso de 1978, Segurança, Território e População, para designar o governo das condutas dirigido à população com os recursos da economia política e dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008). Trata-se, portanto, de conceito construído para a análise do exercício do governo na época moderna. No curso de 1983, entretanto, Foucault emprega o termo governamentalidade num sentido largo de exercício do poder. Nesse mesmo sentido do termo governamentalidade, Foucault emprega a palavra *dynasteia*, como veremos a frente.

os homens tanto em suas relações individuais quanto políticas e sociais” (FOUCAULT, 2010b, p. 345). Trata-se de uma crise que atinge o conjunto dos procedimentos pelos quais os homens dirigem uns aos outros. E, cabe frisar que estes mecanismos de governo não são postos em questão por quem governa, mas pelos que são dirigidos (Ibid., p. 346) na forma de resistências, às vezes de revoltas às questões do cotidiano e também às grandes decisões. Os mecanismos de governo manifestam suas falhas de funcionamento. E isso coloca dificuldades para o exercício do governo.

Não basta contentar-se com a afirmação sobre a existência, no presente, de uma crise de governo. Cumpre, por sua vez, precisar os efeitos de poder dessa crise<sup>12</sup>. De acordo com Foucault, as relações de poder ou exercício de governo produzem saberes ou verdades. Foucault (2010) recupera dos gregos o termo *aleurgia*, cujo significado diz respeito ao conjunto de procedimentos de manifestação da verdade. Esse termo é empregado para todo o exercício de poder que se realiza pela enunciação da verdade. Segundo LEME (2008, p. 184-185), com o emprego desse termo, Foucault pode desvencilhar-se da dicotomia entre verdade e poder e desenvolver a ideia de “governo pela verdade” e, com isso, realizar um deslocamento do eixo do poder para o *ethos*.

Leme (2008) chama a atenção para as colocações de Foucault (2001) no seu curso “Os anormais”<sup>13</sup>, para o uso do grotesco, do ridículo, do infame, de certos personagens políticos como um dos procedimentos essenciais ao exercício de governos arbitrários. Esses personagens que Foucault denomina de “ubuesco”, ao invés de desqualificarem o exercício do governo reforçam a ideia que mesmo com eles, e apesar deles, o poder funciona, e com todo rigor, na “ponta extrema da sua racionalidade violenta” (FOUCAULT, 2001, p. 17). Com isso o seu efeito seria o da inevitabilidade de um governo. Maquiavel, com os relatos do governo de Cesar Borgia e de seu pai, o Papa Alexandre VI<sup>14</sup>, aproxima-se dessa ideia. Trata-se para Maquiavel da conquista e manutenção do poder político e, neste sentido, o autor em nada reprova as ações do duque Valentino. Com a descrição de sua atuação ele formula o seu conceito de *virtú*.<sup>15</sup>

Para uma formulação conceitual de liderança política seria profícua a sugestão de Foucault (2001 p. 15-17) sobre o funcionamento do “soberano infame”. Se situarmos o problema da liderança política como um conjunto de mecanismos para fazer funcionar o governo e produzir efeitos de poder, o líder infame, grotesco, a autoridade ridícula e todos os graus do que se poderia nominar de “indignidade do poder”, passam a ser relevantes para a análise e formulação conceitual. Além dos exemplos óbvios de Mussolini, Hitler, Bush, podemos acrescentar, no caso brasileiro, os de Jânio Quadros, Paulo Maluf e Collor de Melo. Acerca dos “governantes infames”, ou no caso desse estudo, de precisar um tipo de “liderança infame”, podemos adotar a analítica de Foucault,

Mostrando explicitamente o poder como abjeto, infame, ubuesco ou simplesmente ridículo, não se trata, de limitar os seus efeitos (...). Parece [segundo o autor] que se trata, ao contrário, de manifestar da forma mais patente a incontornabilidade, a ine-

<sup>12</sup> Seguimos aqui a análise da crise feita por José Luis Câmara Leme (2008, p. 181-197).

<sup>13</sup> Cf. FOUCAULT, Michel (2001). Além de uma gama de obras literárias sobre o grotesco do funcionário político em Kafka, Balsac, Dostoiévski e de governantes em Shakespeare, o cinema também se dedicou a esse tema. Para citar apenas um exemplo nessa direção, vale uma análise da brilhante comédia francesa de Bertrand Tavernier, “O palácio francês”, em cartaz em abril de 2014.

<sup>14</sup> Cf. MAQUIAVEL, O príncipe, cap. VII.

<sup>15</sup> Retomaremos esse conceito com uma formulação mais precisa em outro momento desse texto.

vitabilidade do poder, que pode precisamente funcionar com todo rigor e na ponta extrema da sua racionalidade violenta, mesmo quando está nas mãos de alguém efetivamente desqualificado (FOUCAULT, 2001, p. 17).

Na atualidade o que mais incomoda é o ridículo dos líderes que ocupam o poder. Se por um lado eles sempre tiveram presença garantida no cenário político, por outro lado, neste início de século XXI, eles dominaram a cena política<sup>16</sup> seja nas democracias, seja nas autocracias. Com isso não se quer dizer que não haja diferença entre as formas de governo. Contudo, semelhantes têm sido as formas de governar. E isso ficou patente nas revoltas e insurreições urbanas que se alastraram neste início de século por todo o mundo colocando em xeque o governo. Presenciou-se, na atualidade, uma grande recusa de obedecer a qualquer governo, independente do regime político, da origem ou qualidade da liderança.

Por um lado, multiplicam-se as insurreições urbanas que independente das motivações que unem as pessoas que delas tomam parte, fraturam a política e conduzem a rupturas que podem dividir as épocas. Não se pode tomar essa crise do presente como possível de ser governada. Por outro lado, uma maioria – não em razão do seu maior número, mas sim, porque operam dentro da mecânica do governo –, insiste na estupidez e baixa qualidade dos políticos, além de acusá-los de corruptos. E com esses políticos “ubuescos” estão, segundo Leme (2008, p. 194), os pesquisadores que os assessoram (por meio de consultorias políticas), ancorados num saber que retira a espessura dos fatos históricos e culturais e os reduz à racionalidade de uma teoria dos jogos e análise dos sistemas.

Foucault (2010b), em conversa datada de 1978, como já mencionado anteriormente, refere-se à “crise de governo” no presente e a compara com a crise que provocou a dissolução da Idade Média. Seu intuito foi o de destacar um ponto de ruptura entre dois momentos históricos: um que termina e outro que se inicia, e do qual nada se pode prever, pois Foucault não arrisca nenhuma profecia. Será por meio da história, contudo, a partir de um problema posto no presente, que Foucault vai tomar distância do seu tempo e assim fazer a sua crítica. E, quiçá, contribuir para interceptar qualquer arranjo que restaure os mecanismos de governo vigente. Como dito por Foucault, não se deve propor solução para que ela “não nasça, de uma só vez, da cabeça de um intelectual reformador (...)” (Ibid. p. 338). O autor referindo-se às suas pesquisas e atuação política recusa o lugar de porta-voz. Para ele, cabe aos agentes diretamente envolvidos o uso da palavra e da imaginação política. Isto porque os problemas arraigados na nossa vida cotidiana, tais como aqueles privilegiados em suas pesquisas – sexo, crime e loucura –, não são de fácil e rápida solução.

O trabalho intelectual consiste em situar-se no seu tempo e fazer um diagnóstico do presente, afirma Foucault<sup>17</sup>, não para justificá-lo ou reforçá-lo, mas para ultrapassá-lo. O intelectual situa-se

<sup>16</sup> A lista pode ser extensa, mas podemos citar alguns deles: Bush; Berlusconi; Putin; Sarkozy, etc.

<sup>17</sup> Cf. FOUCAULT. (2000). Foucault retoma a reflexão de Kant de 1784 publicada em periódico alemão acerca da resposta à questão da *Aufklärung*. Foucault afirma que essa reflexão inaugura uma “atitude de modernidade”, descrita como um “modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir (...) como aquilo que os gregos chamavam de *êthos*” (Ibid. p. 342). Assim, a novidade da reflexão de Kant seria essa atitude de modernidade “como uma diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica particular” (Ibid., p. 341). Nessa mesma direção Cf. AGAMBEN. (2010). Com base em Nietzsche, Agamben define a contemporaneidade como uma singular relação com o tempo, que na medida em que dele se aproxima também dele toma distância (Ibid., p. 59). Uma aderência à determinada época, em que se está envolvido, incapacita a reflexão crítica. Uma segunda definição de contemporâneo é a percepção na sua época não das luzes, mas do escuro (Ibid. p. 62).

nas fissuras do presente e as aprofunda impedindo que elas se reconstituam e se sedimentem. Como recurso metodológico à crítica do presente recorre à história para mostrar que ela é descontínua, e que determinados arranjos são a confluência de inúmeros acasos e encontros singulares irrepetíveis. Munido desse pensamento e movido pela crítica do presente, Foucault dá início a sua pesquisa da Antiguidade, interrompida por sua morte precoce.

Destacamos o seu curso de 1983, “O governo de si e dos outros”, em que Foucault dedica-se, mais especificamente, ao problema da política, particularmente, da democracia antiga, além da relação da filosofia com a política com base em Platão. Para desenvolver os temas-problemas selecionados, o autor, com certo ineditismo em relação aos estudiosos da Antiguidade, chama a atenção para o termo *parresía*, despercebido por eles. No curso de 1983, ele dedica-se ao estudo da *parresía* política seja na democracia seja na autocracia. Nesse último caso, irá destacar a ação do filósofo em relação à política.

### Uma interrogação sem fim da atualidade

Por *atualidade* entendemos, com base em Foucault, a interrogação do presente no qual nós fazemos parte e em relação ao qual devemos nos situar e precisar o campo das experiências possíveis (2010, p. 21)<sup>18</sup>. Foucault esclarece o sentido dado ao campo das experiências em suas pesquisas desenvolvidas em três eixos que ele reputa como a sua contribuição original e que traduzem deslocamentos ou discontinuidades na sua trajetória de pesquisa. O primeiro eixo foi o da formação dos saberes, não a partir de uma teoria do conhecimento, mas da materialidade própria dos discursos, das regras de enunciação e das formas de veridicção, ou seja, da verdade que é dita. O segundo eixo diz respeito à análise dos procedimentos e técnicas de governamentalidade. Trata-se do estudo do como o poder é exercido e dos seus efeitos na condução das condutas dos outros. Mais especificamente, consiste no estudo das tecnologias pelas quais uns governam os outros. Terceiro eixo, constituição dos modos de subjetividade que não diz respeito ao traçado de uma historicidade dos seus diferentes modos de ser, mas da análise das diversas modalidades de sua produção com base nas técnicas de si consigo mesmo. Esse último eixo permitiu a Foucault um deslocamento de sua pesquisa para a Antiguidade greco-romana. Grosso modo, temos: o eixo dos discursos, o eixo do governo ou governamentalidade e da sujeição, o eixo da ética do sujeito e da liberdade.

Isto posto cabe as seguintes questões: qual problema que o presente coloca para os objetivos desse estudo acerca da liderança política? Numa primeira formulação conceitual, pode-se situar a “liderança política” como um conjunto de procedimentos e tecnologias que visam ao comando das condutas de uns sobre os outros. Nesse caso, a liderança política seria conceituada, portanto, como tecnologia de governo.<sup>19</sup>

Situa-se esse estudo num problema do próprio presente que, grosso modo, se apresenta numa situação de crise, ou seja, as tecnologias e mecanismos da liderança política não funcionam mais, sem,

<sup>18</sup> Antes de estabelecer os objetivos do curso de 1983, Foucault retoma a questão posta por Kant em 1784 acerca do que é a *Aufklärung*. Essa questão situa a interrogação do filósofo no presente do qual toma parte e exige uma atitude crítica. Uma ontologia do presente ou de nós mesmos seria, para Foucault, o sentido político da interrogação filosófica.

<sup>19</sup> Esse enunciado conceitual serve de orientação metodológica para uma pesquisa empírica que deverá precisar as tecnologias de comando empregadas pelo “líder” que assegura ao mesmo tempo o seu status político de liderança e o funcionamento do governo. Neste caso o líder se apresenta dotado de capacidade de articulação política que resulta para si, seu estafe político e seguidores sejam do seu partido ou sejam de aliados recursos próprios e um *locus* de poder.

contudo, outros virem a tomar o seu lugar. Abre-se uma fissura que possibilita novos experimentos. Nessa perspectiva metodológica, os estudos da democracia antiga são valiosos. Eles não visam o resgate de nenhum modelo, mas do modo de problematização da liderança política que na atualidade repercutiria numa nova conceituação. Para atingirmos esse objetivo, retomaremos a pesquisa de Foucault do termo grego *parresía* no seu sentido político.

Foucault dedicou-se nos dois últimos cursos, 1983 e 1984, à genealogia da *parresía*. Particularmente no curso de 1983, ele objetiva ao estudo da *parresía* como procedimento de governo e, numa primeira tradução, como ao dizer a verdade o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e com os outros (FOUCAULT, 2010, p. 42). Nessa dupla articulação do termo se divisa uma abordagem do governo com base num *ethos*.

Foucault coloca três questões que orientam o seu percurso para uma “ontologia dos discursos da verdade (ou veridicção)”. A primeira refere-se à singularidade do modo de introduzir no real certo jogo de verdade. E essa pergunta exige que se considere o discurso da verdade como uma prática. A segunda diz respeito à invenção de um modo de ser do real com base na colocação do discurso de veridicção. Essa questão situa toda a verdade como um jogo de veridicção. E, por fim, a terceira alude ao modo de ser do sujeito condizente ao jogo da verdade. Essa última questão implica o tipo de sujeito, ou seja, coloca uma questão ética (FOUCAULT, 2010, p. 281).

Foucault, inicialmente, para definir a *parresía*, opta por dizer o que ela não é. Primeiro, não é um discurso que obedece a uma estrutura racional para a demonstração de uma verdade (FOUCAULT, 2010, p. 52). Segundo, não é uma técnica (*tékhnē*) ou arte de persuasão pertencente à retórica (Ibid. p. 53), porque essa não exige do discurso o compromisso com a veridicidade (uma das traduções de *parresía*). Terceiro, não se trata de uma pedagogia ou arte de ensinar (Ibid., p. 54), por se tratar a *parresía* de uma fala franca, cortante, abrupta. Quarto, não é uma discussão (Ibid., p. 55), porque não situa no terreno da controvérsia (erística) em que se busca fazer triunfar aquilo que se toma como verdadeiro.

A *parresía* também não pode ser apreendida como estratégia discursiva ou um enunciado performativo, ou seja, como dispositivo de poder<sup>20</sup>. Isto porque a *parresía* abre para aquele que pronuncia a verdade um “risco de vida” a partir do efeito desse discurso no interlocutor. Eis um dos elementos fundamentais do dizer a verdade, a coragem daquele que pronuncia o discurso verdadeiro. E nisso reside o seu sentido político: “a coragem da verdade”.

O risco que exige coragem por parte daquele que diz a verdade diferencia o discurso parresiástico de qualquer enunciado performativo que se pauta pelas seguintes características: primeira, codificação institucionalizada para o controle dos efeitos do discurso; segunda, autoridade do enunciador em razão do lugar institucionalizado que ocupa; terceira, a garantia pelo estatuto ocupado que ao emitir um enunciado esse se realize tal qual foi emitido.

<sup>20</sup> Por dispositivo de poder Foucault entende três coisas: Primeiro, “Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes seguimentos. [Segundo], demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. (...) [Terceiro], o tipo de formação que em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem portanto uma função estratégica dominante”. (FOUCAULT, 1992, p. 244, 246). O dispositivo é de natureza estratégica sustentando relações de forças sustentadas por configurações de poder e tipos de saber.

Feitos todos esses senões, Foucault faz, no nosso entender, a melhor formulação conceitual do termo *parresía*:

A *parresía* (...) é portanto uma certa maneira de falar. Mais precisamente, é uma maneira de dizer a verdade. (...) Uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo fato de dizer a verdade. (...) A *parresía* é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo-nos de certo modo como parceiros de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos ao enunciado da verdade e vinculando-nos à enunciação da verdade. Enfim, a *parresía* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda a *parresía* é a ética do dizer-a-verdade em seu ato arriscado e livre. Nessa medida, para essa palavra *parresía* (...) poderemos (...) propor [como tradução] o termo “veridicidade”. O parresiasta, aquele que utiliza a *parresía*, é o homem verídico, isto é, aquele que tem a coragem de arriscar o dizer-a-verdade e que arrisca esse dizer-a-verdade num pacto consigo mesmo, precisamente na medida em que é o enunciador da verdade. Ele é o verídico. (FOUCAULT, 2010, p. 63-64).

Essa conceituação descritiva tornar-se-á mais clara na medida em que Foucault analisar dois modos distintos de uso da *parresía*: primeiro, o uso político na democracia ateniense do séc. V a.C. por meio da peça *Ion*, do trágico Eurípides e dos discursos de Péricles registrados pelo historiador Tucídides; segundo, o uso filosófico em textos do de meados do séc. IV a.C. de Platão, com destaque para a Carta VII, em que o termo *parresía* aparece como uma função necessária à política, independente da forma da constituição (*politéia*). Nesse último caso, por meio da *parresía* se estabelece o vínculo do filósofo com a política. Retomaremos com mais detalhes, à frente, essa discussão. Por hora, gostaríamos de registrar o emprego político que, de acordo com a definição acima, confere ao discurso uma modalidade arriscada de atuação política que, na medida em que vincula o sujeito à verdade dita, o constitui na perspectiva do seu *ethos*. Eis uma nova formulação da relação entre a ética e a política com profundas repercussões na produção de um sujeito ético (no caso desse estudo, da liderança política) no seu exercício arriscado da liberdade pelo dizer-a-verdade.

Foucault diferencia o “discurso performativo”, que é matéria para uma análise da “pragmática do discurso”, do que ele vai denominar de “dramática dos discursos” referida à *parresía*. Enquanto no primeiro a situação real de quem fala afeta ou modifica o valor dos enunciados, na “dramática do discurso” parresiasta o enunciado e o ato de enunciação afetam e modificam o sujeito, porque aquele que diz algo se vincula ao fato de ter dito e é atingido pelos efeitos da verdade enunciada. Dobra-se a força da veridicidade sobre si para a constituição de si mesmo, ou melhor, deixa-se afetar no seu modo de ser como sujeito. É isso que Foucault denomina de subjetivação de si por si. Bem diferente é o modo de subjetivação em que o sujeito se constitui pelos dispositivos de poder, ou nas relações saber-poder.

Podemos com base no exposto, até aqui, arriscar outra formulação conceitual para a *liderança política em que está em jogo o ethos do sujeito da ação política*. Bem diferente é o enunciado anterior com base nos mecanismos e tecnologias do poder em que o modo de ser do sujeito (da liderança política) pode e deve se alterar com as circunstâncias dadas (ou fortuna, como diz Maquiavel), mas não no seu *ethos*. O significado que Maquiavel dá à virtú, nada tem a ver com o de um *ethos* político na produção de uma subjetividade não sujeitada. O problema não foi posto dessa forma pelo pensamento moderno.<sup>21</sup>

As maneiras de se vincular como sujeito à verdade dita e se modificar na sua subjetividade podem se dar não somente através do discurso parresiasta do sujeito político, mas também do cientista, do filósofo, ou do profeta, desde que pronunciado fora dos vínculos institucionais ou contra eles. Isso porque os cientistas no interior das instituições científicas, os religiosos frente a sua instituição, como também os homens de partido, pronunciam o discurso da instituição a qual se prendem.

Frente ao exposto acerca do método genealógico do discurso político, Foucault especifica o seu universo empírico. Destaca, inicialmente, a *parresía* política na peça *Ion*, do trágico Eurípides, que, para o autor, é uma peça “notável para expor a dramática do discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2010, p. 77). Nesse contexto, o governo se exerce pela dramática do dizer-a-verdade que, segundo Foucault, é denominada de *aleurgia* (manifestação da verdade por uma série de procedimentos ou governo pela verdade). Termo esse que torna indissociável o governo do *ethos*. O discurso de Péricles, registrado pelo historiador Tucídides, também irá constituir matéria empírica para a definição da *parresía* política, no contexto da liberdade democrática do século V a. C.

A *parresía* se define nos estudos tanto da peça *Ion* como no discurso de Péricles como fala mais alta, em relação aos demais cidadãos, e, também, sensata. Neste caso, a intervenção, pela qual um homem por meio do dizer-a-verdade vai adquirir certa ascendência sobre os demais, é política. Tal característica é que confere à palavra (*logos*) o poder na cidade em condições democráticas, porque assegura a liberdade de outras palavras num jogo político agonístico (disputa ou luta). É, portanto, pela palavra que o poder se exerce na *polis* democrática. E, mais, é pela *parresía* que um cidadão assume ascendência política sobre os demais (FOUCAULT, 2010, p. 97-98).

A obediência política na democracia está vinculada ao exercício da palavra que persuade os demais comandados, numa disputa em que está assegurada a liberdade de outros também comandarem pela persuasão. A *parresía* se circunscreve nesse jogo político agonístico, no qual não se dobra o outro pela vontade, mas, sim, pela persuasão (FOUCAULT, 2010, p. 98).

Antes de iniciar a análise da peça trágica *Ion*, Foucault revela a procedência de seu interesse em pesquisar o sentido de *parresía* na democracia. E este decorre da definição de democracia de Políbio (apud. FOUCAULT, 2010, p. 139). Para esse historiador da República Romana (sec. III a. C.), a democracia é a forma de governo (*politeía*) que se caracteriza por duas noções, a *isegoria* e a *parresía*. Por que ele privilegiou apenas essas duas noções? Qual a diferença entre elas? Sabe-se que a *isegoria* refere-se à igualdade de direito à palavra, nos tribunais, nas tomadas de decisão nas assembleias, nas escolhas dos integrantes das funções públicas.

Foucault destaca a peça *Ion* (408 a. C.) para tentar precisar o sentido de *parresía*. Dentre os diferentes rituais de verificação da peça, Eurípides denomina de *parresía* somente àquele que se refere à busca de *Ion* pelo direito político de exercer na sua cidade o poder pelo dizer-a-verdade. Para isso ele precisa saber quem é a sua mãe, pois essa é a condição para que ele possa retornar a Atenas e fundar a democracia. “A *parresía* é que vai ser na pessoa de Íon o fundamento da democracia” (FOUCAULT, 2010, p. 144). De acordo com Foucault existiria uma circularidade essencial entre *parresía* e democracia: “para haver democracia é preciso haver *parresía*; para haver *parresía*, é preciso haver democracia” (Ibid.).

<sup>21</sup> Melo, Carlos (2012) sugere uma colocação do problema com base na ética entendida no sentido que lhe confere Aristóteles, as virtudes que orientam o agir político. Combina na construção da análise da liderança política a ética da responsabilidade de Weber própria da racionalidade moderna, em que se articulam meios e fins, com princípios do agir da ética aristotélica. Sugere uma tipologia da liderança política com base nas seguintes qualidades: a virtude aristotélica do senso de proporção que evita os extremos, trata-se do justo meio ou justa medida; a disposição para agir e o carisma. Essas qualidades deverão ser balizadas por uma análise da realidade concreta e da história.

Esse caráter indissociável entre a *parresía* e a democracia significa que o uso da *parresía* como a fala franca, o dizer-a-verdade, pressupõe a constituição da cidade (*politeía*) que assegure o direito à palavra, a *isegoria*, que é constitutivo da cidadania. Mas a *parresía* é algo diferente de *isegoria*. Afirmar Foucault:

[A *Parresía*] é um elemento que, no interior desse âmbito da *politéia* democrática que dá a todos o direito de falar, permite que os indivíduos adquiram certa ascendência uns sobre os outros (...). A *isegoria* define simplesmente o marco constitucional em que a *parresía* vai atuar como sendo livre e, conseqüentemente, corajosa atividade de alguns que se adiantam, tomam a palavra, tentam persuadir, dirigem os outros, com todos os riscos que isso comporta (2010, p. 147).

Com o sentido acima de *parresía* no interior de uma constituição democrática podemos formular um enunciado de liderança política. Por liderança política entendemos alguém que assume ascendência sobre os demais e exerce o comando sobre eles pelo uso da palavra franca com todos os riscos que isso comporta.

Tucídides quando Péricles aparece na cena política refere-se a ele como um líder político dos atenienses, ou “o primeiro entre os atenienses, o que maior força tinha no falar e no agir” (TUCÍDIDES, 2013, p. 197). No relato do seu discurso em que aconselha os atenienses à recusa das imposições dos peloponésios (espartanos) advertindo sobre os riscos dessa decisão e da inevitabilidade de se escapar da guerra, Péricles se expõe em e para o público, cuja decisão envolve a todos. A liderança age com e pelo interesse comum<sup>22</sup>. Existe entre líderes e liderados uma relação de confiança medida pelas provas que ele dá na sua trajetória política. Constitui, portanto, a confiança (*pistis*) recíproca dos cidadãos entre si – vale lembrar que o líder é também um cidadão – um elemento da subjetividade que assegura o bom exercício da democracia.

Foucault chama a atenção para a diferença entre *politeía* como marco constitucional que define os direitos dos cidadãos e a *dynasteía* que designa o “exercício do poder (...), ou o jogo pelo qual o poder se exerce efetivamente numa democracia” (FOUCAULT, 2010, p. 147). Numa democracia esse exercício se dá pela ascendência de alguns cidadãos sobre outros por meio do discurso que persuade. Assim posto, a *dynasteía* diz respeito ao problema da qualidade do personagem, em sua relação consigo e com os outros, e no que ele é em seu *ethos*. A *parresía* seria o elo entre a condição formal, a *politéia*, e o exercício efetivo da política, a *dynasteía*. Trata-se de um exercício de governo (a ascendência política de uns sobre os outros) pela palavra franca, pelo dizer-a-verdade e com a coragem em meio à relação agonística - na luta, na disputa, na liça. Em suma: eis os quatro vértices do retângulo da *parresía* apontados por Foucault: o vértice constitucional, o vértice do jogo político, o vértice da verdade e, por fim, o vértice da coragem.

O bom funcionamento da *parresía* com a democracia, segundo Foucault, é exposto por Tucídides em sua obra “História da Guerra do Peloponeso”, referindo-se aos discursos de Péricles<sup>23</sup>. Esse ao pronunciar seu “Discurso da Guerra”, utiliza um direito constitucional dado a todo cidadão do uso da palavra (*isegoria*). Ele pronuncia um discurso que reivindica para si mesmo e o qual se identifica, ou

<sup>22</sup> Vale lembrar que, mesmo na atualidade, a liderança política no sentido forte do termo é atribuída àqueles que catalisam mudanças sociais e lutam com e pelo bem daqueles que comanda, numa situação de enfretamento de posições divergentes e conflitantes.

<sup>23</sup> Trata-se dos seguintes discursos pronunciados por Péricles, em distintos momentos, na Assembleia dos cidadãos atenienses (Ecclesia): o “Discurso da guerra”, o “Discurso aos mortos na Guerra do Peloponeso” e o “Discurso da peste”.

seja, um discurso da verdade pela qual conquistou a ascendência sobre os demais cidadãos. Péricles refere-se às possibilidades de sucesso e de fracasso, expondo-se ao risco de dizer-a-verdade em público em meio à luta. O “pacto parresiástico” celebrado com todos os cidadãos em público reunidos em Assembleia se dá nos seguintes termos: Péricles diz a verdade e os aconselha, mas se aceitarem, todos serão solidários nas consequências. (FOUCAULT, 2010, p. 161-163). Mais tarde, quando este pacto foi rompido, Péricles arrisca-se, ao pronunciar o que ficou conhecido por Tucídides como o “Discurso da Peste”, a contrariar o povo e fazer-lhes críticas.

Segundo Foucault, nos discurso de Péricles, tal qual relatado por Tucídides, divisam-se as qualidades de um parresiasta para o exercício, por meio de sua *parresía*, da ascendência política sobre os demais cidadãos, a fim de tornar a democracia governável. São as seguintes essas qualidades: ser verdadeiro, ser capaz de dizer-a-verdade, ser dedicado ao interesse geral, ser moralmente íntegro, ou seja, não corruptível. (FOUCAULT, 2010, p. 165).

A democracia torna-se governável, para Foucault, em razão do discurso verdadeiro. Nesse sentido, Foucault vai empregar o termo governamentalidade num sentido largo para designar o exercício do poder. E nessa direção ele afirma que “a emergência do discurso verdadeiro está na própria raiz do processo de governamentalidade” (FOUCAULT, 2010, p. 169). Cabe frisar que mais do que cunhar os conceitos e por um método fixá-los em modelos, Foucault os constrói e os emprega em contextos históricos específicos. Daí, em razão do seu método, a variabilidade de sentidos que eles assumem, que em nada têm a ver com a falta de rigor ou imprecisão do autor.

Retomando as razões em que a democracia torna-se governável ou a governamentalidade da democracia, Foucault destaca, dentre elas, a *parresía*. É por essa última que se cria uma distinção no seio da igualdade democrática. E mais, essa distinção não se reveste em ameaça ao seu funcionamento enquanto for possível a emergência de uma liderança política com as qualidades, acima citadas, que Tucídides atribuiu a Péricles. Cabe ressaltar que esse termo liderança política, em uma das possibilidades de conceituação adotada nesse estudo, concebe a atuação política com base numa relação política que privilegia o *ethos* do personagem, no caso, a coragem da verdade.

Em meados do século IV a.C., aprofundam-se os paradoxos presentes na relação democracia e *parresía*, corrompe-se o exercício desse governo e abre-se um flanco para a crítica da filosofia. Foucault destaca dois paradoxos da democracia, são eles: primeiro, o vínculo inseparável entre a *parresía* e a democracia, mas esse discurso verdadeiro promove uma diferença na igualdade democrática; e segundo, embora não exista democracia sem discurso verdadeiro, a própria democracia, na medida em que opera na disputa, no enfrentamento e no conflito que ameaça o discurso verdadeiro (FOUCAULT, 2010, p. 169-170).

O uso da palavra na democracia torna-se alvo de críticas no teatro, pela comédia e pelos filósofos. O discurso parresiástico não mais promove a ascendência de uma liderança qualificada por seu *ethos* da coragem da verdade, ou *parresía*. Aqueles que fazem uso do direito à palavra a utilizam na defesa da opinião da maioria. Falta-lhes a coragem para contrariar a opinião corrente e, por isso, eles agem como bajuladores ou lisonjeadores, empreendendo um discurso demagógico. Os oradores dedicam-se a agradar a maioria em detrimento de um interesse público. Para Platão, a liberdade da palavra na democracia, ou melhor, o excesso dessa liberdade, em que todos podem dizer o que quiserem, estaria na origem da demagogia que corrompe essa forma de constituição (*politeía*)<sup>24</sup>. A liberdade da palavra se dissocia, nesse caso, da *parresía*, que não é simplesmente essa liberdade, mas é a franqueza ou a “profissão de verdade” que consiste na prática política efetiva que servirá de guia de uns pelos

outros (FOUCAULT, 2010, p. 171). O parresiasta difere, portanto, do demagogo, cuja etimologia é guia do povo.

Se a *parresía* na peça *Ion* de Eurípides articulava-se com a democracia, como também na própria definição de Políbio, em Platão essa noção de *parresía* política sofre um deslocamento e terá lugar em outros regimes, dentre eles, a autocracia. Foucault destaca a “Carta VII” de Platão, em que o filósofo relata a sua experiência política parresiasta junto ao tirano de Siracusa. O tipo de atuação política do filósofo na corte do tirano Dionísio diferencia do exercício direto na política perante uma assembleia, aconselhando os cidadãos na tomada de decisão. Trata-se, contudo, de uma *parresía*, um dizer-a-verdade que aceita correr o risco do perigo que implica na livre interpelação da conduta do governante. Nesse caso, o filósofo tenta interferir na política por meio do conselho àquele que governa, arriscando contrariá-lo pelo uso da fala franca ou *parresía*.

Segundo Gros, através da análise da Carta VII de Platão, Foucault vai situar o próprio empreendimento filosófico. O ineditismo da análise de Foucault sobre Platão está no privilégio da atuação diretamente política desse filósofo. Trata-se de uma relação de exterioridade à política, diferindo da abordagem do diálogo República. Nesse último, Platão constrói um Modelo Ideal de cidade justa e de homem justo e atribui o governo ao rei-filósofo cuja legitimidade advém do conhecimento e a prática desse Modelo.

Foucault ao colocar em evidência a análise da Carta VII, pretende afirmar, segundo Gros (2010, p. 348), que “a atividade filosófica não deve se confinar apenas ao discurso, mas colocar-se à prova das práticas, dos conflitos e dos fatos. O real da filosofia será encontrado nesse confronto ativo com o poder”. E mais, Foucault também questiona a figura do rei-filósofo, e, na análise de outros diálogos de Platão, vai revelar que o que está em jogo não é o conhecimento que o governante detém, mas “um modo de ser, uma relação de si consigo mesmo” (Gros, 2010, p. 350). Eis mais uma contribuição original de Foucault para o debate atual acerca da relação filosofia e política que difere dos dispositivos de saber-poder.

### Para finalizar...

Nessa primeira abordagem conceitual da liderança política com base no pensamento de Foucault, particularmente da Antiguidade, a partir de um problema da atualidade divisa-se duas linhas conceituais distintas: a primeira, na época moderna, a liderança como uma tecnologia de poder ou, mais especificamente, de governo. Nesse caso a análise privilegia as técnicas, procedimentos e mecanismos utilizados para o governo das condutas de uns sobre os outros. A liderança política seria parte dessa engrenagem e sua atuação embora dependa de sua qualidade pessoal em dominar as circunstâncias dadas, os eventos externos, os acasos etc., o sujeito – como dimensão do *ethos*, que implica a relação consigo e com os outros – não tem relevância política. Importa, sim, o êxito e a eficácia política.

A segunda linha conceitual situa, num primeiro momento, o vínculo entre democracia e *parresía*. A liderança política seria no seio da democracia antiga um elemento de ascendência política pelo uso

<sup>24</sup> Foucault (2010, p. 168) destaca a crítica de Isócrates em seu “Tratado sobre a Paz”. Platão, no livro VIII da República (s/d), empreende uma crítica arrasadora da democracia. Vale lembrar que Platão em seu método analisa sucessivos estágios de corrupção das formas de governo à luz de um Modelo Ideal de constituição (politeia) e de virtudes da alma (psykhé) que compõe o caráter (êthos) do homem. Numa escala descendente de corrupção, a democracia ocupa o penúltimo lugar, abaixo da oligarquia e acima da tirania e, mais ainda, é da própria democracia que se origina a tirania. A cidade democrata, em razão do excesso de liberdade que corrompe a educação pelas virtudes, faz surgir os “demagogos” ou nas palavras de Platão, os ambiciosos de poder e adutores do povo (PLATÃO, s/d, p. 400-401).

da fala franca, o dizer-a-verdade em público e para o público detentor dos direitos de cidadania os quais dizem respeito à tomada de decisões nas assembleias, participar dos tribunais e ocupar funções públicas. A *parresía* situa-se em meio ao jogo agonístico. A liderança não se dissocia do seu *ethos* da coragem da verdade. O sujeito identifica-se com a verdade que pronuncia. O líder político utiliza o privilégio da liberdade da palavra para, com sua coragem da verdade, comandar os outros. A palavra franca exige coragem e expõe ao risco, àquele que a pronuncia numa democracia, de desagradar à opinião da maioria.

Um deslocamento da *parresía* política se dá com os críticos da democracia, em meados do século IV a. C., que acusam essa forma de governo de prevalência da fala demagógica, ou de um uso retórico<sup>25</sup> sem compromisso com a veridicidade ou *parresía*. Filósofos como Sócrates, Platão, Xenofonte e demais pensadores antigos se posicionam criticamente à política. A coragem da verdade, com eles, não se faz no interior do campo político, mas como crítica externa ou em relação às instituições políticas e não nas instituições políticas.

Sócrates percorre as ruas incitando, com seu método, qualquer um, seja cidadão ou não, ao cuidado de si. E a filosofia antiga e o filósofo se apresentam autênticos (*étymos*) agentes da *parresía*. Isto porque, uma vida filosófica caracteriza-se por um modo de vida que é em si mesmo a manifestação da verdade. Viver filosoficamente é procurar mostrar, pelo *ethos*, a maneira como se vive.

Em relação à política com base nesse *ethos* filosófico, no caso a *parresía*, o filósofo interpela a conduta dos que governam com todo o risco implicado. Várias foram as maneiras na Antiguidade greco-romana de dirigir-se aos que governam: desde a educação dos príncipes (estóicos), passando pela insolência dos cínicos, até os círculos de oposição ao poder (epicuristas). Mas com suas pesquisas sobre os diferentes estilos de vida filosófica e de relação com a política, Foucault afirma a atualidade de um modo de ser filosófico, como veridicção ou *parresía*.

Para concluirmos, afirmamos a pertinência para este estudo da liderança política desse modo de colocação do problema: uma crítica com base no *ethos*.

Em suma, podemos distinguir dois grandes blocos de abordagem conceitual da liderança política:

No **primeiro bloco** reunimos diferentes atuações políticas de liderança tendo como diferencial a ascendência de uns sobre os outros, pelos seguintes fatores: dar início a algo novo, a fundação de novas instituições e arranjos políticos, catalisar grandes mudanças sociais; um *ethos* expresso na coragem da verdade no enfrentamento dos que governam, pondo em risco sua vida. Essa opção teórico-metodológica é profícua em razão de seu sentido aberto ao contexto histórico que inclui também o fluxo do pensamento e móvel segundo os valores a serem adotados.

No **segundo bloco** estão os líderes como efeitos do dispositivo de poder e que por sua vez fazem com que esses mecanismos funcionem. Cumpre salientar que essas tecnologias não são estruturas generalizáveis que se aplicam igualmente em diferentes contextos históricos. Ao contrário, elas exigem um minucioso estudo descritivo de seu funcionamento, elas sofrem mutações e tem uma história descontínua. Tais lideranças podem variar numa escala que vai do tipo grotesco ao governante burocrata. Um mesmo personagem poderá, em determinado contexto e momento da história, se configurar como liderança que afronta os próprios mecanismos de governo e tornar-se, em outro momento, um líder que faz funcionar esses mesmos mecanismos.

<sup>25</sup> Caberia uma discussão na Antiguidade do uso da retórica como recurso político para influenciar e guiar os outros para a tomada de decisões. Assim como, na atualidade, o emprego do marketing político na construção da imagem da liderança política.

Essa abordagem conceitual possui o mérito de fugir das tipologias fixas e universais. Esses blocos podem nos servir de orientações para uma pesquisa com enraizamento nos fatos da realidade histórica cujas especificações apontam para diferentes possibilidades de lideranças políticas.

As lideranças políticas devem ser analisadas no seu contexto e avaliadas segundo as implicações de um *ethos* para um tipo de atuação política. A ética diferentemente da moral não se baseia em códigos de conduta que orientam o agir de modo universal, independente das circunstâncias dadas. A ética leva em conta as implicações para um modo de atuação coletiva, no caso, política, portanto tem um caráter que varia segundo modos de pensar, sentir e agir numa circunstância histórica específica. A ética, como modo de agir ou prática, tem profundas ressonâncias no modo de ser do sujeito, ou do seu *ethos*, interferindo na produção da subjetividade. Como dito por Foucault, em entrevista: “a ética é uma prática e o *ethos*, uma maneira de ser” (FOUCAULT, 2004, p. 221).

A *parresía* (a fala franca, o dizer-a-verdade) se configurou, na Antiguidade, na diferença ética na constituição da subjetividade da liderança política. Disso decorre a distinção entre ética e moral. Esta última baseia-se na observância de um código moral, cabendo aos indivíduos, tal como são, obedecê-lo. Não existe um comprometimento com aquilo que se faz e com o que se fala, pois a obediência a um código moral imposto por um externo degrada a subjetividade em sujeição. Já a ética implica na construção de regras facultativas e mutáveis segundo as circunstâncias. Foucault insiste na articulação da ética com uma estética da existência. No sentido da política, a *parresía* é um procedimento que caracteriza o exercício da democracia na Antiguidade, como também, uma conduta da filosofia antiga em relação à política.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é ser contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2010.

FINLEY, Moses. I. **Líderes e liderados.** Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. Conversa com Michel Foucault. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos V.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008

\_\_\_\_\_. Política e ética: uma Entrevista. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos V.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

\_\_\_\_\_. **Os anormais.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. O que são as luzes? In: MOTA, Manoel de Barros (Org.). **Ditos e Escritos II** – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1992a.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto Machado (Org.). **Microfísica do poder.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

- GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LEME, José Luis Câmara. A crise da governamentalidade e o poder ubuesco. In: VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA, Alípio de; ALBUQUERQUE, Durval Muniz de (Org.). **Cartografia de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MACHIAVELLI, Nicolo. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1972.
- MELO, Carlos. Notas e reflexões sobre “Liderança Política”: contribuição para delimitação de um campo de estudo. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.5, n.14, p.11-30, jun.-set. 2012.
- PLATÃO. **A República**. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- TÓTORA, Silvana. **A questão democrática**: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro da década de 1980. Tese (Doutorado) – PUC/SP, 1998.
- TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Livro I. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 3ª Edição, 2013.
- WEBER, Max. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. Tradução de Maurício Tragtenberg. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH & WRIGHT MILLS (orgs). **Max Weber**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

# Liderança política e a representação liberal democrática

Silvana Tótora<sup>26</sup> e Vera Chaia<sup>27</sup>

Priorizamos neste trabalho a problematização da liderança política referida à sua especialização profissional no âmbito das instituições da democracia liberal representativa. Destacamos os pensamentos de Max Weber e de Schumpeter acerca da emergência do líder político no jogo de disputas políticas nas esferas parlamentar e de governo. A seleção da liderança no referido regime político se dá por meio do pluralismo dos partidos políticos e de eleições periódicas. A atuação e a legitimidade da liderança política, neste caso, dependem do bom funcionamento das instituições da democracia representativa.

Neste estudo, evitamos a adoção de vínculos *a priori* de valores e de procedimentos que constituiriam universais a serem buscados ou aceitos, cabendo à pesquisa, conseqüentemente, tão somente a busca de soluções para os problemas do *déficit* de legitimidade. Ao contrário disso, consideraremos as práticas e o pensamento encerrados na sua singularidade e contingências históricas.

Entendemos que os pensamentos de Max Weber e de Schumpeter conformaram uma tradução da modalidade liberal, na atualidade, da democracia política. A introdução de procedimentos participativos e de intervenção direta da população nos intervalos entre as eleições não configurou, no nosso entender, nova modalidade de governo que abalasse a predominância da representação indireta através dos partidos políticos.

Entretanto, destacamos dois fenômenos atuais que têm impactado a atuação dos governos: o primeiro deles refere-se aos dispositivos midiáticos, com ênfase para as redes sociais; o segundo diz respeito ao estreito vínculo dos governos com a gestão da economia capitalista. Constatamos ao longo desse estudo que a liderança política seria parte das tecnologias de poder político atrelado ao bom funcionamento dos fluxos econômicos capitalistas. Isto explicaria a rápida corrosão da sua legitimidade, por um lado, em razão da exigência da adoção de racionalidade gerencial por parte da liderança governamental, com objetivo de criar segurança política e garantir a confiabilidade dos investidores financeiros. Por outro lado, as populações empobrecidas pressionam por uma inclusão no mercado de consumo de bens e serviços.

Este artigo divide-se em dois movimentos analíticos. Primeiro, priorizaremos os saberes produzidos por Max Weber acerca da liderança política na democracia liberal representativa. Faremos algumas alusões aos estudos de Foucault sobre a *parresía* a fim de estabelecer distinções em relação à atuação do líder. No segundo movimento, indicaremos uma atualização do pensamento de Weber em Schumpeter e seus desdobramentos atuais, culminado na crítica, da atuação da democracia no presente, particularmente a brasileira. Este estudo se propõe a suscitar problemas e não a resolvê-los. O problemático constitui o percurso deste artigo, cuja solução remeteria ao conjunto das atividades coletivas no jogo das forças políticas em meio a suas lutas.

---

<sup>26</sup> Professora Assistente doutora do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUCSP (mestrado e doutorado) e Coordenadora do Projeto Temático 'Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais'. E-mail: silvanatotora@gmail.com.

<sup>27</sup> Professora doutora Associada do Departamento de Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUCSP (mestrado e doutorado) Coordenadora geral do Projeto Temático 'Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais'.

## Liderança política e a liberal democracia

Weber, em seus estudos, destaca o processo de racionalidade do Ocidente europeu com base no “desencantamento do mundo” operado por duas forças em conflito: a religião e a ciência. Devido a um processo intrarreligioso, Pierucci (2003, p. 91), referindo-se a Weber, destaca o “despojar ao máximo do caráter puramente mágico e sacramental dos meios da graça”, que, para o autor, desvalorizam o agir no mundo e impedem que o trabalho adquira uma racionalidade técnico-econômica.

Sua sociologia política se defronta com as seguintes questões: como agir frente à crescente racionalização e burocratização inerente ao processo de industrialização? Como conciliar a liberdade individual, a democracia e a burocratização do Estado? Como pode o indivíduo garantir sua independência em face da burocratização da vida?

Ora, o paradoxo do liberalismo, em sua face de livre mercado de troca concorrencial e crescente democratização da vida política, reside na questão: como gerir a liberdade, necessidade e fundamento de sua existência?

A tragicidade da política em Max Weber encontra-se na crescente burocratização das formas coletivas societárias e do Estado em que imperam a impessoalidade, a especialização e uma hierarquização contrárias aos pressupostos igualitários da democracia. O agir político, em que interesses divergentes se chocam, põe em risco as aspirações de uma racionalidade calcada na adequação entre meios e fins. A liberdade da qual se alimenta o liberalismo é também fonte de sua insegurança. Assim, para o autor, a liderança política emerge em meio a relações de forças num jogo conflituoso de luta para obter posições de poder e dominação.

O ativismo ascético no trabalho profissional cotidiano fez do indivíduo o centro de si mesmo. E, também a política passa, por sua vez, a se livrar de qualquer preceito moral estranho ao seu domínio contingente. Nesse sentido, as análises de Weber, particularmente em *A política como vocação*, aproximam-se do pensamento de Maquiavel em “O Príncipe”.

O homem político weberiano, assim como o maquiaveliano, é um homem de ação voltado para questões práticas que deve tomar decisões impulsionadas por interesses e valores que estão em choque e colisão com outros (COHN, 1982, p. 18).

A conferência *A política como vocação* foi proferida por Weber na Universidade de Munique para a Associação Bavária de Estudantes Livres, em 1918. Nessa ocasião, no pós-Primeira Guerra Mundial, ele se dirige aos jovens alemães, então seduzidos pelas políticas de massas da esquerda e da direita. Sua preocupação, como um intelectual que almeja influenciar o público ouvinte, é o caminho do uso da violência, de um lado, pela esquerda marxista, cujo exemplo foi a recente revolta “espartaquista” dirigida por Rosa Luxemburgo, e, de outro lado, à direita, na ação de grupos protonazistas. Essa conferência constituirá referência importante para a reflexão e conceituação da liderança política moderna, especificamente no âmbito da política estatal.

Nesse momento, Weber procurava exercer sua liderança intelectual para advertir os jovens universitários dos perigos que a vivência profunda de um idealismo comum com base numa ética dos princípios absolutos, ou uma “ética da convicção”, sem pautar-se na análise da realidade dos fatos – especificamente referindo-se à situação da Alemanha do pós-Guerra – poderia resultar em efeitos contrários aos fins almejados.

Política, para o autor, é uma modalidade específica de relação social em que os líderes protagonizam a luta para participar e influenciar a distribuição do poder no âmbito do governo do Estado. A liderança política moderna configura-se “na forma do ‘líder partidário’ parlamentar” e se desenvolveu no Estado constitucional (WEBER, 1979, p. 100).

Weber situa a liderança política no tipo ideal de dominação carismática. E, sob tal conceito, inclui várias formas históricas de liderança: do “demagogo” da democracia ateniense ao senhor da guerra, o líder de grupo e o *condottiere* renascentista.

Em relação à dominação carismática, seria pertinente uma crítica a sua abrangência, que torna esse conceito de pouca valia na especificação de singularidades históricas da atuação da liderança política. Nesse sentido, consideramos mais rica a análise foucaultiana da *parresía* – no seu exercício do governo da liderança democrática do período clássico grego. A *parresía* somente em parte pode ser compreendida como uma arte da retórica ou, no sentido dado ao termo “demagogo”, de guia do povo. O parresiasta compromete-se com a verdade que enuncia e não teme contrariar o povo, pondo em risco a sua pessoa e sua liderança. Aliás, o seu modo de exercer o poder e obter a confiança do povo reside na coragem da fala franca. O parresiasta não é um simples demagogo ou alguém que dirige em razão do seu carisma pessoal. Ele obtém destaque em relação aos demais cidadãos não em razão da liberdade de falar, que todos igualmente possuem, mas pela fala franca ou *parresía* (FOUCAULT, 2010).

Podemos articular essa análise foucaultiana à concepção weberiana de uma ética da responsabilidade? Trata-se, neste caso, de uma atitude do líder responsável por suas decisões, pondo em risco sua pessoa?

Talvez não fosse adequada uma aproximação do parresiasta com o líder portador de uma ética da responsabilidade, segundo Weber; mais pertinente seria uma atualização da noção de *phronesis* em Aristóteles. A *phronesis* (traduzida precariamente por prudência) seria uma práxis que se realiza na *pólis*. Trata-se de um agir moral em direção ao *telos* da comunalidade.

Tanto em Weber como em Aristóteles, o sentido de responsabilidade ou uma escolha deliberada dos meios para se alcançar um fim são tentativas de tirar o homem da fatalidade trágica. O filósofo *estagirita* forja um conceito novo para marcar o comprometimento do sujeito com a ação: *proairesis*. Trata-se de uma ação sob a forma de decisão, privilégio exclusivo do homem, enquanto ser dotado de razão. Agimos segundo a disposição de nosso caráter e o conhecimento das circunstâncias (Cf. ARISTÓTELES, 1973; VERNANT, 1999, p. 30).

Entretanto, a *proairesis* está longe de significar uma ação voluntária comandada por uma vontade livre pela qual um sujeito seria responsável; tal ideia não existia no pensamento clássico da antiguidade. As ações são tentativas sempre às voltas com as contingências que reinam nos assuntos humanos. No caso de Aristóteles, a educação, por meio das leis, e os hábitos ou os costumes podem conter o aleatório entregue às contingências da natureza humana (ARISTÓTELES, 1973; 1985). Para que o “desejo aprenda a desejar” mirando o bem comum, a “boa vida”, é preciso ser educado nas virtudes, e esse fim ético deve ser compartilhado, socializado e racionalizado na vida comum (Cf. AGGIO, 2011). Diferentemente de Aristóteles, para quem o fim último (*telos*) é um princípio ordenador de toda a natureza (*physis*) (ARISTÓTELES, 1985, livro 1, cap. I), em Weber, a contingência ética do mundo é um dado inexorável, não existiria uma finalidade última, ou um movimento de atualização de uma potência virtual. O homem weberiano defronta-se com uma irracionalidade ética do mundo em razão de inúmeros valores em disputa (WEBER, 1979, p. 146).

A análise weberiana é profícua no caso da proveniência histórica e da ação da liderança política no modelo parlamentar do Estado constitucional moderno. Os líderes políticos modernos, diferentemente de um servidor público, são profissionais da política. Estes últimos, auxiliados por seus seguidores, orientam sua conduta pelo princípio da responsabilidade pessoal intransferível na tomada de decisões públicas, além do *pathos* político que imprimem à sua ação. Ao contrário, o servidor público age movido pela racionalidade impessoal das regras e cumpre as ordens emitidas pelas autoridades superiores.

Em "A Política como vocação" (1979, p. 142), Weber aponta para três qualidades do líder político: dedicação apaixonada por uma causa, senso de responsabilidade e senso de proporção. Nestes últimos divisamos, novamente, uma atualização da ética aristotélica do agir buscando a mediania, ou seja, evitando os extremos. A *phronesis* ou virtude, para Aristóteles, é uma espécie de mediania, princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática (1973, p. 273). A mediania coloca-se equidistante dos dois extremos: a falta e o excesso. A constituição (*politeia*) também deve se manter no meio termo, ou seja, constituir-se sob uma base social em que os princípios da igualdade ou da desigualdade não se coloquem como absolutos (ARISTÓTELES, 1985, livro V).

Há uma distinção entre o político ocasional e aquele cuja atividade se exerce por uma "vocação". Assim, o autor aponta para dois modos que podem conviver no mesmo indivíduo: viver "para a política" e viver "da política". No primeiro caso, a política confere um sentido à vida e está a serviço de uma causa, enquanto, no segundo, a atividade política constitui uma fonte de renda permanente. Sem uma remuneração, o recrutamento para a atividade política seria plutocrático. Por isso, os dois modos não são excludentes no político por vocação.

O sociólogo alemão aponta para o regime parlamentar inglês como um modelo de "grande política". Segundo o autor, a política do Gabinete libera o líder da política de grupos, criando a possibilidade do exercício responsável da liderança por meio das decisões políticas. Diferente disso foi o caminho histórico adotado na Alemanha, em que a crescente burocratização que dominava o Estado e os partidos políticos favoreceu a política de massas com forte apelo de uma liderança personalista. A política *bismarckiana* abriu caminho para a burocratização e o predomínio de um funcionalismo altamente especializado, enfraquecendo os espaços políticos em que o líder político pudesse emergir em meio a lutas, disputas e acordos, assumindo posições responsáveis.

O sociólogo arrisca uma previsão em relação ao papel do jornalismo como um possível protagonista da atividade política profissional (Ibid., p. 120), a despeito de, em sua época, não existir, ainda, um número significativo de lideranças oriundas desse meio. O importante nessa afirmação é a percepção do autor sobre a influência política da imprensa, particularmente a alemã, na condução dos desfechos políticos referentes à Primeira Guerra. Esse espaço de atuação política, nessa ocasião, foi acusado por Weber de sensacionalista, despolitizador e irresponsável do ponto de vista político. Weber sugere uma problematização da liberdade de imprensa sem a correspondente responsabilidade.

Weber circunscreve a atuação da liderança política ao âmbito das instituições da democracia representativa. Proclama uma nítida separação entre a liderança ativa e o eleitorado passivo. Essa liderança e seu séquito organizado em partidos vão à caça dos votos desse eleitorado. Tanto o séquito partidário como o eleitorado são imprescindíveis para a eleição do líder. E o autor denomina de "democracia plebiscitária" a modalidade de regime que combina o moderno partido político e o sufrágio universal. A "democracia plebiscitária" não prescinde da máquina partidária composta de homens profissionais da política que trabalham com dedicação pessoal e lealdade a um líder a despeito de uma adesão programática a um partido. O elemento "plebiscitário cesarista na política" advém da fé das massas na personalidade do líder, seu caráter e ética na condução da política (WEBER, 1979, p. 136-137).

O vínculo ético que liga as massas ao líder, em Weber, é mediado por uma ligação representativa. Essa é uma diferença considerável em relação à noção de *parresía* política na democracia ateniense da antiguidade, conforme a análise de Foucault (2010). O discurso *parresiástico* é pronunciado em público pelo líder que se identifica pessoalmente à verdade. Não há intermediação ou representação

política. Talvez aí resida uma restrição ao emprego de líder carismático ou demagogo como sinonímia de parresiasta.

Para Foucault, o discurso verdadeiro, ou *parresía*, está na própria raiz da governamentalidade (exercício do governo) na democracia antiga. A recuperação desse termo para a análise das democracias atuais pode abrir um profícuo debate acerca dos paradoxos da democracia, especificamente no que se refere ao cerceamento das potencialidades da *parresía* quando neutralizada pela busca de um consenso (LAZZARATTO, 2014, p. 107).

Os paradoxos entre a democracia e *parresía* nos lançam para um convívio problemático. Por um lado, somente pode haver uma fala verdadeira (*parresía*) se houver a garantia constitucional (*politeia*) da igualdade de direito à palavra (*isegoria*). A *parresía* seria, no interior da constituição, uma força ou potência de diferenciação ética (singularização) que configura a ascensão de alguns na tomada de posição em relação a si mesmo e no exercício do comando sobre outros. A condição formal da democracia é a igualdade, mas sua condição de fato (o jogo político denominado *dynasteía*) seria, portanto, essa diferença ética ou singularidade de alguns que detêm o comando de si e dos outros.

Por outro lado, é em decorrência da introdução da diferença no interior da igualdade que a *parresía* faz da democracia um jogo político arriscado. O parresiasta possui a condição ética da coragem em meio à luta, à liça, aos enfrentamentos ou à disputa agonística.

A questão que se põe “é como a democracia pode suportar a verdade?” (FOUCAULT, 2010, p. 160). A resposta diz respeito tanto à existência de um formalismo institucional de garantia da liberdade da palavra (*isegoria*), como à ascendência de uma liderança legítima em razão do discurso verdadeiro e da coragem em pronunciá-lo em meio à luta e aos riscos que se corre ao tentar persuadir e conduzir as condutas dos demais cidadãos.

Por sua vez, quando o dizer-a-verdade é recusado e o jogo político promove a ascensão dos oradores profissionais, que exercitam e consagram sua habilidade não com vistas ao interesse público, mas com o objetivo de pronunciar discursos que agradem aos cidadãos, a fim de manter sua ascendência sobre eles<sup>28</sup>, a diferença ética se perverte com a ascensão dos piores. Nesta conjuntura desfavorável à democracia, qualquer um pode falar, desde que agrade à maioria. Não se exige mais a coragem daquele que se arrisca a contrariar os cidadãos ou fazer-lhes críticas, mas, sim, garante-se a segurança e o sucesso daqueles que causam prazer adulando os ouvintes. Para além da recusa ao dizer-a-verdade (veridicidade), é uma imitação da verdade que assume o lugar da coragem parresiástica. Não se diferenciam os cidadãos, considerados do ponto de vista da ética. Neste caso “a diferença indispensável à *parresía* não é preservada” (FOUCAULT, 2010, p. 169). Essa diferença consiste numa singularidade em razão de um *ethos* (caráter).

Retomando o pensamento de Weber acerca dos problemas do funcionamento da democracia moderna, o autor aponta para as “técnicas políticas da liderança cesarista plebiscitária”, a saber, “a exploração da massa emocionalmente” (WEBER, 1979, p. 129), degradando a democracia em uma ditadura das ruas. Como mecanismo que detém esse desfecho, Weber aponta para o funcionamento da democracia representativa no regime parlamentar inglês, em que as comissões parlamentares de inquérito são um importante treinamento e levam à seleção de líderes e à eliminação dos demagogos (Ibid.). O exemplo americano da adoção do regime presidencialista revela precocemente, segundo o autor, a emergência do líder através da máquina partidária plebiscitária. Nesse sentido, afirma: “é o empresário capitalista político que, por conta própria e correndo seu risco fornece votos” (Ibid., p. 131). Os parti-

<sup>28</sup> Foucault (2010, p. 168) refere-se às críticas feitas por Isócrates, no seu Discurso da paz, ao mau uso da palavra.

dos, por sua vez, são máquinas eleitorais e não programáticas<sup>29</sup> que organizam sua plataforma política segundo as possibilidades de conseguir votos. O chefe político típico, indispensável à organização do partido, é um homem sóbrio que não goza de prestígio social. Ao contrário, ele é um homem desprezado pelo conjunto da sociedade, “considerada respeitável”. E isso se deve a sua busca do poder para obter lucros financeiros ou do poder pelo poder.

Se a democracia americana está apoiada em partidos caçadores de votos e pouco programáticos, na Alemanha, diferentemente, os partidos políticos, a exemplo do Partido Social Democrático e do Partido Católico, são baseados em princípios. Contudo, neste país, a liderança governamental padece de uma restrição em razão da impotência do parlamento frente à importância do funcionalismo especializado.

Uma democracia eleitoral depende da existência de partidos e de suas máquinas. Contudo, torna-se indispensável para se governar e produzir políticas a presença e subordinação destes, mesmo num parlamento, a “líderes capazes” (WEBER, 1974, p. 43).

O intelectual político aponta para alternativas possíveis:

a escolha entre a democracia com liderança, com uma “máquina”, e a democracia sem líder, ou seja, o domínio dos políticos profissionais sem vocação, sem qualidades carismáticas íntimas que fazem um líder, e isso significa aquilo que os insurgentes de um partido chamam de “domínio de grupo” (WEBER, 1979, p. 136-137).

Em suma, diante do exposto, para Weber duas são as possibilidades para a emergência do líder. A primeira seria a de um líder autêntico oriundo de um Parlamento forte. A segunda, desastrosa para a democracia, seria a do “líder plebiscitário cesarista” proveniente da “ditadura das ruas” (Ibid., p. 137).

Ora, essa reflexão de Weber antecipa o quadro atual de desprestígio da democracia liberal representativa e de seus mecanismos de recrutamento da liderança política: os partidos políticos e as eleições. Outrossim, a confiabilidade do autor no regime parlamentar inglês como solução possível para a democracia moderna e a seleção da liderança política foram amplamente criticadas, a partir dos anos 1970, como uma forma elitista e restritiva do exercício democrático da democracia. Os movimentos sociais dos anos 1970 reivindicavam a maior participação da cidadania na política para além do período eleitoral. As críticas ao modelo restrito da democracia representativa se situaram no âmbito da tradição de um pensamento que elabora suas análises com vistas ao aperfeiçoamento da representação.

Fora de uma tradição de reformas, os estudos do Foucault acerca da democracia antiga e dos desdobramentos do seu exercício com base na *parresía* vêm no rastro da “transvaloração dos valores” proposta pela filosofia de Nietzsche. Para Foucault, a *parresía* introduziria uma diferenciação ética no seio da igualdade formal democrática. A liderança, nesse caso, emergiria como diferença em meio à multiplicidade – imanência sem representação. Diferentemente, para Weber, a liderança constituiria um polo de representação livre que transcende e se descola dos seus representados: um “uno” que se aparta do múltiplo. Como consequência, há líderes que se autonomizam em relação aos seus seguidores, profissionalizam-se e passam a trabalhar para sua perpetuação. A passagem da liderança profissional com vocação para o profissional sem vocação, tão criticado por Weber, poderia advir da modalidade representacional da política.

<sup>29</sup> Weber (1974, p. 27) afirma que o “poder dos partidos repousa fundamentalmente na eficiência organizacional [das] burocracias. As hostilidades mútuas das máquinas eleitorais partidárias, muito mais do que as diferenças programáticas, são responsáveis pelas dificuldades da fusão de partidos”.

Os últimos cursos de Foucault, em que sobressaem as análises acerca da parresía, visam problematizar a subjetivação política, tão relegada nas pesquisas formalistas na atualidade. A problemática da constituição de si como sujeito ético-político requer, como afirma Lazzarato (2014, p. 204) com base em Foucault, “jogos específicos de verdade”. Trata-se de uma prática focada em si, no que se é capaz de fazer, em coisas que não se ensinam, nem se aprendem, e que se faz sobre si e o mundo com vistas a uma vida outra e um mundo outro (Ibid.). Consiste, neste caso, de uma diferenciação ética em meio à possível igualdade política.

### **Formalismo e juridicização neoliberal da política**

Como precursor da teoria da democracia representativa vigente na segunda metade do século XX destaca-se o pensamento de Schumpeter na obra de 1942, “Capitalismo, socialismo e democracia”. A democracia foi conceituada como um método de governo. Essa noção, que o autor reputa como uma ruptura do que ele denomina de pensamento clássico – entenda-se o utilitarismo do século XIX – seria a forma dos governos democráticos no século XX. Segundo o autor, a democracia “seria um método político, ou seja, certo arranjo institucional para alcançarem decisões – legislativas e administrativas – e, portanto, não poderia ser um fim em si mesmo, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas” (SCHUMPETER, 1984, p. 304). Os procedimentos democráticos são aqueles que asseguram o acesso e o exercício do poder político às lideranças que, através dos partidos, disputam em um mercado competitivo os votos da população. Os procedimentos da democracia liberal representativa são, portanto, a escolha das lideranças responsáveis pelo governo por meio do sufrágio universal e da competição partidária.

Os defensores da democracia liberal como método de escolha das lideranças políticas apostam nesta concepção como garantidora de uma alternância estável dos governos. Assim, acreditam que a democracia, reduzida às regras procedimentais, disciplinaria a disputa pelo poder, restringindo-a à competição entre partidos políticos, bem como organizaria a liberdade política da população no sufrágio universal. Trata-se de um método de renovação pacífica do poder com vistas à redução das crises no âmbito do exercício institucionalizado de governo, pois possibilita, por meio de regras claras e conhecidas, construir uma previsibilidade para os competidores no mercado político. Além disso, renovaria, com intervalo previsto, os governos. Com isso, evitar-se-iam os desgastes naturais do exercício do governo. Esta conceituação de democracia como método configurou-se no modelo liberal democrático de governo, e vem sendo praticada desde meados do século XX.

A democracia como um conjunto de regras procedimentais, tal qual conceituada por Schumpeter, aclimatou-se muito bem à modalidade atual do liberalismo. Fazer valer tais regras se tornou a condição para que diferentes atores entrassem no processo de disputa política com as garantias mínimas de previsibilidade de que os resultados seriam acatados. No conceito de Schumpeter, a democracia perde, portanto, o seu conteúdo valorativo de caráter substantivo para traduzir-se em práticas políticas disciplinadas por regras institucionalizadas e formalizadas em leis que lhe conferem a legitimidade.

Contudo, assim como Weber (1974) refletira anteriormente, Schumpeter não desvaloriza a presença e tampouco a qualidade das lideranças políticas. Ambos atribuem ao Parlamento o espaço de competitividade, e conferem ao conflito político uma especial relevância na emergência da liderança política. Estes autores também detectam, com preocupação, o avanço da racionalidade burocrática na esfera política. Se, por um lado, o aumento das demandas por políticas públicas constituiu-se num dos efeitos da adoção dos regimes democráticos de governo, por outro, tais demandas exigiram a ampliação da burocracia.

Nota-se, particularmente em Schumpeter, que o *homo politicus* não difere do *homo oeconomicus*. A terminologia empregada pelo autor para a política é toda extraída da economia. Assinala-se, por exemplo, esta formulação conceitual: o empresário político, através do partido político, disputa num mercado eleitoral competitivo os recursos de poder, no caso, o voto, para ocupar os postos de governo e obter a representação parlamentar.

Weber e em especial Schumpeter jogam todo o peso do sucesso das democracias representativas na qualidade da liderança política vinculada ao partido político e selecionada num mercado competitivo pelo voto. O exercício do governo, para esses autores, restringe-se àqueles que assumem o encargo de tomar decisões políticas munidos de uma ética da responsabilidade frente às suas consequências. Para o conjunto dos cidadãos, a atividade política se restringe ao período eleitoral. Os líderes dos partidos decidem pelo povo.

A democracia liberal, por sua vez, foi criticada por inúmeros autores brasileiros por seu reducionismo à modalidade representativa combinada à restrição da participação apenas ao processo eleitoral. Na década de 1970, proliferou uma gama de discursos e práticas da participação política além das eleições. Essas formas de participação foram institucionalizadas e incorporadas às constituições que regem a vida política de diversas nações. Destaca-se, neste caso, a Constituição brasileira de 1988, que instituiu mecanismos de intervenção direta dos cidadãos, tais como referendos, plebiscitos, iniciativa legislativa e audiências públicas. Criaram-se, também, novos espaços de participação da sociedade civil na formulação, discussão e implementação das políticas públicas: os Conselhos de gestão das políticas públicas.

Com os Conselhos, pretendia-se a construção de novos espaços de seleção e participação das lideranças oriundas das organizações sociais da sociedade civil. Escolhidos com critérios próprios da organização de origem, essas lideranças portavam mandato imperativo, revogável e não remunerado. As pesquisas de Chaia e Tótor (2002; 2004) apontaram os limites dos Conselhos em relação à democratização do espaço público, primeiro em decorrência das características hierárquicas do aparelho estatal e, segundo, da composição dos Conselhos, nos quais o governo possuía um terço da representação e os representantes da sociedade civil se distribuíam entre instituições prestadoras de serviços e movimentos populares. O reduzido potencial de inovação dos Conselhos se devia à função burocrática de cumprimento das leis vigentes. E mais, os Conselhos se constituíam em órgãos de conflitos de interesses e privilégios de setores da organização social, assim como de legitimação da distribuição de recursos públicos escassos.

Um fato inusitado da política atual, particularmente da democracia liberal desde meados do século passado, é o processo de *juridicização* da política, cujo poder da lei advém menos de seu caráter punitivo e mais de uma garantia da efetiva realização procedimental. Foucault (2008b) já havia percebido esse processo e chamado a atenção para essa nova racionalidade política, que identificou como a do neoliberalismo. Segundo o autor, a lei atua, nesse caso, na redução dos riscos dos competidores no mercado político, isto é, ela possibilita um cálculo racional dos seus investimentos, custos e ganhos. Em suma: a lei torna-se uma regra do jogo<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Foucault (2008b, pp. 347-348) chama a atenção para uma novidade do neoliberalismo norte-americano na conceituação de criminalidade. Esta passa a ser regida pela lógica do *homo oeconomicus*, aquele cuja conduta se orienta para maximizar o lucro e minimizar as perdas. Assim, o crime passa a ser objeto de um “enforço da lei”, ou seja, o conjunto de mecanismos de ação para intervir no mercado do crime e diminuir a sua oferta. O “enforço” constitui um conjunto de instrumentos para dar à lei uma realidade prática, nos âmbitos social, econômico e político.

Se, por um lado, o acesso aos postos de governo configura-se regra do jogo garantido na lei, por outro, a legitimidade do exercício do governo compõe-se, na atualidade, pela institucionalização de espaços de participação dos cidadãos nas tomadas de decisões políticas. No caso brasileiro, trata-se dos conselhos setoriais de políticas públicas (em âmbitos municipal, estadual e federal). Cada um, seja como eleitor, seja como cidadão pertencente a segmentos de interesses específicos, participa diretamente do processo de tomada de decisões acerca da partilha dos recursos públicos e da formulação de políticas públicas. A participação política é uma exigência para a legitimidade dos governos democráticos.

Numa perspectiva distinta, a defesa da ampliação da participação política pode ser problematizada, tendo em vista as tecnologias de poder engendradas. Longe de uma compreensão jurídica do poder, mas com base na relação de forças imanente à forma de governar, Foucault cunhou o termo *governamentalidade* para caracterizar um modo de governo do Estado que se dirige à população, utiliza o saber da economia política e tem por instrumento os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 143). Esta maneira de governar nas democracias atuais exige procedimentos que assegurem a ampliação da participação política, fragmenta a população em segmentos que demandam políticas específicas, convoca os saberes da economia política e, por fim, requer os dispositivos de segurança. Esses últimos se apoiam no que Foucault (2008b) denominou de “enforço da lei” ou racionalidade legal.

A presente *juridicização* da política organiza não somente a disputa pelos cargos de representação política, mas também a participação de todos e de cada um dos cidadãos durante o período de vigência de um mandato Executivo ou Legislativo. Inúmeros são os dispositivos legais que asseguram essa participação. Assistimos a uma racionalidade em que a legalidade não se diferencia da legitimidade, e, tampouco, esta se distingue do modo de governar que se institucionaliza em diversos tribunais de justiça responsáveis por assegurar a chamada regra do jogo democrático, de representação e participação políticas.

Na atualidade, as gestões municipal, estadual e federal estão sob a chancela do Ministério Público, responsável pela fiscalização de suas contas, da probidade administrativa, do cumprimento da dotação orçamentária dos valores previstos em leis complementares dirigidos à saúde, à educação e demais políticas públicas, bem como do cumprimento constitucional do que se refere às modalidades participativas diretas do cidadão nos conselhos deliberativos das políticas públicas. Uma verdadeira cultura jurídica se instalou tanto nas esferas estatais quanto nas instituições sociais. As lutas pelo poder não dispensam o apelo às instâncias judiciais para obterem o selo da legalidade e legitimidade democrática. Aliás, legitimidade e legalidade, hoje, são enunciadas nas verdades discursivas como equivalentes. Ambas configuram a racionalidade do governo das condutas.

O poder Judiciário se torna o *locus* da emergência de lideranças e de atuações que corroboraram para a decadência e descrédito das lideranças políticas – acusadas, julgadas e condenadas por corrupção. Mídia e Judiciário configuram-se em fortes aliados para acelerar a perda da confiança da população em relação a estas lideranças.

Em suma, a democracia, hoje, caracteriza-se pela defesa das regras do jogo como garantia aos políticos para se mobilizarem com risco calculado nas disputas políticas. Eis a marca da racionalidade da democracia atual. Trata-se de uma modalidade fortemente institucionalizada e juridicamente respaldada, embora ainda permaneça a cultura de articulação das práticas políticas por parte de seus personagens, com destaque para a qualidade da liderança política.

Contudo, o *locus* tradicional da emergência desses líderes, a saber, as disputas partidárias e eleitorais, assim como o parlamento representativo, vêm perdendo, nas últimas décadas, o prestígio polí-

tico e o monopólio do exercício da política para as redes midiáticas, particularmente a internet. Esta última oferece um tipo de participação política que coloca em xeque a necessidade da liderança, seja individual, seja coletiva, de grupos ou partidos. A internet tem se configurado num espaço de mobilização política para ações de combate e de resistências aos espaços tradicionais de decisão e, ao mesmo tempo, de controle e capturas dos fluxos políticos nas teias capitalistas de mercado e de suas modalidades de governamentalidade. Seus defensores argumentam sobre a agilidade e a desburocratização dos ciberespaços configurados nas redes da *web*.

Estamos diante do seguinte cenário: por um lado, a tradicional despessoalização da política do tipo racional legal, associada à multiplicação dos dispositivos de intervenção jurídica, a saber, tribunais superiores, tribunais regionais, Ministério Público, etc. Por outro lado, uma perda de prestígio da liderança política parlamentar em razão de sucessivos escândalos de corrupção e de sua baixa qualidade política<sup>31</sup>. Por sua vez, prolifera uma resistência difusa que recusa as formas tradicionais de participação, tais como partidos políticos, sindicatos e associações institucionalizadas. Tais modalidades de resistência se caracterizam pela recusa de jogar conforme as regras do jogo. As resistências se expressam como fluxos mutáveis e heterotópicos<sup>32</sup>.

## Referências

AGGIO, Juliana Ortogosa. *Prazer e desejo em Aristóteles*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Tese (Doutorado), 2011.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Política*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 1985.

COHN, Gabriel. Introdução. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1982.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

PIERUCCI, Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

<sup>31</sup> O Parlamento brasileiro, na última década, vem sendo ocupado por atores das telenovelas, apresentadores de televisão, humoristas, jogadores de futebol ou outros esportistas e pastores evangélicos. Somam-se a estes a denominada “bancada da bala”, composta de ex-policiais, além da bancada ruralista, vinculada ao latifúndio e ao agronegócio.

<sup>32</sup> Segundo Foucault (2001, p. 415), há em qualquer cultura “lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contrapositionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais (...) estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécie de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis”. Foucault denomina esses lugares de heterotopias.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TÓTORA, Silvana e CHAIA, Vera. “Conselhos Municipais: descentralização, participação e limites institucionais”. In: BÓGUS, L. M. e RIBEIRO, L. C. (Orgs.). *Cadernos MetrÓpole*, nº 8. São Paulo: Educ, 2002.

TÓTORA, Silvana e CHAIA, Vera. Conselhos municipais e a instituição da participação política: a Região Metropolitana de São Paulo. In: SANTOS, RIBEIRO E AZEVEDO (Orgs.). **Governança democrática e poder local**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, pp. 193-221.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H. H. e MILL, W. (Orgs.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. Tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores)

VERNANT, J. P. Esboços da vontade na tragédia grega. In: VERNANT, J.P.; NAQUET, P. V. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

## A partir de Shakespeare, o pensamento político expandido

Miguel Chaia<sup>33</sup>

William Shakespeare (Inglaterra, 1564 – 1616) produziu a quase totalidade das suas peças trágicas e históricas numa perspectiva política aguçada, nas quais expressa densa análise política das relações de poder nas nações, reinos ou repúblicas europeias, no Império Romano, na própria Inglaterra e seus vizinhos e, inclusive, no recém descoberto Novo Mundo, ou seja a Ilha Tropical de Sycorax e Caliban. Esta potência vivente da obra de Shakespeare afeta a área do saber político, uma vez que permanentemente descobre-se nos seus textos uma rede de acontecimentos políticos e conhecimento sistematizado que tendem a se desdobrar em análises e críticas de estruturas sociais e de conjunturas políticas. Neste sentido, é possível detectar no autor inglês um pensamento que tangencia conceitos, teorias e recortes de práticas políticas estruturais, com suas regras próprias e funcionamento específico.

Carl Schmitt, buscando compreender como Shakespeare (no caso específico, analisando *Hamlet*, 1600), não se limita à psicologia, mas invade a instância histórica e, também, como consegue ampliar o significado do psicológico para o sociológico (com respeito ao drama e à questão da origem do acontecer trágico), afirma que – para tanto – não se pode caracterizar o dramaturgo inglês como um artista “trabalhador doméstico”, isto é, um gênio artista produzindo com ilimitada liberdade de criação, uma subjetividade política lírica (SCHMITT, 1993, p. 29). Em oposição à ideia de um poeta romântico, Schmitt caracteriza Shakespeare como um artista ao qual corresponde um outro tipo de liberdade, aquela pertencente ao “dramaturgo”. A particularidade de uma peça teatral de Shakespeare diferencia-se de outras obras poéticas/líricas à medida que:

Shakespeare não escreveu suas obras para a posteridade, senão para seu público londrino que tinha uma existência concreta. Na realidade, nem sequer pode-se dizer que as escreveu. Foram compostas tendo em vista destinatários muito concretos. Nenhuma das obras de Shakespeare teve um público formado por expectadores que haviam lido previamente a obra representada e nem a conheceram a partir de um livro impresso.<sup>34</sup> (SCHMITT, 1993, p. 29)

Assim, nesta formulação, as obras teatrais produzidas por Shakespeare surgiram de uma relação de conhecimento intelectual que o autor estabeleceu com a realidade circundante. Estas obras foram originadas do “estreito contato com a corte londrina, com o público de Londres e com os atores londrinos. A referência a acontecimentos e personalidades histórico-temporais, intencionais ou não, se produzia por si mesma, seja em forma de uma mera alusão ou como um verdadeiro reflexo. Em tempos de inquietude e tensão política isto era algo inevitável”. (Ibid. p. 30) Para Schmitt, há um caminhar shakespeariano em direção ao saber público (da plateia à corte), há a consideração do conhecimento de fatos históricos ou mitológicos que impregnam o público da época, e, neste sentido, as peças do

---

<sup>33</sup> Professor do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da PUC-SP; pesquisador do Núcleo de estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP).

<sup>34</sup> O texto original de Schmitt está em espanhol. As passagens deste autor citadas em português são uma livre-tradução de Miguel Chaia.

inglês aparecem como uma “construção artística pública” que, inclusive, reelabora a memória sócio-histórica da realidade circundante. Esse processo de criação específico do dramaturgo ocorre então com claros limites da liberdade de criação subjetiva (a liberdade seria própria a qualquer outro artista ou autor teatral lírico, mas não no caso de Shakespeare), uma vez que Shakespeare é: “um autor de peças teatrais destinadas diretamente à representação ante um público bem conhecido, [que] não só mantém uma relação de intercâmbio psicológico e sociológico com seu público senão que forma parte de um espaço público comum.” (Ibid., p. 30)

Deve-se, portanto, entender Shakespeare como um criador de obras assentado num espaço dado por valores públicos, fornecidos por uma gama de sujeitos que compreende o próprio autor, o diretor, os atores, o público e os saberes históricos e mitológicos que circulam pela época. A necessidade de Shakespeare produzir nestas condições específicas de limite da liberdade e de extensa sensibilidade às coisas do mundo tornam-se necessárias para poder apresentar uma peça que facilite o entendimento das narrativas, cenas, ações, características das personagens e situação histórica, pois, pelo contrário, Shakespeare correria o risco de perder o contato efetivo com o público do teatro. Para tanto, o autor recorre à memória coletiva, ao conhecimento comum que perpassa a sua época. Podemos, então, delinear no autor, um pesquisador e historiador que irá oferecer formas sistemáticas de conhecimentos disponíveis na sua época.

Desta forma, a criação, que é claramente uma produção, das peças de Shakespeare é atravessada por saberes e expectativas que acabam por imprimir às peças um alto grau de reflexão que permanentemente permitem abordar e disseminar os acontecimentos da realidade. Para Schmitt, o saber do expectador é um fator essencial no teatro shakespeareano. Tem-se uma particular situação artística na qual Shakespeare – ao trabalhar com as conexões do espaço público – adquire tal potência estética exatamente por compartilhar de um esforço coletivo de narrar o mundo.

Barbara Heliodora (2006) também realça o fato de que Shakespeare escreveu suas peças para o ator e para o palco – no período de 1598, com as peças apresentadas no *The Theatre*, o público era mais reduzido. A partir de 1599, com o teatro *Globe*, “as encenações eram apresentadas a um público cujo número podia atingir 2000 pessoas. Tais platéias eram formadas por um largo espectro da população londrina, e Shakespeare foi um autor popular sempre preocupado em ser compreendido por todos...”. (HELIODORA, 2006, p. 10) Mesmo com o intuito da clareza e comunicabilidade com o público, num paradoxo bem sucedido, Shakespeare utilizava-se da linguagem moderna e para facilitar a compreensão da narrativa ele criou novas palavras, enriquecendo e recriando a língua inglesa. Além destes aspectos, Heliodora também aponta que Shakespeare volta-se, em suas obras, para “o ser humano em sua variedade infinita” e, com esta preocupação, também buscava um público variado.

Vale a pena assinalar, ainda, que Shakespeare poderia ter contado com colaboradores para auxiliar na elaboração de passagens para algumas peças. Neste caso, Heliodora escreve que a cena de *Macbeth* em que entra Hécate com as bruxas e a presença da canção nesta mesma cena aparecem na peça *The Witch*, de Thomas Middleton, “levando vários estudiosos a admitir que Middleton tivesse sido chamado a colaborar com Shakespeare e fosse responsável pelo V Ato e seus problemas”. (HELIODORA, 2006, p. 697)

Tais colocações de Heliodora corroboram com as propostas de Carl Schmitt, mostrando a obra teatral de Shakespeare sendo gerada por um processo compartilhado de saberes, permitindo pensar cada peça como uma perfeita antena que aglutina fluxos essenciais de conhecimentos em movimento na sua época.

Nesse sentido, Shakespeare lê e pesquisa grande parte do material bibliográfico produzido na sua época. Em *A Tempestade* (1611), o dramaturgo dialoga com Maquiavel e Montaigne e com as futuras formulações de Hobbes, criando uma constelação de conceitos que fundamentam seu pensamento político. Pode-se dizer que *A Tempestade* encena Maquiavel, imprimindo expressão sensível a conceitos como principado novo, fortuna e *virtú* e poder e liberdade. E, o grande cenário das reflexões, ações e embates da peça se desenvolvem numa ilha tropical da recém descoberta América – descoberta propagada por Montaigne. Sendo a última peça escrita por William Shakespeare, este autor tomou conhecimento dos textos de Montaigne e dele traz noções como mundo novo e desejo de utopia tendo buscado pelos europeus da época. Em oposição à racionalidade e ao significado das instituições europeias (Milão e Nápoles), esta ilha nova é dada pelo reino da magia, comandado por Sycorax e seu filho Caliban que, sob novo jugo, torna-se um escravo selvagem e deformado. A ilha na sua origem é habitada por espíritos etéreos – próprios da ideia que os europeus deverão criar à respeito das novas terras.

Com relação a Hobbes, Shakespeare elucida, num recorte exemplar dado por Próspero, a origem do leviatã, indicando minúcias da violência física e da ordem moral exercida pelo soberano (*by nature e by institution*), aspectos esses sintetizados em Próspero aquele que faz “ofuscar o sol do meio dia”, aquele que é portador da arte (da política) e da magia (do conhecimento nas suas diferentes possibilidades). Por sua vez a ideia de “liberdade” constitui-se na peça como uma pista para articular todos os demais conceitos da política que perpassam o texto de Shakespeare. Assim, pode-se dizer que neste dramaturgo existe um pensamento político sistematizado fundamentado não apenas nas análises argutas das conjunturas políticas da sua época, mas, principalmente, pela articulação de noções oriundas da filosofia política produzida no seu tempo. Numa perspectiva trágica, a liberdade é um valor procurado por todos os personagens – Ariel é motivado pela liberdade para realizar suas ações para o governante; Caliban que fora livre sob o jugo da mãe, deseja agora a liberdade sob o jugo de Próspero; Miranda insiste na sua liberdade nas argumentações com o pai poderoso; e, ainda, Próspero, ao final da peça, também pede pela liberdade. Aquele que governou com o poder soberano, tragicamente, clama por liberdade. Poder e liberdade formam um par que é a base do conflito permanente e agônico entre um acontecimento, o poder, e um valor, a liberdade.

Enfim, Shakespeare encena não só Maquiavel, mas também traz para a cena política formulações de La Boétie, Hobbes e Montaigne e outros filósofos e escritores do seu tempo. Em Shakespeare e nestes quatro filósofos a política como tragédia envolve o encontro entre a força e autonomia do poder e o desejo e a construção da liberdade. A discussão de um destes dois temas exige a compreensão do outro – e vice-versa num movimento constante e permanente. A liberdade, torna-se assim, a melhor referência para se pensar a tragédia da presença política – uma esfera de conflitos agônicas entre poder e liberdade.

Um estudo da concepção shakespeariana do poder e da política, bem como uma comparação com os ensinamentos de Maquiavel podem ser feitos a partir da maioria das peças de Shakespeare, conjuntos ou unidades, independentemente do fato deste autor ter ou não tomado conhecimento e assimilado os ensinamentos do pensador florentino.

*A Tempestade*, aqui selecionada para fins deste estudo, é uma obra que permite apanhar a dimensão política expressa na produção shakespeariana, valorizando não apenas as suas características internas, mas também algumas formulações de Maquiavel. Esta última peça escrita por Shakespeare foi publicada em 1611 e possui algumas particularidades que a tornam exemplar para servir aos objetivos aqui propostos. *A Tempestade* situa-se num ponto equidistante das obras históricas, das tragédias e das

comédias, embora apresente traços das demais, adquire um forte sentido metafórico, constituindo-se quase numa construção do essencial dos mecanismos de poder e das relações políticas. A dramaticidade das personagens, a carga poética do texto ou até a demasiada humanidade podem estar reduzidas na peça, mas em contrapartida as personagens e as cenas sintetizam significativas situações políticas.

Enquanto produção derradeira de Shakespeare é como se o poeta tivesse aí apurado o seu conhecimento, aprofundado a compreensão de política e assimilado o fundamental de Maquiavel para apresentar um painel realista da ilha política. Cria-se, então, um modelo de armação do poder, em que a presença de elementos da história é reduzida para reforçar as relações e a estrutura política. Shakespeare coloca à disposição um esquema complexo e aberto que multiplica as possibilidades da análise.

*A Tempestade* mostra o governo instaurado por Próspero, em uma ilha, após ter sido destronado do Ducado de Milão por seu irmão Antonio, pactuado com o rei de Nápoles. Em seguida à usurpação, ele é colocado, com sua filha Miranda, num barco (com alguns livros e mantimentos, graças à nobreza de Gonçalo) que, à deriva, os conduz até a ilha. Mais tarde, já de plena posse de novos poderes, a generosa fortuna permite que Próspero se vingue dos usurpadores, quando eles estão navegando nas costas da ilha. Próspero arma uma tempestade e com a ajuda de Ariel, o espírito servidor, manipula os destinos dos náufragos, que conseguiram chegar às praias da ilha, também habitada por outros espíritos e por Caliban, escravo peçonhento (CHAIA, 2007, p. 168-169).

No que se refere à relação do pensamento político de Shakespeare pontuado até agora, a partir de *A Tempestade*, com as formulações de Maquiavel, Hobbes e Montaigne, pode-se estabelecer um quadro referencial a partir das seguintes formulações:

- Maquiavel, Shakespeare e Hobbes pensam a política num sentido trágico, enquanto sucessão de relações de forças que entram em equilíbrio e desequilíbrio constantemente. As instituições não são garantias de estabilidade política e nem os governantes possuem garantia do fim ou do sucesso das suas ações;
- A Ilha de Próspero equivale ao “Principado Novo” formulado por Maquiavel e o espaço de funcionamento do poder soberano hobbesiano;
- O poder de Próspero é um poder soberano que “faz brilhar o sol do meio-dia”, permitindo afirmar que, após a perda do poder no ducado de Milão, este personagem passe a exercer a política respaldada no Realismo Político;
- O esforço de Próspero se traduz na ação política voltada, agora, na Ilha, para a conquista e a manutenção do poder político;
- A relação de Próspero com Caliban e Ariel (súditos), se faz em base de uma série de conjunturas políticas norteadas ora pelo poder, ora pela liberdade;
- Ariel aparece como um espírito etéreo que simboliza a liberdade, dimensão procurada exaustivamente e permanentemente por esse personagem. Nesse sentido, Ariel expressa a possibilidade da governança se fazer tendo por base a legitimidade;

- Caliban, por sua vez, indica a possibilidade do Príncipe agir pela força, pela coerção. Nesse sentido, Caliban expressa o aspecto violento do governo;
- De um lado, Ariel aponta para a ação racional na relação política e Caliban para a irracionalidade na política.
- Caliban também quer ser livre, mas age pela paixão, reage a Próspero na forma de desobediência e confronto. Para Ariel, a possibilidade da liberdade se torna possível uma vez que ele age, aceitando a dominação de Próspero. Nesta direção, Próspero diz a Ariel: “Serás tão livre quanto o vento das montanhas, basta apenas seguir as minhas ordens”.
- Próspero, no primeiro momento em que reina no ducado de Milão, aparece como um Príncipe sem vontade de governar, alheio às coisas da política. Somente, após a travessia do mar, ao chegar à Ilha, Próspero gozará da virtú e da fortuna. Seu governo, então, num Principado novo, caracteriza-se pelo realismo político.
- Após sua profunda experiência política no governo da Ilha, o epílogo da peça mostra Próspero também reivindicando a liberdade: “Meu poder já não existe, / Só minha sorte persiste...Mereço escapar à pena. / Libertai-me pois da Ilha/... Deixai-me ir livre
- O poder de Próspero, “tão poderoso que seria capaz de dominar Setebos, o Deus de minha mãe...”, equivale ao poder do Leviatã hobbesiano.
- De um lado, Próspero, o Leviatã é divino, cria uma nova moral ao chegar à Ilha, produz uma nova ordem (Ariel). Por outro lado, é terreno, impõe-se pelos livros e, também, pela violência (Caliban). Próspero impõe sua vontade, exige obediência e reprime pela força.
- Assim, Próspero exerce seu poder sobre o corpo (bio) de Caliban e, simultaneamente, sobre a alma (aceitação) de Ariel.
- Próspero está permanentemente sob o risco da dissolução do Estado e do retorno ao estado da natureza.
- Portanto, numa tradição baseada em Maquiavel e em Hobbes, Shakespeare, nessa obra, supõe a política como tragédia. Os conflitos e as tensões, tanto na vida quanto na política, são agônicas permanentes.

Ao se considerar Montaigne, cabe assinalar que Shakespeare introduz em *A Tempestade*, duas ideias básicas: novo mundo e utopia. Veja-se nesse sentido a seguinte fala de Gonçalo, após dar nas costas da Ilha:

Em minha república eu faria tudo pelo avesso. Não permitiria nenhuma espécie de comércio, nem nomearia juízes. Ninguém saberia ler e escrever. Nada de riqueza, pobreza ou servidão. Nem contratos, heranças, limites, demarcação de terra, nem lavouras nem vinhedos. Nada de azeite, vinho, trigo ou metal. Nada de trabalho. Todos os homens seriam desocupados, todos. E também as mulheres, embora inocentes e puras. Nada de governo”.

...

Todas as coisas seriam partilhadas. A natureza daria tudo, sem suor nem esforço. Não haveria traição, nem crimes. Nem espadas, lanças, punhais, armas de fogo, nem necessidade de instrumentos de guerra. A natureza por si mesma alimentaria o meu povo inocente com fartura e abundância (SHAKESPEARE, 1991, p. 69).

Gonçalo é um homem que entende bem o cotidiano do poder político, pois ocupa o cargo de conselheiro de Alonso, rei de Nápoles. A fala acima desse personagem indica que Shakespeare apropria-se da ideia de Novo Mundo e de Utopia, próximas aos escritos de Montaigne, nos *Ensaios* (2000/2001).

O devaneio de Gonçalo aponta para o homem vivendo o chamado estado de natureza, onde todos seriam livres e iguais. Também reforça os mitos da América como a terra nova, na qual a natureza supre todas as necessidades. Trata-se da visão europeia do novo Eldorado.

“*Let your indulgence set me free*” – pede Próspero, aquele que exerceu o poder soberano e praticou o realismo político quando na ilha, na última linha do texto. “Libertai-me, pois, da ilha” (SHAKESPEARE, 1991, p. 159). A liberdade como uma dimensão que entrecruza o existencial e o sociopolítico. A procura pela difícil sociabilidade desdobra-se na busca pela política como última prova de humanidade, mesmo que a situação política seja aquela engendrada no paradoxo.

Paralelamente estaria sendo aberta a possibilidade do cidadão viver a nova república, na qual seria permitido ou experimentado o gozo político da liberdade: “Serás tão livre quanto os ventos da montanhas. Mas deves seguir rigorosamente as minhas ordens” (idem, 57).

## REFERÊNCIAS

- CHAIA, M. A Natureza da Política em Shakespeare e Maquiavel. *Revista Estudos Avançados USP*, v. 9, n. 23, p. 165-182, 1995.
- HELIODORA, B. (1978). *A Expressão Dramática do Homem Político em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HELIODORA, Bárbara. *William Shakespeare - Teatro completo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006.
- HELIODORA, Bárbara. *A expressão dramática do homem político em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HOBBS, Thomas. *Os pensadores*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- RINESI, Eduardo. *Política y tragedia – Hamlet, entre Hobbes y Maquiavelo*. Argentina: Ediciones Colihue, 2003.
- MONTAIGNE, M. *Ensaios*. São Paulo: Martins Fontes, 2000/2001.

SCHMITT, Carl. **Hamlet, o Hecuba – La irrupcion Del tiempo em El drama**. Coleccion Hestia-Dike. Valencia: Universidade de Murcia, 1993.

SHAKESPEARE, W. **A Tempestade**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991.

TRAVERSI, D. A Tempestade. In: **William Shakespeare – IV Centenário**, Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1964.

# História e política do Brasil na pintura de Pedro Américo<sup>35</sup>

Rodrigo Estramanho de Almeida<sup>36</sup>

Foi o enciclopedista francês Chevalier Jacourt que disse que "em todas as épocas, aqueles que governaram sempre utilizaram pinturas e estátuas para melhor inspirar as pessoas com os sentimentos que lhes desejavam dar".

Ora, é sabido que desde a antiguidade as representações pictóricas são utilizadas para dar vazão à necessidade humana de representar o sagrado, o sobrenatural, o cotidiano, a vida coletiva e os indivíduos. Foi e ainda é por meio de imagens que se projetaram e se projetam os ícones das doutrinas religiosas, deuses, santos, mitos, lavradores, governantes, líderes, cidadãos comuns, guerreiros e etc. sejam eles fruto de pura abstração criativa ou mesmo representações mais ou menos fiéis de indivíduos e/ou situações que de fato existiram ou ocorreram.

No que diz respeito à relação entre arte e política e mais precisamente sobre a representação de governantes e líderes políticos em obras de arte, é preciso voltar milhares de anos nas representações deixadas pelas antigas civilizações.

De Faraós mimetizados aos deuses no antigo Egito à figuração de imperadores em Roma, passando pelas pinturas de figuras centrais no absolutismo dos séculos XVII e XVIII, chegando até às famosas representações de lideranças do comunismo e do fascismo no século XX – cuja representação ganha lastro na propaganda de Estado – a representação de lideranças políticas por meio de pinturas idealizadas ao sabor dos acontecimentos políticos é algo constante e sobremaneira conhecido.

Em todo caso, no que diz respeito mais amplo da relação entre a arte e a política se

deve não apenas visar as circunstâncias históricas, mas também levar em conta as múltiplas concepções sobre o significado da política e da arte. As diversidades de conceituação política podem ser compreendidas numa larga faixa que vai de sua imediata identificação com o social, com o coletivo, com o público – conforme a tradição clássica – até as abordagens em torno da prática do sujeito, ao se considerarem as recentes formulações da micropolítica. Ao se supor a ideia primordial de política inventada dentro da *pólis* grega (*politikós*), bem como as especificidades da obra de arte, estão dadas inúmeras pistas para se pensar as relações entre arte e política (CHAIA, 2007, p.19).

Assim, a adoção de imagens e representações de indivíduos e momentos diretamente relacionados à política podem contribuir de forma relevante para uma agenda de pesquisa que vise conhecer o fenômeno da construção de narrativas sobre lideranças políticas emergidas em diferentes contextos históricos e sociais, pois

---

<sup>35</sup> Trabalho originalmente apresentado no 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política, da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017 fruto de resultado parcial de pesquisa desenvolvida no contexto do projeto temático 'Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais' financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Processo nº12/50987-3

<sup>36</sup> Graduado em Sociologia e Política, mestre e doutor em Ciências Sociais é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

formalmente, as narrativas existem no tempo, e as imagens, no espaço. Durante a Idade Média, um único painel pintado poderia representar uma sequência narrativa, incorporando o fluxo do tempo nos limites de um quadro espacial, como ocorre nas modernas histórias em quadrinhos, com o mesmo personagem aparecendo várias vezes em uma paisagem unificadora, à medida que ele avança pelo enredo da pintura. Com o desenvolvimento da Renascença, os quadros se congelam em um instante único: o momento da visão do espectador. A narrativa então, passou a ser transmitida por outros meios: mediante "simbolismo, poses dramáticas, alusões à literatura, títulos" – ou seja, por meio daquilo que o espectador, por outras fontes, sabia estar ocorrendo (MANGUEL, 2001, p. 24-5).

A realidade latino-americana a realização de representações figurativas de líderes políticos ganham contorno diferenciado, posto que são representações pós-coloniais de personagens que emergiram no contexto das lutas e processos de independência ocorridos nos inícios do século XIX.

Se por um lado essas representações guardam vínculos inevitáveis com a forma externa do colonizador, terão, ao mesmo tempo, que representar o novo surgido das revoluções ou dos pactos políticos dos processos de ruptura com as metrópoles coloniais.

No caso brasileiro, a obra de Pedro Américo Figueiredo e Melo (1843-1905) está como uma de grande repercussão entre os pintores brasileiros pós-independência. Artista chave do academismo brasileiro, o pintor ainda se destacou como escritor, político, teórico e cientista. Sua obra artística não raras vezes foi e é utilizada na ilustração de livros didáticos de história do Brasil, bem como se ajustou e se ajusta facilmente aos acervos dos museus brasileiros, sobretudo nas sessões voltadas aos itens da política nacional.

Pinturas de Pedro Américo cujo tema é a "liderança" ou "momentos da história política do Brasil" podem ser encontrados nos acervos de museus históricos como Museu Paulista – SP e Museu Histórico Nacional – RJ. Destarte pode-se depreender certa leitura da cultura política brasileira a partir da produção artística de Pedro Américo.

Assim, o objetivo do esboço de análise que aqui empreenderemos é gerar uma compreensão capaz de iluminar compreensões sobre a imaginação política do país por meio de pinturas que se notabilizaram em museus, chegando a ocupar a iconografia de livros didáticos de história.

O recorte específico são as telas produzidas pelo pintor cujo tema esteja voltado à figuração de ícones e momentos políticos brasileiros. A abordagem poderá se dar sobre dois tipos de quadros produzidos pelo artista: aqueles em que a liderança política é retrato, objeto central da tela, ou em que ela apareça como protagonista em um cenário, contexto histórico. Como exemplo do primeiro caso pode-se citar *Retrato do Conselheiro Lopes Neto* (1882) e do segundo caso pode-se citar *Independência ou Morte* (1888) cujo cenário é o da independência do Brasil em que figura a liderança de Dom Pedro I.

Nesta proposta que toma por objeto as representações das lideranças políticas em seus quadros, este objetivo se coloca de maneira mais aguda: compreender a criação e representação e porque não dizer o reforço e/ou invenção de lideranças políticas brasileiras no imaginário nacional a partir da produção pictórica de um artista brasileiro da segunda metade do século XIX.

A análise das pinturas será realizada por meio de recursos anunciados, principalmente em Mangel (2001). Dar-se-á maior ênfase à análise interna das obras, procurando desvelar os sentidos impressos pelo artista na figuração das personagens no que tange a relação destas com a formação do imaginário político brasileiro.

A análise interna deverá, pois, elaborar uma sistematização que possibilite a formação de chaves compreensivas para a formulação de uma relação entre o pintado pelo autor e a realidade, isto é, da representação da liderança na obra de Pedro Américo e a consubstanciação destas lideranças na história.

Nesse contexto, as pinturas do artista a serem analisadas – *Independência ou Morte* (1888) e *Tiradentes Esquartejado* (1893), entre outras – são aquelas voltadas diretamente à representação de momentos históricos específicos, cuja representação da liderança fique explícita por meio da figuração do protagonismo. Isto é, a liderança deverá aparecer não só representada como liderança, mas deverá estar inserida tal com uma em um momento, episódio específico.

Assim, além dos recursos analíticos de Manguel (2001) serão incorporadas as noções de *Testemunha Ocular* (2004) de Peter Burke uma vez que o volume traz estratégias de análise interessantes para pensar a relação da representação de momentos históricos nas artes.

Ademais, será mobilizada alguma bibliografia relacionada à história e à cultura política do Brasil à guisa de lastrear nossos argumentos para a elaboração de um início de debate com temas pertinentes às imagens.

Em se tratando de uma proposta inicial para uma agenda de pesquisa sobre a relação da arte com lideranças políticas no Brasil, o que segue é mais um roteiro que organiza as ideias para aprofundamento posterior do que um relatório completo de análise empírica e confronto de outras análises e/ou bibliografia. Assim, a ampliação do debate sobre as obras do artista, sua relação com o mercado da arte, entre outros itens cuja importância não abonamos, não terá aqui, pela natureza do trabalho que ora expomos, a devida atenção.

### **Pedro Américo, a arte e a política: algum contexto**

Pedro Américo de Figueiredo e Melo notabilizou-se como um dos mais importantes pintores brasileiros por meio de uma obra que combinou – seguindo o figurino do tempo – elementos neoclássicos, românticos e realistas.

Os dotes artísticos do menino nascido na pequena cidade paraibana de Areia em 1843 – época marcada pelo início do II reinado, pela ascensão de Dom Pedro II (1825-1891) ao poder e pela centralização política – o levaria para estudar na capital do Império, Rio de Janeiro, em 1855; tendo sido agraciado com uma bolsa na Academia Imperial de Belas Artes (Aiba) à época dirigida pelo importante pintor brasileiro Manoel Araújo Porto-Alegre (1806-1879).

Após alguns meses de estudo o jovem estaria fortemente condicionado pela atmosfera romântica que ambientara quase toda produção artística do período. Foi justamente no segundo reinado que o Estado agiu fortemente no sentido de criar instituições e injetar recursos na criação literária e artística da nação.

Passados o momento de institucionalização do I Reinado (1822-1831), bem como as sucessivas crises do período regencial (1831-1840), cumpria ao reinado de D. Pedro II dar cabo não só do projeto de Estado do Brasil independente como, também, o de nação. Assim é que no Brasil, entre 1841 e 1870, no auge do II reinado

a ideia de povo, o seu sentido e caráter, era rarefeita, as palavras-chave que melhor poderiam indicar o que era o Brasil eram desconhecidas, impensáveis. O sentido da nação, sua origem e significado eram ideias sem lugar, ou melhor, lugar sem ideias. Era preciso dar sentido a criação da nova nação, necessitava-se de mitos, faltava inventar tradições e, enfim, uma história que pudesse reunir e dar cabo destes elementos (ALMEIDA, 2016, p. 130).

Entrementes, não foi à toa que o estudante de pintura deixou registrada em uma carta que escreveu a um amigo em 20 de fevereiro de 1855 a vontade de se engajar na pintura histórica, leia-se, no projeto de nação do Estado brasileiro. Assim, registrou "tenho vontade de seguir a pintura histórica. Não sei se faço bem" (TORRES, sd, p. 77-8 Apud DIAS, 2013, p. 20).

O fato é que a escolha pelo tema da pintura histórica e a sequência dos estudos até o início da década de sessenta do século XIX renderia a Pedro Américo dezenas de prêmios e medalhas por sua produção; ao que tudo indica que sua preferência temática caiu como uma luva no contexto artístico e político no qual trabalhou.

De acordo com Pedro Américo, uma tela histórica deve ser baseada na verdade mas, no entanto, "a realidade inspira, mas não escraviza o pintor". Para ele, o objetivo do artista deve ser reproduzir esteticamente para o espectador a mesma interpretação que o historiador repassa ao leitor: o sentido claro e preciso da versão do fato histórico (VASCONCELOS, 2016, p. 151).

O desempenho do jovem pintor renderia mais uma bolsa do Império com a recomendação de estudos na importante escola parisiense École Nationale des Beaux-Arts, onde estudará, até meados de 1864, com proeminentes artistas franceses, tais como Jean-Hippolyte Flandrin (1809-64), Sébastian Cornu (1804-1870), Horace Vernet (1789-1863), entre outros.

Vivendo em Paris na mesma época das reformas urbanas de Haussmann (1809-1891) o pintor terá contato com a primeira modernidade urbana europeia, bem como se matriculará na Sorbonne para estudar Ciências Naturais, Filosofia e Física. Daí que sua produção, mais tarde, não se resumirá às artes plásticas – não obstante que nessa área é que ganhará toda a notoriedade futura – tendo se aventurado na produção de diversos trabalhos teóricos sobre história, filosofia natural, poesia e romance.

Ao regressar ao Brasil em 1864, Pedro Américo passará a integrar, por meio de concurso público, o quadro docente da Academia Imperial de Belas Artes, lecionando Desenho Figurativo. Daí em diante serão várias as licenças solicitadas para retornar à Europa. A atividade docente e as viagens constantes eram divididas, ainda, com a contribuição do pintor na revista *Comédia Social*, órgão de imprensa no qual o artista atuou como caricaturista.

Entre aulas, viagens e caricaturas será, no entanto, nas Exposições Gerais – o mais importante evento artístico do Império – que o artista se consagrará fazendo expor as telas que dali saíram para a ilustração dos livros didáticos brasileiros nos cem anos seguintes. E na inserção de quadros, tais como a Batalha de Campo Grande cuja recepção será de críticas positivas de colegas e colecionadores brasileiros e estrangeiros.

O fato é que os temas históricos das pinturas inseridas nas Exposições Gerais "obteve grande reconhecimento e valorização pelos pincéis de Pedro Américo. Os artistas passavam a ser vistos com outros olhos pela sociedade letrada e pelo governo, que, ávido por eternizar seus feitos por meio da grande pintura, especialmente após a guerra do Paraguai, encomenda novas telas" (DIAS, 2013, p. 24) aos pintores do período, entre os quais sobressaísse pela popularidade, Pedro Américo.

Assim, as pinturas de batalhas da Guerra do Paraguai serão o mote de boa parte da produção que o consagrou e será uma encomenda do governo imperial que fará gerar uma de suas obras de maior dimensão. Instalado em Florença, o pintor realizará a *A Batalha do Avaí* (1872-1877) pintada sobre uma tela de dez metros de largura.

Após *A Batalha do Avaí* o artista dedicará sua produção à pinturas de tema religioso, mas voltara a baila com o tema histórico em 1888 – ano em que é assinada a abolição da escravatura e um ano antes da queda do Império – pintando, a partir de uma encomenda negociada com o governo da província de São Paulo, a tela *Proclamação da Independência* ou *Independência ou Morte* (1888), umas das obras que analisaremos no próximo tópico.

Entretantes, o fato é que

(...) o contexto político e social de 1888 era de grandes mudanças. A abolição da escravatura naquele ano anunciava o fim do Império, e a República foi proclamada em 1889. Nesse momento, Américo já havia retornado de Florença e tratava de prestar seus serviços ao novo regime; [e] (...) ele realiza a tela *Tiradentes Supliciado*, representando o mártir saudado pela República e colocando-se à disposição como pintor desse novo contexto (DIAS, 2013, p.26).

A obra *Tiradentes Supliciado* (1893), também conhecida como *Tiradentes Esquartejado* será, também, objeto desse esboço analítico.

Por ora, à guisa de conclusão desse tópico, vale ressaltar alguns aspectos que sobressaem na análise inicial do contexto no qual Pedro Américo estava inserido e que devem fazer parte da agenda futura de pesquisa sobre o tema:

a) a formação, bem como a inserção do artista no quadro mais geral da produção artística se deu no II Reinado e há que se aprofundar a análise do contexto, sobretudo no que diz respeito aos vínculos programáticos do pintor com o projeto nacional empreendido pelo governo imperial. Nesse sentido valerá, também, aprofundar análise sobre como se dava a relação do Império com os artistas por meio de instituições responsáveis por difundir o projeto do Estado na seara artística. Ainda, deverá se levar em consideração os mecanismos de concessão de bolsas e mecenato, bem como os critérios de encomenda estatal de obras artísticas de tema histórico.

b) o processo de 'conversão' do artista no que diz respeito aos conteúdos das obras após a proclamação da República e como passou a se dar o processo de encomenda e mecenato no novo regime, dado que os comentadores e historiadores da obra do pintor denotam mudança, se não radical, ao menos oportuna, do artista como representa a tela *Tiradentes Supliciado* que, como veremos, alude por meio de diversas referências mais ou menos explícitas a uma atitude de comprometimento do pintor com o repertório cultural adotado pelos republicanos brasileiros.

c) a agenda da pesquisa posterior não deverá deixar de levar em consideração os possíveis vínculos que podem existir, em um sentido programático, dos conteúdos internos das pinturas de Pedro Américo com suas ideias sobre história e política que podem aparecer registradas na parte de sua obra cômica como caricaturista na *Comédia Social*, bem como a que não a das artes plásticas, visto que o artista se dedicou, também, à escrita de textos teóricos e literários.

Em todo caso, como o intuito aqui é iniciar um exercício de leitura e compreensão interna de alguns itens da obra do artista relacionados à representação de lideranças na pintura pós-independência brasileira, deixamos esses pontos expostos para a agenda da pesquisa posterior e seguimos para o próximo tópico que visa adentrar um pouco a instância empírica da proposta analítica.

## Mapeamento das obras

Para o desenvolvimento da análise que permita alguma compreensão da cultura política brasileira relacionada à representação de lideranças políticas na obra do pintor Pedro Américo, fizemos um mapeamento específico da produção do artista.

Para tal, foram listadas apenas aquelas pinturas do artista voltadas à representação figurativa de personalidades reconhecidas no imaginário político nacional como lideranças políticas sejam elas institucionais, populares ou não. Essas pinturas podem ser retratos, bem como podem ser representações de momentos históricos específicos.

O que segue, pois, é um mapeamento das pinturas de Pedro Américo relacionadas ao tema da história e da política, arrolando o conjunto das obras do artista no qual há alguma representação de lideranças políticas.

Nesse tópico, não faremos análise interna de cada uma das imagens, pelo que faremos apenas uma análise do conjunto a partir do qual será pensado o tópico posterior de análise interna de algumas dessas pinturas.

Desse modo, a presente sistematização dispõe: a) o título da pintura; b) ano; c) técnica e materiais de composição utilizados; d) dimensões do original; e) local atual de acervo/ exposição.

Assim, a Tabela 1 lista sete quadros do artista com tema histórico-político. Desses sete itens, nota-se que três são figurações diretas de lideranças políticas brasileiras. Ou seja, são retratos. As outras quatro pinturas são cenários em que figuram lideranças políticas brasileiras. Isto é, são representações de momentos em que aparecem lideranças políticas como protagonistas diretas.

**Tabela 1 - Pinturas de Pedro Américo nas quais figuram lideranças políticas**

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Características</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Acervo</b>	<b>Outras informações</b>
<i>Casamento da Princesa Isabel</i>	1864	Óleo sobre tela	69 x 51 cm	Museu Imperial, Petrópolis, Brasil	(Estudo) / Cenário
<i>Pedro II na Abertura da Assembleia Geral</i>	1872	Óleo sobre tela	288 x 205cm	Museu Imperial, Petrópolis, Brasil	Também conhecida por Fala do Trono/ Cenário
<i>Retrato do Visconde de Santo Amaro</i>	1878	Óleo sobre tela	129,4 x 97,1 cm	Pinacoteca do Estado de São Paulo	Retrato
<i>Retrato do Conselheiro Lopes Neto</i>	1882	Óleo sobre tela	146,10 x 110,50 cm	Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil	Retrato
<i>Proclamação da Independência</i>	1888	Óleo sobre tela	415 x 760 cm	Museu Paulista, São Paulo, Brasi	Também conhecida como Independência ou morte / Cenário
<i>Retrato de Caio da Silva Prado</i>	1889	Óleo sobre tela	100 x 71cm	Museu de Arte de São Paulo, São Paulo	Retrato
<i>Tiradentes Supliciado</i>	1893	Óleo sobre tela	270 x 165 cm	Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, Brasil	Também conhecida como <i>Tiradentes Esquartejado</i> / Cenário

## Análise das obras

Para proceder a análise interna das pinturas foram selecionadas quatro imagens. Duas realizadas antes da proclamação da República, uma realizada poucos meses antes da proclamação da República e outra realizada após o término do período imperial. À guisa de especulação, foram selecionados dois retratos e dois cenários.

Assim, entre as pinturas produzidas por Pedro Américo durante a vigência do segundo reinado (1841-1889) será considerado o *Retrato do Conselheiro Lopes Neto* (Figura 1) de 1882 e *Independência ou Morte ou Proclamação da Independência* (figura 2) de 1888.

Já entre aquelas produzidas momentos antes e após a proclamação da República em 1889, está o *Retrato de Caio da Silva Prado* (figura 3) de 1889 e *Tiradentes Supliciado* ou *Tiradentes Esquartejado* (figura 4) de 1893.

A figura 1 é um retrato do Conselheiro do Império, o pernambucano Felipe Lopes Neto (1814-1895) cujas origens políticas remontam a seu envolvimento na Revolução Praieira que ocorrera na província de Pernambuco entre 1848 e 1850 durante o período regencial. Tendo sido preso pela Regência por sua participação na Revolução Praieira e mais tarde anistiado, o advogado formado pela Faculdade de Direito de Olinda e pela Universidade de Pisa, foi eleito deputado geral para a 12ª legislatura da Câmara dos Deputados em 1864.

Mais tarde, em 1876 fora nomeado presidente da Exposição da Filadélfia e serviu como diplomata nos Estados Unidos e no Uruguai e, também, ministro residente na Itália, tendo sido exonerado em 1888.

Lopes Neto era, pois, uma típica liderança política do Império cujos envolvimento com rebeliões localizadas mais tarde converteram-se em expediente nobiliárquico pelo qual se tornou, depois de ter sido deputado, diplomata e membro do conselho imperial.

A representação de Pedro Américo desse político é bastante conveniente ao padrão exigido pelo figurino do único país monarquista do continente americano. Muito distante de uma indumentária civil, o político é representado trajando uma farda de gala da qual sobressaem adornos dourados que contrastam com a brancura das calças e colete e com o preto do casaco que tem o peito e os punhos ricamente adornados.

À esquerda, uma coluna opulenta, embora nas sombras, deixa entrever a ambiência palaciana que é completada com um fundo rubro de uma densa cortina de veludo da qual uma das partes esvoaça recebendo parte da luz que recai sobre o modelo.

A roupa, que é algo entre um traje de gala e um uniforme militar, registra os ares monárquicos e traz, na cintura, uma bainha vazia. O sabre e um chapéu deitados sobre um móvel adornado à direita parece indicar o abandono da guerra e do conflito por um membro do Estado que traz na tez branca um rubor que o aproxima do vermelho de pano de fundo e de um entre outros broches que adornam o fardamento.

Esses broches querem dizer na pintura aquilo mesmo que dizem na realidade do adorno: são símbolos da dedicação ao expediente político palaciano, da nobreza de classe e, enfim, da nobiliarquia do império. Afinal, como deixa dizer o abandono da espada, não é pela proeza de guerra e batalha que as havia recebido condecorações. Estas e a bainha vazia são sinais da sua participação passiva.

Aqui, algum foco nos adereços da personagem retratada não é nenhum exagero, pois

os acessórios representados junto com os modelos geralmente reforçam suas autor-representações. Esses acessórios podem ser considerados como "propriedades" no

sentido teatral do termo. Colunas clássicas representam a glória da Roma antiga, ao passo que cadeiras semelhantes a tronos conferem aos modelos uma aparência de realeza. Certos objetos simbólicos referem-se a papéis sociais específicos. (BURKE, 2004, p.32)

Além, os cabelos brancos só podem indicar a maturidade requerida e necessária aos conselheiros do Império; a mesma maturidade que distancia as lideranças políticas do Brasil imperial dos conflitos e diatribes, aproximando-os das decisões consensuais e parcimoniosas. A representação do Conselheiro Lopes Neto deixa entrever uma espécie de militar sem guerra. O dourado e o vermelho podem significar a opulência do país e do Estado. O semblante sereno de um velho senhor condecorado pode ser compreendido como símbolo da conciliação e não da disputa política.

**Figura 1 - Retrato do Conselheiro Lopes Neto**



A figura 2 é uma reprodução digital da tela de grandes dimensões intitulada por Pedro Américo de *Proclamação da Independência* tendo ficado mais conhecida como *Independência ou Morte* ou *Grito do Ipiranga*.

Pintada no ano da abolição da escravatura, 1888, ou um ano antes da queda do Império – pelo que os dois marcos se combinam - a tela sugere uma representação reiteradamente utilizada na ilustração do momento em que o Brasil deixa de ser colônia do Império português.

Os diferentes títulos a ela atribuídos são resultado da popularização do momento histórico e da obra reciprocamente. Para além do título conferido pelo autor, "Independência ou morte" teria sido a frase bradada por D. Pedro I (1798-1834) que no plano mais alto empunha um sabre proclamando a independência do país.

O cenário é a província de São Paulo às margens do rio Ipiranga donde resultada o terceiro possível título atribuído à obra pelo senso comum: o "Grito do Ipiranga" cuja referência aparece, também, no hino nacional brasileiro.

A paisagem denota o ambiente rústico e tradicional com predomínio de terra, árvores e vegetação rasteira. Uma única habitação, também símbolo de rusticidade e frugalidade do meio, aparece

compondo o fundo direito a partir do qual se pode vislumbrar uma imensidão de montanhas que compõem a vastidão junto ao céu azul com nuvens brancas no qual alça voo, à direita, um pássaro solitário; sinal, talvez, da pretensa liberdade que se anuncia numa terra vasta e sem modernidade.

A paisagem é completada com um barranco onde saltam cavalos imperiais às margens do rio Ipiranga que só não desaparece da cena por um curto facho que o artista pintou no canto inferior esquerdo e sobre o qual o cavalo menos adiantado faz espirrar um pouco de água.

A forma do barranco onde dispõem-se os cavalos em curva deixa entrever a forma de um coração como se o artista quisesse representar a fraternidade entre aqueles que ali estão diretamente envolvidos nos acontecimentos políticos.

O proclamador da independência, o português filho da dinastia dos Bragança, D. Pedro I, por pouco não está centralizado, ficando um pouco mais à esquerda cercado por oito indivíduos com trajes civis. Os únicos entre aqueles reunidos no "coração" que não estão trajados com vestimentas militares, posto que à esquerda o último homem do bando aparece fardado; se bem que com uma farda diferente de todas as outras, quase três dezenas de militares pintados a frente do monarca e ao lado direito da tela.

Ora, esses todos não são mais que dissidentes do poder colonial português, posto que até ali não podiam ser outra coisa se não militares que representavam o poder da metrópole portuguesa. Ainda, não se trata de uma cena de batalha, posto que é – como diz o próprio título da obra – uma proclamação, um grito: – Independência ou morte!

A presença dos cavalos não é sem lugar. Eles pisam o velho, trazem o novo a galope e reforçam a virilidade que uma cena de acontecimento político sobremaneira importante requer para um pintor do século XIX. Sobre os cavalos, homens fardados com espadas em riste saúdam, em movimento que sugere a urgência da reunião, o novo regime.

Atrás do proclamador, D. Pedro I, os civis não empunham armas, mas chapéus que ovacionam passivamente o movimento da ruptura política. Os asseclas do proclamador não empunham armas, apenas vestimentas símbolos da posição de classe muito próxima à corte. Todos, o proclamador e seus asseclas, estão protegidos de qualquer mal que possa haver no porvir, pelo corpo militar que levanta espadas em concordância com o centro do poder.

À esquerda, fora do contexto da fraternidade que proclama a independência política, Pedro Américo pintou o único indivíduo não branco da cena; o único indivíduo portador do mundo do trabalho no ambiente rural e rústico, posto que está a frente de um carro de boi que carrega toras de madeira.

Esse indivíduo está, também, à margem do Ipiranga, mas tem uma segunda margem à sua direita cujo mato rasteiro simboliza uma linha demarcatória entre aqueles que configuram o poder do velho e do novo Estados.

Esse indivíduo, assim como outros dois que o sucedem na curva do mato rasteiro que cria a margem social do quadro à esquerda, não participa ativamente da cena pelo que apenas observam o que ali acontece. Suas roupas são rotas, seu chapéu é rústico e parece de palha; não de feltro como parecem ser os chapéus dos asseclas civis. Além, está descalço vendo passar uma revolução da qual não participa. Difícil saber de sua expressão, posto que aparece de perfil, mas tudo leva a crer que não sabe bem o que está acontecendo. No lugar do sabre em riste, empunha o cabo condutor do carro de boi.

Não é possível saber ao certo se nessa crítica que impõem uma margem social e política ao trabalhador rural brasileiro está, de fato, Pedro Américo, anulando a condescendência para com o tipo de revolução ali empreendida. Também não é possível saber ao certo se está aí alguma crítica à monarquia e se há alguma inflexão republicana. Não obstante, fato é que a calça azul, a camisa branca e

a faixa vermelha na cintura do carroceiro parecem aludir ao pavilhão da França revolucionária: azul para liberdade; branco para igualdade e; vermelho para fraternidade.

Em todo caso, o fato é que

o mais famoso quadro sobre a independência do Brasil foi concluído apenas nos anos de Pedro II, no ocaso do Império brasileiro: em 1888. Vivendo um momento de crise, o monarca buscou recuperar a magnitude do ato da emancipação e a figura do pai, Pedro I, encomendando a Pedro Américo (1934-1905) – um de seus artistas protegidos e financiados pelo Estado – uma cena engrandecedora. Nada correspondente à realidade: as vestes de Pedro I e da corte, a quantidade de gente, o riacho do Ipiranga (devidamente aproximado), e até a colina mais elevada, cuja inspiração veio de um quadro de Ernest Meissonier, Batalha de Friedland, em homenagem a Napoleão Bonaparte e seu exército. Em nome da pátria, Américo assassinou a geografia (STARLING; SCHWARCZ, 2015, leg. 55).

### **Figura 2 - Proclamação da Independência**



A figura 3 é uma reprodução digital do retrato do proeminente advogado e jornalista paulista Antonio Caio da Silva Prado (1853-1889), formado em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco.

De fato, muito embora imagem tenha sido selecionada por representar uma liderança política do período republicano, constatamos que foi pintada poucos meses antes da proclamação da República.

Ademais, Caio da Silva Prado faleceu quando era presidente nomeado pelo imperador da província do Ceará, tendo sido, também, presidente da província de Alagoas quando nomeado entre 1887 e 1888.

Em todo caso, mesmo não se tratando de político do período republicano sua atuação se deu em momento muito próximo à proclamação da República, quando a crise que se iniciara com a Guerra do Paraguai e com os Manifestos Republicanos da geração de políticos e intelectuais de 1870 já atinavam muito contra o regime monárquico de Dom Pedro II.

Daí, pois, que o retrato feito por Pedro Américo para Caio Prado destoa muito daquele analisado na figura 1. Trata-se agora de um político representado em elegantes trajes civis cuja austeridade e sobriedade se expressam na camisa branca e no paletó preto.

Também é austera a fisionomia lastreada por longos bigodes que compõem com o olhar atento e fixo do retratado. Braços cruzados indicam o ímpeto decisório e decidido da liderança, bem como o par de luvas apertadas na mão direita parecem indicar limpeza de trato e caráter.

A postura séria e robusta e as luvas como adereço de assepsia vêm substituir em momento muito próximo à República, as comendas e broches do retratado na figura 1. Assim, a figura desse retrato, embora deixe transparecer alta posição de classe pela indumentária, não deixa entrever – nem pelo do conteúdo do fundo (asséptico como as luvas), nem pela fisionomia do retratado – ambiente palaciano e de nobreza. Muito pelo contrário, é um simples retrato civil sem nenhuma marca nobiliárquica ou que possa ser confundida com elementos militares. Não fosse o recorte aqui empreendido, poderíamos desconfiar se o modelo é mesmo uma liderança política.

De fato, o governo imperial após 1870 vai ganhando gradativamente os elementos civis que farão nascer a República. E é isso, em fase adiantada do processo, que o retrato de Caio Prado por Pedro Américo, parece indicar. Afinal a República não pode distinguir, teoricamente, os homens do povo dos homens do poder.

**Figura 3 - Retrato de Caio da Silva Prado**



*Tiradentes supliciado* ou *Tiradentes esquartejado* (figura 4) como é mais conhecida, é uma das pinturas mais populares de Pedro Américo, mesmo porque foi fartamente reproduzida em livros didáticos durante todo o período republicano ilustrando o capítulo que trata da Inconfidência Mineira; um dos principais movimentos contra a exploração colonial, ocorrido em meados do século XVIII em Vila Rica, Minas Gerais.

Entre os condenados pela insurreição de lideranças ligadas à exploração mineradora no Brasil que se opunham às políticas fiscais da metrópole portuguesa figurou e figura com ares mitológicos, a pessoa de Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), conhecido pela alcunha Tiradentes, posto que era, entre outras atividades que exercia, profissional liberal dentista. Entretanto,

ele não era líder da Conjuração Mineira; era seu principal propagandista. (...) esse o motivo pelo qual a pena aplicada a ele pela Coroa foi exemplar, espetacular e "pública" - para que o horror do castigo não se apagasse jamais da memória dos colonos.

Tiradentes foi enforcado no dia 21 de abril de 1792, no largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro. O corpo, esquartejado e salgado. Os braços e as pernas foram pregados nos mais destacados pontos de trânsito(...) a cabeça deveria permanecer exposta até finalmente apodrecer(...) (STARLING; SCHWARCZ, 2015, p.146-7)

Entre as pinturas de Pedro Américo dedicadas à representação de lideranças e/ou momentos políticos, *Tiradentes Esquartejado* é a única pintada após a proclamação da República, bem como é a única – salvo engano – que retrata um acontecimento da era colonial.

De fato, por se tratar de uma personagem histórica e uma liderança política que agiu contra o poder monárquico, a figura de Tiradentes só será trazida a baila com força mitológica depois de conflagrado o regime republicano. E foi justamente no período dos primeiros anos da República – a obra é de 1894 – que Pedro Américo recebeu a encomenda de pintar a famosa cena da conjuração mineira. A esse fato já aludimos alhures a fim de registrar a franca cooperação que um pintor do Império terá para com a República.

A análise que faremos aqui não é nova. Nenhuma análise interna das obras de Pedro Américo é de fato nova, uma vez que foram fartamente estudadas no último século.

Em todo caso, vale, para os propósitos alhures anunciados, reanalisar a pintura em questão com os olhos voltados ao caráter iminentemente político que possa transparecer das formas e conteúdos compreendidos na representação.

Em *Tiradentes Esquartejado* são vários os símbolos que podem ser lidos como enigmas (MANGUEL, 2001) deixados pelo pintor cuja referência interpenetram elementos religiosos a elementos laicos e políticos. A fim de facilitar o entendimento da nossa compreensão da pintura em questão vamos perscrutar a crítica em tópicos.

O primeiro é aquele que diz respeito à (a) dimensão sagrada da obra; o segundo (b) à dimensão mundana da obra e; o terceiro (c) à dimensão pública da obra. Essas três dimensões formam uma totalidade política da obra cuja representação da liderança tende, diferentemente das outras analisadas até aqui, se nos apresentar em uma dimensão mítica por estar ligada a um plano mimético que resvala no plano sobrenatural, mormente aquele plano narrado pelo catolicismo católico.

Para cada dimensão é possível recortar os elementos empíricos retratados pelo artista que indiciam caminhos para a compreensão total da obra. Assim, podemos classificar na dimensão sagrada ou religiosa da obra o crucifixo encostado ao lado direito da cabeça do supliciado; o manto branco como mortalha que pode ser identificada ao sudário de cristo; a disposição da coluna central com o último patamar do cadafalso onde foi enforcado o prisioneiro, que juntos – se vistos isoladamente da obra replicam o sinal da cruz; os diversos triângulos que podem ser delimitados entre os cruzamentos das vigas da forca que podem ser compreendidos como referência à santíssima trindade: pai, filho e espírito santo; a máscara, a persona, a fisionomia do supliciado que se assemelha a tradicional imagem do cristo morto representado desde a Idade Média; as partes púbicas cobertas com o pano azul.

Para a composição empírica da dimensão mundana ou profana da obra pode-se listar o grilhão aberto repousado sobre o último patamar da forca, simbolizando a prisão de a pouco; a corda com o nó da forca utilizada para imputar a pena de morte ao condenado; as partes esquartejadas do corpo.

A dimensão pública da obra é revelada por meio dos indivíduos presentes no fundo do cenário. Pode-se inclusive ver uma expectadora da barbárie segurando um guarda sol em frente à porta da edificação vista ao fundo. Há, também, requintes de disposição expositiva das partes do corpo esquartejado, haja visto uma das pernas afixadas a um pedaço de pau, formando um sinistro estandarte.

Entre o sagrado, o profano e o público há um elemento de transição que é o sangue que escorre do pescoço decepado e tinge o manto branco de vermelho. O sangue pode ser lido, como o sangue de Cristo, sinal da vida eterna – pelo que o grillão aberto pode ser lido como a liberdade conquistada pela eternidade conferida pela morte uma vez que dela, segundo a mitologia cristã, virá a ressurreição – e como elemento comum a todo e qualquer ser humano, pois todos têm sangue e sangram. Assim, martirizado como Cristo ou qualquer um de nós está, na tela, Tiradentes.

A representação se dá em mimético baixo: tudo é crível na dimensão profana, pois um homem pode ser de fato aprisionado, enforcado e esquartejado em praça pública. Mas, nem todo o homem passa por tamanha desgraça assemelhado ao Cristo que ressuscitou no terceiro dia. A representação de Pedro Américo, nas semelhanças com o desfecho da *via crucis* cristã, faz com que esperemos o mimético alto da ressurreição do herói; nesse caso um herói que, tal como Cristo, perde a batalha mundana para entrar no reino dos céus, leia-se conquistar a liberdade definitiva. Daí, talvez, porque seja Tiradentes uma das mais antigas e representativas representações míticas de uma liderança política brasileira.

Ainda vale falar sobre alguns enigmas deveras comentados, mas sem os quais a análise aqui empreendida ficaria ainda mais incompleta. Trata-se, em primeiro lugar da forma gerada pela disposição do tronco, do braço e das pernas que se contornados parecem representar a forma do mapa do Brasil.

Em segundo lugar, parece se repetir o que já foi ventilado acerca da roupa do personagem subalterno no quadro da Proclamação da Independência, pois as cores dos mantos e da mancha de sangue são as mesmas do pavilhão francês, cuja entonação cabe bem aos republicanos e reiteramos: azul para liberdade; branco para igualdade e; vermelho para fraternidade.

**Figura 4 - Tiradentes Supliciado**



## Breve consideração final

Uma declaração feita pelo papa Gregório, o Grande, no século VI é bastante útil para problematizar a relação entre arte e política em um país como o Brasil que no despertar do século XX, quando dava seus primeiros passos rumo à modernização, ainda acumulava um analfabetismo endêmico que atingia pelo menos 80% da população. Disse Gregório, O Grande, que

uma coisa é adorar um quadro, outra é aprender em profundidade, por meio dos quadros, uma história venerável. Pois aquilo que a escrita torna presente para o leitor, as pinturas tornam presente para os iletrados, para aqueles que só percebem visualmente, porque nas imagens os ignorantes veem a história que devem seguir, e aqueles que não conhecem o alfabeto descobrem que podem, de certa maneira, ler. Portanto, especialmente para o povo comum, as pinturas são o equivalente da leitura (PAPA GREGÓRIO Apud MANGUEL, 2001, p. 143)

Ora, o fato é que as pinturas de Pedro Américo vão ilustrar muito episódios políticos da história brasileira desempenhando um importante papel na configuração do imaginário nacional sobre as lideranças políticas, como por exemplo no caso da representação de uma, entre muitas poucas, lideranças tidas como um herói nacional que é Tiradentes.

A representação de Tiradentes por Pedro Américo contribuiu decisivamente na projeção de um mártir – em país de analfabetismo endêmico e majoritariamente católico até os anos 1980 – tido como "Cristo da multidão" e sua "força foi transformada em nova cruz, o lugar da execução, em novo Calvário, o Rio de Janeiro, em Nova Jerusalém. Tiradentes foi transformado em herói cívico pela incorporação da imagem de mártir religioso" (CARVALHO, 2002, p. 60). Um herói injustiçado e morto que não logrou êxito na sua luta política. Uma liderança que se notabiliza pela derrota. Assim, "seu apelo de mártir cívico e religioso impediu que sua imagem fosse esquartejada e tornou possível sua transformação no único herói nacional consensual." (CARVALHO, 2002, p. 61)

Aqui vale lembrar da figura 2, na qual o Conselheiro Lopes é caracterizado vestindo uma farda destituída de armas; apenas condecorações. Será essa destituição do conflito um dos traços das representações de lideranças políticas por Pedro Américo?

O mesmo se pode dizer do cenário que Américo pintou para a independência que projeta uma imagem distante da realidade da revolução passiva que acomodou classes e destituiu a dominação colonial pela outorga de um imperador português. Distante em parte porque aí, também, não há guerra ou conflito; apenas um grito e ovações. Em todo caso, o pintor parece reconhecer que o brasileiro de fato, atado ao mundo do trabalho rústico pelo carro de boi, permaneceu à margem da história, fitando a mudança política apenas como mero observador.

Ainda, que se diga de passagem, Américo pintou as cores da fidalguia, bem como os austeros tons que indicavam a chegada dos ares republicanos; fez isso retratando lideranças criadas no Estado e para o Estado. O que há de popular em sua obra é a sua repercussão, nunca o conteúdo, sempre voltado aos retratos e cenas do poder constituído.

Não obstante, não era um artista de um governo, mas de governos e serviu ao Estado, fosse qual fosse o regime, criando uma ideia pictórica de Brasil cujas cores e significados não podem ser apartados do processo de invenção do país.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo Estramanho de. **A ficção da realidade: sociologia de O Guarani de José de Alencar**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

DIAS, Elaine. **Pedro Américo**. São Paulo, Publifolha, 2013

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. São Paulo, Bauru: Edusc, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: BETHEL, Leslie. **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.45-77.

CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. In:\_\_\_\_\_. **Arte e Política**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. p.13-40.

MANGEL, Alberto. **Lendo imagens**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SCHWARCZ, Lilia.; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

VASCONCELOS, Lúcio Flávio. **Pedro Américo: as cores do Brasil Imperial**. Curitiba, Editora Prismas, 2016.

# Liderança política forjada: transmissão familiar de capital político

Genira Chagas<sup>37</sup> e Carla Montuori Fernandes<sup>38</sup>

## Introdução

Quando proferiu sua conferência *O campo político*, na Universidade Lumière-Lyon 2, em fevereiro de 1999, Pierre Bourdieu observou serem “as condições do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenche as condições de acesso, joga um jogo particular, do qual os outros estão excluídos.” Para o pensador, “o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento” (BOURDIEU, 2011).

Nesse microcosmo existem idiosincrasias, não importa a origem ideológica do indivíduo que ascende ao campo. Representantes de ideologias de direita, esquerda ou centro “tendem a concentrar poder nas mãos de um pequeno número, formando uma oligarquia,” conforme disse Bourdieu na referida conferência. “É uma visão bastante pessimista da história, que equivale a dizer que há sempre dominantes e dominados, até mesmo nos partidos que se presume expressarem as forças supostamente voltadas para libertar os dominados” (Idem).

Dentre as características do campo político, Bourdieu (Idem) também assinala o interesse dos ungidos por seus partidos em perpetuar-se no poder, sempre em nome do eleitor, os quais lhes autorizam a representá-los. Tal perpetuação ocorre tanto pela longa permanência na vida pública de um determinado político ou grupo, quanto pela transferência da reputação acumulada durante a carreira para amigos ou familiares. O poder, passado de geração em geração, faculta o nascimento das oligarquias.

O partido é a arena própria a partir do qual os agentes políticos colocam em marcha suas ações e onde também disputam espaços de reconhecimento. Mas para ter acesso a esse lugar é preciso conquistar o consentimento das lideranças no comando. Quanto mais poder acumular a agremiação política, maior será também o capital político do agente. De forma geral, a força dos agentes vinculados às grandes siglas predomina sobre aqueles filiados aos pequenos partidos.

No Brasil, observa-se o fenômeno da transferência de reputação das lideranças estabelecidas para candidatos a políticos entre as novas gerações, notadamente entre membros da mesma família. Por esse sistema, não é necessária experiência obtida no interior da arena política, basta que se tenha o apoio do velho líder e de um veículo de comunicação de massa, principalmente rádio ou televisão, para que o candidato obtenha sucesso em um pleito eleitoral e, a partir daí, comece a figurar entre os políticos do primeiro escalão. Essas lideranças, às quais estamos chamando de “lideranças políticas forjadas”, costumam debutar em nível regional, como vereador, deputado estadual ou prefeito, nos moldes de um teste de aceitação pública. Como arma para obter o apoio do eleitorado, seguem o roteiro já estabelecido pela velha liderança, até conquistarem reconhecimento próprio. Mas não é regra. Dependendo do cacife, partem direto para a escala federal.

---

<sup>37</sup> Doutora em Ciências Sociais, área de concentração em Política e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUCSP. Atua como jornalista na UNESP. É membro do NEAMP. E-mail: genirachagas@uol.com.br.

<sup>38</sup> Pós-doutora e Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Atua como docente da UNIP e do UNIFAI. É membro do NEAMP e do Grupo de Estudos em Mídia, Pesquisa e Memória da UNIP. Participa do Projeto Temático da Fapesp sobre lideranças Políticas, da PUC-SP. E-mail: carla\_montuori@ig.com.br

Entre os políticos com mandatos vigentes no momento em que este artigo foi elaborado, observam-se diversos ocupantes de cargos executivos e legislativos descendentes de velhos caciques políticos. Como exemplo de liderança política forjada escolheu-se três nomes, em razão de representarem a continuidade de suas famílias no poder, terem visibilidade e, além disso, controlarem grupos de comunicação em seus estados de origem. Os sujeitos de análises são o senador afastado em maio de 2017, Aécio Neves (PSDB-MG), o deputado federal e ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho (PV-MA) e o prefeito de Salvador (BA) Antônio Carlos Magalhães Neto – ACM Neto – (DEM-BA).

Esses três personagens têm em comum, além de serem descendentes de experientes e influentes políticos e herdeiros de grupos de comunicação, o fato de possuírem pouca idade no momento em que venceram a primeira batalha eleitoral. A tribuna política é quase uma extensão da faculdade. Embora jovens e com pouca ou nenhuma experiência, chegaram amparados pelo capital político familiar, primeiro passo para conquistar legitimidade em sua atuação política.

### Acesso privilegiado ao campo político

Em sua conferência, Bourdieu (2011) chamou a atenção para as particularidades do campo político, entre as quais as condições de acesso e a permanência nesse microcosmo, como o autor define o ambiente:

Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na condição de porta-voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação. (BOURDIEU, 2011).

Os personagens desse estudo descendem de políticos. Nos primeiros anos da vida adulta foram introduzidos na vida pública e logo eleitos para cargos eletivos. A história desses políticos resume uma narrativa de transferência de capital político para as novas gerações, muito comum da história política nacional.

### Acesso privilegiado ao campo político

Família Arraes	Pernambuco
Família Bornhausen	Santa Catarina
Família Calheiros	Alagoas
Família Collor	Alagoas
Família Garotinho	Rio de Janeiro
Família Gomes	Ceará
Família Magalhães	Bahia
Família Maia	Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro
Família Neves	Minas Gerais
Família Sarney	Maranhão

Quadro elaborado pelas autoras. Critério: ordem alfabética por nome familiar

## Aécio Neves – à sombra de Tancredo

Aécio Neves da Cunha nasceu em 1960, em Belo Horizonte (MG), quando seu pai, Aécio Ferreira da Cunha (1927-2010), ocupava o segundo mandato de deputado estadual por Minas Gerais, legislaturas correspondentes ao período de 1955 a 1963. Aécio Cunha foi, ainda, deputado federal de 1963 a 1987, sempre alinhado à direita do espectro político, além de ter ocupado cargos na administração pública. Embora filho de político influente, foi à sombra de seu avô materno, Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), que Aécio Neves despontou para a vida pública. Em 1986, quando resolveu candidatar-se a deputado federal, Aécio Neves era diretor de loterias da Caixa Econômica Federal.

Em janeiro de 1986, declarou à imprensa que deixaria a CEF para disputar, com o apoio de Sarney, uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em novembro daquele ano foi eleito deputado federal constituinte na legenda do PMDB com 236.019 votos, a maior votação de Minas Gerais. Ainda no mesmo mês, ganhou do presidente Sarney o direito de explorar uma emissora de frequência modulada em Betim, que se somou às concessões de estações obtidas em São João Del-Rey.<sup>39</sup>

O avô já havia feito a iniciação do neto na vida pública quando, em 1982, levou o garoto de 21 anos para ajudar-lhe na campanha ao governo do estado de Minas Gerais. Após a vitória, Aécio passou a secretário particular de Tancredo. Sua iniciação na vida partidária se deu ao presidir a ala jovem do PMDB, de 1983 a 1984.

Estavam abertas as portas do mundo político ao jovem Aécio Neves. Sempre ocupando o primeiro escalão graças ao prestígio herdado. Em sua trajetória nunca ficou sem mandato. Desde a estreia, ocupou quatro mandatos de deputado federal consecutivos. Em 2002, renunciou ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados para assumir o governo de Minas Gerais, cargo para o qual foi reeleito em 2006 e do qual renunciou em 2010 para concorrer ao Senado Federal. Candidatou-se à Presidência da República em 2014, ocasião em que obteve sua primeira derrota em disputa política. Contudo, reassumiu sua cadeira no Senado.

É verdade que se o herdeiro não apresentar “virtude” para jogar o jogo da política será pequena a chance de aproveitar sua “fortuna”<sup>40</sup> e permanecer na vida pública. É preciso saber lidar com aliados, fazer ouvidos moucos quando o assunto não interessa, entre outras habilidades próprias desse microcosmo. E para isso os políticos forjados são educados antes de debutarem publicamente, a exemplo dos personagens deste artigo.

A fortuna política de Aécio foi construída durante uma longa caminhada, pavimentada pela habilidade do filho de comerciantes Tancredo Neves, nascido na mineira cidade de São João Del-Rey. Começou na vida pública como vereador de seu município pelo PP (Partido Progressista). Durante o Estado Novo saiu da política, voltando a ela a partir de 1945, desta vez filiado ao PSD (Partido Social Democrático), pelo qual elegeu-se deputado estadual. Pelo fato de ter sido o final do Estado Novo, era tempo de elaboração da Constituição Federal e das estaduais. Tancredo foi, então, relator geral da Constituinte Mineira.

<sup>39</sup> Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aecio-neves-da-cunha>>. Acesso em 7 de abril de 2017.

<sup>40</sup> *Virtú* e fortuna fazem referência a obra de Nicolau Maquiavel, escrita em 1513. Em resumo, *Virtú* seria a capacidade de obter e manter o poder. Fortuna seria a sorte individual.

Em 1950 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais e em 1953 foi ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas. Após o suicídio de Vargas, ocupou vários cargos na burocracia do Estado, atuando também como conselheiro político de seu conterrâneo Juscelino Kubitschek.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, Tancredo contribuiu decisivamente nas negociações para tirar o país do impasse político a que fora colocado, com o impedimento militar de o vice-presidente João Goulart assumir o cargo. A solução foi a adoção do parlamentarismo. Jango então pode assumir o cargo, tendo Tancredo Neves como primeiro ministro. No ano seguinte elegeu-se deputado federal. Com o golpe militar de 1964 e a adoção do sistema bipartidário, filiou-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em oposição à ditadura.

Após vinte anos de vida pública, Tancredo já havia constituído seu capital político, ainda mais fortalecido quando a ditadura militar começou a dar sinais de abrandamento. Em 1975 elegeu-se senador por Minas Gerais, em cujo período refundou o PP. Em 1982 elegeu-se governador de Minas Gerais. Nesse período, propôs a fusão do PP com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), no qual seu neto Aécio iniciou sua carreira política. O velho Tancredo foi importante protagonista na campanha pelas *Diretas Já!*

Quando começaram as articulações pela sucessão do presidente militar João Figueiredo, os senadores do PMDB propuseram a candidatura de Tancredo pela Aliança Democrática.<sup>41</sup> Seu nome foi aceito pelo Colégio Eleitoral por ser um político moderado, tornando-se nome de consenso e atraindo inclusive o apoio do líder baiano Antônio Carlos Magalhães, importante colaborador do Regime Militar. Como vice-presidente da chapa, foi escolhido o nome de José Sarney, como prêmio pela sua dissidência do PDS (Partido Democrático Social), partido de direita, possibilitando o fortalecimento e eleição da chapa Tancredo-Sarney. Tancredo não chegou a tomar posse. Ficou doente e internado um dia antes da data agendada, 15 de março de 1985. Em seu lugar assumiu o vice, José Sarney.

Ao longo de sua trajetória, Tancredo construiu o perfil de político conciliador. Em grande parte de seus discursos, evocava a conciliação, como o fez quando presidente eleito logo após a reunião do Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985: “Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate e inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa pátria” (SANTAYANA; 2010, p.150). Esse traço de personalidade ele próprio atribuía ao fato de ser mineiro, conforme destaca Dias (2016, p.14):

A mineiridade é, portanto, uma forma de regionalismo que atribui aos mineiros algumas características, bem como ao estado de Minas Gerais um papel importante na integração nacional. Nessa ‘mitologia’ os mineiros possuem uma notável ‘sensibilidade política’ que remonta ao tempo da Inconfidência Mineira, bem como apresentam, de maneira ambígua, traços libertários, românticos, incontidos, mas também conciliatórios e realistas, sendo, portanto, bons políticos.<sup>42</sup>

Na condição de um homem conciliador, Tancredo defendia que os problemas nacionais, tais como desigualdade social, deveriam ser solucionados no campo da política. Disso resultam as soluções pactuadas sem rupturas no status político e social. Assim ocorreu na renúncia de Jânio Quadros e na redemocratização nos anos 1980. Segundo Dias (2016, p.18):

<sup>41</sup> Pacto promovido entre políticos da Frente Liberal e do PMDB do qual resultou a eleição indireta da chapa Tancredo-Sarney para presidente e vice-presidente da República, respectivamente.

<sup>42</sup> Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. V.7, n.3 (set./dez. 2015). Belo Horizonte (MG).

[...] Trata-se de uma conciliação entre os membros das elites. [...] As elites brasileiras aceitam apenas reformas jurídicas, políticas e eleitorais. Mas nunca sociais e econômicas. [...] Em outras palavras, apesar de defender a ideia de que as classes políticas deveriam estar atentas às demandas dos vários setores da sociedade, Tancredo Neves acreditava que o poder político deveria estar nas mãos das elites políticas, responsáveis pelo "direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade".<sup>43</sup>

Tancredo era um conservador que fez oposição ao Regime Militar, mas por dentro do regime. Segundo Dias (2015), “foi um dos articuladores de uma transição política pactuada ‘por cima’, entre os grupos dirigentes da sociedade brasileira que estavam interessados em restabelecer as liberdades individuais e em manter o poder político e econômico em suas mãos”. Foi um dos articuladores das *Diretas Já!*, mas tornou-se presidente por eleições indiretas. Infortunadamente deixou o país nas mãos de José Sarney.<sup>44</sup>

Aécio Neves, o herdeiro político, foi eleito pela primeira vez pelo PMDB, em 1987. Transferiu-se em 1989 para o então recém-fundado PSDB (Partido da Social Democracia). A mudança de filiação partidária foi justificada pelo próprio Aécio como uma forma de resgatar e defender a coerência ideológica de sua formação liberal e continuar a trajetória que seu avô havia iniciado.<sup>45</sup> O movimento de mudança pode ser interpretado como uma maneira de ressignificação, pelo qual Aécio rejuvenesceu seu perfil político. O PMDB, embora fosse remanescente do MDB, oposição ao regime militar, reunia políticos identificados com a velha oligarquia. O PSDB então surgia como um partido para oxigenar a política. Reunia os dissidentes do PMDB por discordar com o modelo político do então presidente José Sarney. Era formado por pessoas que voltavam do exílio, com ideias mais contemporâneas, herdadas da social-democracia europeia implantada no pós-guerra.

### **José Sarney Filho – parte da estrutura do sarneísmo**

José Sarney Filho nasceu em 1957, em São Luís (MA). Logo após o golpe militar de 1964, seu pai José Sarney passou a presidir a ARENA (Aliança Renovadora Nacional)<sup>46</sup>, partido criado pelo regime militar (1964-1985). Ainda na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão, Sarney Filho filiou-se ao ARENA, pelo qual elegeu-se deputado estadual de seu Estado em 1978, aos 21 anos. Já nessa legislatura, apesar da pouca idade, e sem completar o curso de Direito, foi vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Com o restabelecimento do multipartidarismo, a partir da promulgação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em 1979, José Sarney criou o PDS (Partido Democrático Social) para suceder o antigo ARENA. Acompanhando os passos do pai, Sarney Filho então filiou-se ao PDS, pelo qual elegeu-se deputado federal, em 1982. A partir de então foi reeleito para mais cinco mandatos consecutivos. Contudo, pouco frequentou o Congresso Nacional. Em 1988 afastou-se do parlamento para assumir a Secretaria de Assuntos Político do Maranhão, onde foi importante para assegurar a permanência da família no poder durante a redemocratização.

<sup>43</sup> (Idem).

<sup>44</sup> A trajetória de José Sarney será abordada mais adiante neste artigo.

<sup>45</sup> Disponível em <<http://aciobrasil.com/25-anos-no-psdb/>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

<sup>46</sup> Durante a ditadura militar foi criado o bipartidarismo, ação que contribuiu para fortalecer o regime além de dar ares de normalidade democrática ao período de inflexão política.

Assim como Aécio Neves, Sarney Filho entrou para a política ungido pelo capital político familiar. A trajetória política da família Sarney, projetada por José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, ou simplesmente José Sarney, se entrelaça com idas e vindas em diversos partidos. Sarney pai cresceu politicamente durante a ditadura militar quando encampou, ao lado do regime ditatorial, a derrocada do coronelismo rural, representado por Vitorino Freire, do Partido Democrático Social (PDS), seu padrinho político. Em 1965 foi eleito governador do Maranhão pela União Democrática Nacional (UDN). No poder, enfraqueceu o vitorinismo e rearranjou as bases patrimonialistas da gestão anterior.

Para Bonfim (1985), com o político “se efetivou a mudança do coronelismo rural, representado por Vitorino, para o coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney” (BONFIM, 1985, p. 18). O coronelismo perdurou durante a República Velha (1889-1930) e se caracterizou pela utilização do poder público no âmbito privado. A relação se estabelecia por meio dos chefes políticos locais – os coronéis –, parentes ou aliados que, com prestígio ou propriedades rurais, exerciam influência política sobre a população, dependente do trabalho rural para sobreviver (CARVALHO, 1997).

Já o coronelismo urbano ou clientelismo, segundo a literatura política, está associado à formação de clientelas com a utilização de recursos públicos. Na prática, a liderança de José Sarney se constituiu em grande medida pela sua influência pessoal sobre a população, caracterizada pelo personalismo político e substituição “de uma oligarquia fundada em bases rurais, por outra baseada no universo urbano e na ideia do novo” (GUILHON, 2007, p. 11).

Sarney acumulou grande prestígio no cenário nacional, conseguindo com isso, além da dominação da máquina estadual do Maranhão, sob o controle de sua família durante 50 anos ininterruptos, exercer também o domínio da máquina federal de 1995 a 2013, ocasião em que ocupou a presidência do Senado, pelo PMDB.

Sem deixar o clã familiar, Sarney Filho buscou distanciar-se um pouco da imagem do pai ao filiar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), em 1985, pelo qual foi eleito deputado constituinte. Sua carreira ganhou novo significado quando foi nomeado ministro do Meio Ambiente no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, em cuja pasta permaneceu até 2002. Em 2003 transferiu-se para o Partido Verde (PV) e em 2006 foi presidente da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Voltou a assumir a pasta do Meio Ambiente em 2016, no governo de Michel Temer.

Essa opção por uma legenda identificada com a questão ambiental reforça seu distanciamento da ala direitista. O PV foi articulado por intelectuais, ativistas políticos e ecologistas nos anos 1980, inspirado por tendências ambientalistas em voga na Europa, principalmente na Alemanha. A transferência para o PV promove uma mudança radical na imagem de um político forjado no bojo da ditadura.

### **Antônio Carlos Magalhães Neto – renascimento do carlismo**

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto – ACM Neto – nasceu em Salvador (BA) em 1979. Representa a terceira geração do carlismo<sup>47</sup> no poder. É neto de Antônio Carlos Magalhães e sobrinho de Luiz Eduardo Magalhães, forjado para ser o sucessor do carlismo e que morreu precocemente em 1998, deixando tal sucessão para o sobrinho, que foi eleito deputado federal pelo PFL (Partido da Frente Liberal)<sup>48</sup> do Estado da Bahia aos 23 anos, em 2002. Foi reeleito para os mandatos seguintes (2006 e 2010). Em 2012 elegeu-se prefeito da cidade de Salvador, cargo para o qual foi reeleito em 2016.

<sup>47</sup> Grupo político formado na Bahia em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães (1927-2007).

<sup>48</sup> O PFL foi a última agremiação pela qual passou ACM, para a qual se migrou em 1986

ACM estreou na política como deputado estadual pela Bahia em 1954, com o apoio de Juracy Magalhães (UDN), cujo capital político foi amplificado por Getúlio Vargas. Na vida pública, assim como José Sarney, foi um conservador, transitando sempre por partidos de direita. Com o golpe de 1964, ACM, então presidente da UDN na Bahia, ganha força. O partido representava as forças modernizantes do estado, identificadas com o ideal dos militares. Dantas Neto (2003, p. 223) explica:

De 1964 a 1967 a tessitura da obra política carlista dera-se em ambiente palaciano e nacional. A influência de Juracy Magalhães aproximou dois quadros políticos baianos que já desfrutavam de alguma visibilidade, no plano nacional – Luís Viana Filho e ACM – da cúpula do grupo castelista que, em 1966, os indicou para ocupar, respectivamente, o governo do Estado e a prefeitura de Salvador no quadriênio seguinte (DANTAS NETO, 2003, p. 223).

Principal força da ARENA na Bahia, o carlismo ganhou força a partir de 1967. Na prefeitura e posteriormente no governo estadual, ACM sufocava a sociedade civil ao mesmo tempo em que investia contra os grupos rivais no intuito de neutralizá-los. Em sintonia com as aspirações dos militares no comando nacional, renovou os quadros dirigentes da administração do Estado, obstruindo a participação política (DANTAS NETO, 2003). “O salto foi dado a partir de 1975, a partir da ocupação, por ACM, da Presidência da Eletrobrás. [...] Datam daí as relações doravante próximas entre ACM e o segmento do empresariado nacional”, observa Dantas Neto. Assim como José Sarney, ACM moveu-se para a Aliança Democrática por ocasião da sucessão do presidente militar para um presidente civil. No período da redemocratização, em 1985, foi indicado ministro das Comunicações por Tancredo Neves e confirmado no cargo por José Sarney.

Influente na política Nacional e detendo amplos espaços de poder na administração federal, (...) o carlismo, já comandado em parceria por pai e filho, expandia-se a ponto de ostentar a condição de um ‘meta-partido’, dominante e hegemônico. (DANTAS NETO, 2003, p. 236).

A entrada de ACM Neto na política, em 2002, fez ressuscitar o carlismo em âmbito local e federal. ACM já militava no PFL, por cujo partido manteve o governo do Estado, conquistou representações no Senado e nas bancadas legislativas federal e estadual. Eleito por um partido de centro-direita, ACM Neto não teve a preocupação de migrar para uma sigla de ideologia mais contemporânea. Ele conquistou seu primeiro mandato de deputado federal em uma época em que o carlismo passava por um momento delicado em que o partido dava sinais de perda de espaço de poder com o avanço do Partido dos Trabalhadores no Estado.

Naquela conjuntura, ACM Neto representava a preparação de um novo carlismo. De fato, quando eleito prefeito de Salvador (BA) em primeiro mandato, em 2012, colocou em prática na administração municipal políticas já experimentadas por seu avô, pelas quais procurou modernizar equipamentos públicos, valorizar a cultura baiana, entre outras iniciativas que lhe renderiam reconhecimento e a revitalização do carlismo em nível regional.

### **Meios de comunicação – âncoras para manutenção no poder**

Os Neves, Sarney e Magalhães têm em comum o fato de serem proprietários de grupos de comunicação. Na prática, o controle da mídia representa o controle da comunicação social em seus estados de origem. O que equivale a dizer que não há notícia “negativa” sobre membros e correligionários dessas

famílias. O processo de abafar as vozes dissonantes contribui para a continuidade desses grupos no poder. No ambiente social, os feitos são enaltecidos e os políticos aparecem como benfeitores regionais.

Esse mecanismo de controle da mídia tem efeitos muito mais amplos no ambiente social. Interfere no modo de pensar da sociedade que passa a acreditar naquilo que é mediado pelos meios de comunicação como verdade única. Thompson (2012, p.119) destaca que o “desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação de interação e novos tipos de relacionamentos sociais.” A ação política dos controladores de meios de comunicação e o poder que exercem sobre a sociedade explica a perpetuação no poder de políticos comprovadamente corruptos, entre outros malfeitos.

Em Minas Gerais, a família Neves mantém o controle da *Rádio Arco Íris*, retransmissora da *Jovem Pan* em Belo Horizonte, além de mais duas emissoras de rádio em São João Del Rey (MG) e de um jornal, *Gazeta de São João Del Rey*. Durante seu primeiro mandato de governador em MG (2003-2007), Aécio Neves criou o Grupo Técnico de Comunicação Social<sup>49</sup>, chefiado por sua irmã Andrea Neves da Cunha. Estava vinculado à Secretaria de Estado de Governo e a função era “coordenar, articular e acompanhar a execução da política de comunicação social do Poder Executivo.” O órgão também administrava a distribuição dos recursos financeiros para publicidade e propaganda. Não só isso, Andrea Neves cuidava de controlar o que seria dito sobre o governo de seu irmão nos meios beneficiados por verbas publicitárias.

A família Sarney controla o Sistema Mirante de Comunicação que totaliza quase que integralmente todas as emissoras de rádio e televisão do Estado do Maranhão: um jornal diário, um portal de internet e uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo, com cinco concessões (TV Mirante de São Luís, TV Mirante Cocais, TV Mirante Imperatriz, TV Mirante Santa Inês e TV Mirante Açailândia).

A família Magalhães é proprietária da Rede Bahia, que controla a TV Bahia, com cinco concessões (TV Subaé, TV Santa Cruz, TV Sudoeste, TV São Francisco, TV Oeste, afiliadas da Rede Globo no Estado), quatro emissoras de rádio FM, uma gráfica e o jornal *Correio*, além de um portal de internet.

As três famílias acumularam seus conglomerados de mídia durante a atuação na administração federal. Entre 1985 e 1990, José Sarney foi presidente da República, quando convidou Antônio Carlos Magalhães para ser Ministro das Comunicações. Foi nesse período, em que as concessões eram uma atribuição do presidente da República e não havia necessidade de anuência do Congresso Nacional, que o conglomerado de mídia de ambos cresceu. Foi também nesse período que Sarney deu concessão de rádio a Aécio, conforme já mencionado neste artigo.

## Considerações finais

Segundo Oliveira (2007), “no Brasil, a ação social e econômica dos poderosos fundamenta-se em torno do aparelho de Estado, como forma direta e indireta de controles do fluxo de informações, capitais e privilégios essenciais para a reprodução ampliada da classe dominante”. Os momentos de tensão ou indecisão política são também os períodos em que os interesses contribuem para os arranjos políticos. Os caminhos dos políticos estudados neste artigo se cruzaram na transição do regime militar para a redemocratização. Quando a ditadura não tinha mais sustentação, Tancredo Neves foi o nome de consenso entre a oposição pelo seu perfil conciliador. José Sarney e Antônio Carlos Magalhães perceberam a oportunidade de ressignificarem suas imagens políticas, mudando para o lado que buscava a mudança. E assim o fizeram, como demonstra este texto.

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/16/irma-coordenou-orgao-que-fiscalizava-publicidade-para-rádios-de-aecio.htm>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

As mudanças no cenário político são lentas. As oligarquias, entendida aqui como os grupos dominantes no âmbito político e administrativo, que fazem a interlocução entre grupos de interesse e o Estado, forjam as novas lideranças no seio familiar com vistas à perpetuação. Essa nova geração tem como característica comum a ausência de um ideal. Não fazem nada que possa repercutir nas desigualdades sociais, somente para citar o que há de mais gritante no país. As lideranças políticas forjados apenas continuam ou repetem as antigas ações familiares. Assim como entraram na vida pública permanecem. Fazem algo por merecer a continuidade no poder sem, contudo, abalar os pilares da oligarquia.

## Referências

- BONFIM, Maria Núbia Barboza. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política.**, Brasília, n. 5, p. 193-216. jul. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Abr. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>>.
- CARVALHO, Juliana. **Amordaçados: uma história da censura e de seus personagens**. São Paulo: Manole, 2013.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **“Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlistas**. Carderno CRH, Salvador, 2003.
- DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. v.7, n.3 (set./dez. 2015). Belo Horizonte (MG).
- GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2007.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, Dec. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222007000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 jun. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200008>>.
- SANTAYANA, Mauro. **A política como razão: as ideias e o tempo de Tancredo Neves**. Autêntica Editora-Fundação Presidente Tancredo Neves. Minas Gerais, 2010.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

# Mulheres na política: atuações institucionais e partidárias no espectro da esquerda<sup>50</sup>

Rosemary Segurado<sup>51</sup>, Pedro Malina<sup>52</sup>,  
Tathiana Senne Chicarino<sup>53</sup> e Joyce Miranda Leão Martins<sup>54</sup>

## Introdução

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se considera o legítimo herdeiro do partido fundado em 1922, com a sigla PCB. Fruto de uma divergência interna da primeira legenda – que no ano anterior já havia alterado seu nome para Partido Comunista Brasileiro – permaneceu por décadas na clandestinidade, sobrevivendo às interrupções da democracia brasileira e reivindicando para si as bandeiras do marxismo-leninismo. Há mais de trinta anos atuando na legalidade – conquista possível com o fim da ditadura civil-militar iniciada em 1964 – o partido, atualmente, tem um governador, um vice-governador, uma senadora, 46 prefeitos eleitos, dez deputados federais e 25 deputados estaduais.

Trata-se de um dos partidos de esquerda com expressão social e institucional, base de apoio do ciclo petista na presidência do país, e das poucas agremiações partidárias que dão espaço às mulheres não apenas para cumprir com a legislação eleitoral (LEI Nº 9.504/1997), que estabelece um mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada gênero no que se refere às eleições proporcionais. Em contexto no qual a sub-representação feminina é considerada um problema pelo Estado, as parlamentares do PCdoB têm exercido um papel de destaque tanto em seu partido, quanto no cenário da política nacional. Nesse sentido, este artigo pretende: 1) analisar a percepção de liderança política de três deputadas do PCdoB: Jandira Feghali, Luciana Santos e Manuela D'Ávila e, 2) observar o estilo de liderança que constroem a partir de suas falas, trajetória e atuação no congresso.

O conceito de gênero, difundido por feministas anglo-saxãs para separar analiticamente construções sociais de condicionamentos biológicos (SCOTT, 2012), vai ser utilizado para dar conta da categoria “mulheres” que não se define por uma essência, mas sim por crenças sociais generalizadas que ordenam o mundo buscando dar ares de naturalidade a discriminações e preconceitos. Um imaginário que tem suas origens no auge da modernidade e nos seus contratos sociais, que dividiu o mundo em espaço público e privado, reservando esse último ao feminino. Esse ideário, presente nas sociedades ocidentais e nas antigas colônias, colabora para que Jandira Feghali, Luciana Santos e Manuela D'Ávila tenham em comum com outras mulheres do Brasil e da América Latina o convívio com o machismo de

---

<sup>50</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada ao GT 5 – Mídia e lideranças políticas do XVI Congresso Brasileiro de Comunicação Política e Marketing Eleitoral – São Paulo (SP).

<sup>51</sup> Pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora do departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pesquisadora do NEAMP. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. E-mail: roseseg@uol.com.br

<sup>52</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e pesquisador do Neamp/ PUC-SP. E-mail: pedromalina@yahoo.com.br

<sup>53</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora da FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e pesquisadora do Neamp/ PUC-SP. Bolsista FAPESP. E-mail: tschicarino@gmail.com

<sup>54</sup> Pós-doutoranda em Ciência Política pela PUC/SP, com bolsa FAPESP. Doutora em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: joycesnitram@yahoo.com.br.

uma sociedade que enxerga o potencial de liderança relacionado apenas ao universo considerado masculino. A ciência moderna, da qual bebemos na fonte, também foi contaminada por um ideário sexista e, julgando fazer ilações objetivas, em seu auge positivista, atuava, na verdade, com razões parciais.

Este trabalho parte de uma perspectiva de gênero, isto é, julga que os saberes são localizados e corporificados (HARAWAY, 2009), rompendo, desse modo, com o positivismo. Tem-se, aqui, posicionamento favorável à presença de mais mulheres na política, entendendo que isso colabora para a democratização do espaço público, a qualidade da representação e a melhor elaboração de políticas públicas, bem como para o incentivo da ampliação dos reduzidos papéis socialmente destinados às mulheres.

Aliada à perspectiva de gênero, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as parlamentares, para entender a percepção que possuem sobre liderança política. Com o intuito de observar a liderança que constituem, utilizamos a sistematização desenvolvida pelo pesquisador Rodrigo Estramano, no âmbito do Projeto Temático Fapesp: 'Lideranças políticas: características e questões institucionais. As lideranças podem ser de investidora institucional, de resistência e de sedição, como será explicado no decorrer do trabalho.

As “conversas” expressaram o poder de articulação, organização e formulação política, cuja contribuição é relevante nas instituições em que são atuantes. Além disso, entende-se que a articulação entre construções biográficas e a história, como diria Wright Mills (1975), nos proporcionam momentos heurísticos para a problematização e compreensão de processos sociais mais amplos, algo também observado por Guérios (2011). Para analisar a complexidade dos fenômenos sociais, este sugere, no estudo de uma trajetória, a articulação dos materiais obtidos através dos relatos de histórias de vida – o “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo” (GUÉRIOS apud QUEIROZ, p. 9); e das biografias – “[...] textos sobre a história de um indivíduo já objetificados, escritos sem a intervenção de um pesquisador”.

Nesse sentido, os acontecimentos biográficos se definem como posições e deslocamentos em dado espaço social. As trajetórias seriam as distintas posições ocupadas em um campo, no caso, o político. Articular os passos individuais ao caminho permitido pela História é um modo de buscar escapar da ilusão biográfica, definida por Bourdieu (1986) como o sentido linear dado pelos indivíduos à sua trajetória. Essa armadilha, contudo, não está ausente dos percursos coletivos, tema da próxima seção deste artigo.

### **As ilusões da História e o enfrentamento ao patriarcado**

A *ilusão* não coloca armadilhas apenas às narrativas individuais. Ela também espalha seus ardis pela história oficial, do tempo passado e presente. Destacar a considerável base de mulheres na composição do PCdoB, e suas filiadas em posições importantes na política nacional, pode levar a inferir que o fato tem origem em premissas e objetivos do partido, apagando das análises que essa foi uma construção levada a cabo pelas mulheres, que tiveram de enfrentar o machismo já dentro das fileiras do então PCB. Adentrar nesses recônditos da história é uma tarefa urgente para buscar fugir dos entendimentos parciais, sendo a biografia – aliada à perspectiva de gênero – fundamental para jogar luzes em vidas pouco consideradas ou mesmo negligenciadas. Foi por meio de entrevista concedida a Lúcia Helena Vianna, que Maria Werneck, antiga comunista, nos possibilitou saber: “não se pode omitir o quanto a prática comunista nas suas células ainda era patriarcal e falocêntrica, relegando às mulheres papéis secundários e de pouca importância”. (VIANNA, 2002, p. 231).

Torturadas e presas como os homens em um dos enfrentamentos oficiais mais conhecidos feitos ao PCB (o ataque do governo Getúlio Vargas à Intentona Comunista), elas eram “mão de obra para as atividades do partido, desqualificadas, fazendo tarefas ‘domésticas’ e não centrais” (BLAY, 2017, p. 69).

Assim, se era complicado aos comunistas atuar politicamente, às mulheres tudo se tornava mais difícil (algo que se repete apesar das mudanças conjunturais: uma mulher na política precisa mostrar-se apta não apenas para a posição que ocupa, mas também para atuar fora do espaço privado).

Apenas a percepção da subalternidade na qual estavam inseridas foi mudando a relação entre as mulheres e o PCB/PCdoB. Fato possível devido ao recrudescimento da urbanização, escolarização e resistência à ditadura militar iniciada em 1964. De acordo com Avelar: “a verdadeira mudança no envolvimento das mulheres na vida política ocorreu a partir dos anos 1960, quando passaram a ter maior acesso à educação, ao mundo do trabalho, a novos comportamentos afetivos e sexuais [...] que as alçavam a outro mundo cultural e político”. Nos anos de chumbo, muitas mulheres das periferias brasileiras começaram a fazer política em seus bairros, atuando em associações de moradores. Outras, de classe mais abastada, vivendo e estudando no exílio, mandavam textos de viés feminista e ajudavam na organização de reuniões para discutir os problemas da mulher.

O contexto internacional também colaborou: em meados da década de 1970, a ONU organizou a primeira Conferência Mundial das Mulheres, declarando 1975 como o Ano Internacional das Mulheres. Várias participantes latino-americanas do congresso retornaram aos seus países, mobilizando encontros locais. Nesse momento, de acordo com Blay (2017, p. 81-82), a esquerda partidária ainda mantinha “os mesmos princípios de primórdios do comunismo: a luta maior era derrotar as diferenças de classe. Outras questões como direitos reprodutivos, sexualidade, prostituição, casamento, amor e violência doméstica eram temas menores.” As demandas de gênero chegaram a ser acusadas de “um sério desvio pequeno-burguês” (PINTO, 2003, p. 45) pelos que achavam que os esforços deveriam ser centrados na luta contra a ditadura civil-militar. E essa visão influenciou a diferença entre movimentos feministas e mulheres de partidos de esquerda. O marxismo, guia teórico de comunistas, não considerava o patriarcado como forma de opressão. Talvez, por considerá-lo morto?

Outra *ilusão* da história oficial, bem explicada por Pateman (1993) ao revisitar os teóricos dos contratos sociais da modernidade: eles explicaram seus pactos como uma insurgência ao patriarcado matando, simbolicamente, o poder do pai, entretanto, esse seria apenas um dos sentidos do patriarcado, o qual “deixou de ser paternal há muito tempo [...] No mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade. [...] Os teóricos do contrato não tinham a intenção de contestar o direito patriarcal original”. Esse direito, como Pateman (1993) analisa ao reler Filmer (patriarca cujas ideias Locke combatera), começava no casamento. Tema que, coincidentemente explicitou, no Brasil, a autossuficiência da categoria gênero<sup>55</sup> como produtora de opressões.

Foi na redemocratização que as mulheres, independente de partido ou ideologia, uniram-se para aprovar, na Constituição de 1988, a igualdade entre homens e mulheres, no casamento, bem como na relação com os filhos, entre outras importantes reivindicações como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em um processo que conheceu avanços e recuos, foi também a união das mulheres – e seus protagonismos nas lutas democráticas – das principais responsáveis pela abertura de espaços nos partidos

<sup>55</sup> Ainda que, até hoje, feministas tenham que defender que a opressão relacionada ao gênero não é secundária em relação à classe. E os próprios feminismos do Brasil diverjam nesse ponto.

de esquerda, que se julgavam vanguarda nas lutas sociais. Segundo Avelar, “apenas os incautos ou herdeiros do patriarcalismo são capazes de imaginar que o país redemocratizou-se sem a presença das mulheres.”

Nesse sentido, a entrada das mulheres na política instituiu novas relações entre os gêneros e exige negociações (PEDRO, 2000). Modifica a própria concepção do que é ser liderança política, indagação primeira deste trabalho. Antes de nos determos sobre a percepção das entrevistadas sobre a questão, passaremos a breve relato de suas histórias de vida.

### **Cada história de vida**

Nascida em 1957 na cidade de Curitiba-PR, a médica sanitária Jandira Feghali se filiou ao PCdoB em 1981, momento em que o partido ainda estava na clandestinidade. Logo passou a integrar o Comitê Central da legenda e, dois anos mais tarde, começou a atuar no movimento sindical, chegando à presidência da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Em 1984, assume o cargo de dirigente do Sindicato dos Médicos de 1984, ficando nele até 1986, ano em que foi eleita deputada estadual constituinte, sendo a mais votada de seu estado, o Rio de Janeiro.

No fim do mandato, já em 1990, foi eleita deputada federal e reeleita, consecutivamente, com mandato até 2007, quando deixa o Congresso para tornar-se secretária do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do município de Niterói e, posteriormente, secretária de Cultura do Rio de Janeiro, entre 2009 e 2010.

As reeleições consecutivas continuam em 2011, quando volta para o Congresso Nacional, em mandato que vai até 2018<sup>56</sup>. Foi líder da bancada do PCdoB na Câmara, entre 2014 e 2015, período em que se debruça mais diretamente sobre as questões macropolíticas, um feito que terá repercussão em sua carreira política, já que uma de suas principais áreas de atuação são o que chama de “questões democráticas”, pois se atém à defesa da economia nacional e dos direitos dos trabalhadores. Também devido à sua formação não deixa de olhar o campo da saúde; de gênero – destacando-se por ter sido redatora da Lei Maria da Penha<sup>57</sup> –; e da cultura, sendo a primeira presidenta da Comissão de Cultura no Congresso Nacional.

Nascida em 1965, em Recife, Luciana Santos inicia sua atividade política no movimento estudantil universitário, em 1985, como presidenta do Diretório Acadêmico de Engenharia e Computação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Posteriormente, foi vice-presidente regional da União Nacional de Estudantes (UNE), de 1989 a 1991. Filiou-se ao PCdoB em 1987, tornando-se membro do Comitê Central, em 2001.

No âmbito da política institucional, foi deputada federal e depois prefeita de Olinda, de 2000 a 2008. Durante o atual período como parlamentar, luta pela aprovação de pautas pelos direitos das mulheres, contra o trabalho infantil, a favor de um desenvolvimento sustentável em relação aos recursos naturais do país e outros assuntos relacionados. Também atua em áreas relacionadas às ciências e à Engenharia Elétrica. A deputada afirma priorizar receitas do Estado para as áreas de Saúde, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Cultura, tendo sua base política sustentada no movimento estudantil (principalmente no início de sua trajetória), nas mulheres e no território da cidade por conta da mi-

<sup>56</sup> Este artigo foi escrito antes das eleições de 2018. Pleito em que a deputada poderá ser, novamente, reeleita.

<sup>57</sup> Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 que visou coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher sendo o nome da lei uma homenagem à vítima de violência por parte do marido, Maria da Penha Maia Fernandes.

litância local, especificamente em seu estado e na cidade de Olinda, mas também no âmbito sindical. De acordo com Luciana:

O nosso partido não é um partido de luta eleitoral apenas, não somos o partido das eleições, nós somos o partido dos 365 dias do ano, da luta política para transformar o país, é permanente a nossa luta, nós quando atuamos no parlamento e no executivo é passageiro na nossa militância, nós somos mesmo militantes da causa do Brasil, essa é a base que até hoje eu pertença (SANTOS, 2016).

Como deputada federal a sua atuação passa a ser mais segmentada, uma dinâmica própria do Parlamento, segundo ela, e bastante distinta da gestão de uma cidade, considerada a principal experiência que teve – “um ano de prefeita eu amadureci os anos de movimento estudantil, os anos de deputada” – isso se deve à necessidade de ter que lidar com pessoas e forças políticas muito diferentes e para pôr em práticas as políticas públicas idealizadas é preciso considerar a transversalidade nas ações, com paciência e ouvindo a população. Foi líder da bancada agindo como articuladora política, algo que a destacou e a levou à posição de presidenta nacional do partido.

A segunda deputada, Manuela D'Ávila, nasceu em 1981, em Porto Alegre. Ela é, desde 2014, deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 2018, foi anunciada pelo PCdoB como candidata à presidência da República. Perto das eleições, abriu mão da candidatura para compor a chapa petista ao Executivo Federal, como postulante à vice-presidente do país. Começou sua trajetória política no movimento estudantil, em 1999. Fez parte da União Nacional dos Estudantes (UNE), da qual foi vice-presidente, em 2003, e da União da Juventude Socialista (UJS), onde foi diretora nacional em 2002.

Iniciou sua trajetória na política institucional em 2004, como vereadora na cidade de Porto Alegre. Em 2006, foi eleita a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul. Foi reeleita em 2010, com a maior votação da história do seu estado. Em 2013, foi líder do seu partido, o PCdoB, na Câmara dos Deputados. Concorreu para a prefeitura de Porto Alegre, em 2008 e em 2012, ficando em terceiro e em segundo lugar, respectivamente.

Durante seus dois mandatos como deputada federal, Manuela D'Ávila defendeu principalmente a pauta da juventude no Congresso. Hoje, como deputada estadual, ela passou a defender com mais ênfase a pauta de gênero e de participação popular, estando na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, além de ser Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Para além do fato de Jandira, Manuela e Luciana serem líderes mulheres – um “essencialismo estratégico<sup>58</sup>” (SPIVAK, 2010), dado o caráter provisório das identidades–, a história das três deputadas encontra elo na militância no movimento estudantil. No início, todas tinham atuação política extra-parlamentar, de onde saíram para adentrar no PCdoB.

### **PCdoB: o movimento estudantil e o movimento sindical**

As três entrevistadas participaram do movimento estudantil, embora Feghali destaque que era de um movimento de médicos residentes em prol da saúde pública e que tinha característica de movimento sindical, a despeito de não ter sido originalmente motivada por razões corporativas. Luciana

<sup>58</sup> A referência ao termo “essencialismo estratégico” é importante para destacar que a própria análise com recorte de gênero é uma escolha metodológica, visto que as identidades não são fixas e que a atuação de todas as parlamentares poderia ser observada a partir de outros vieses, tais como: juventude, agentes de esquerda, comunistas etc.

Santos frisa que seu pai falava muito do movimento estudantil, uma condição que a deputada diz ter permitido que fosse naturalmente para essa militância e conseqüentemente no PCdoB:

Foi na universidade que eu comecei minha militância política, embora na verdade eu despertar para a política dentro de casa em função do meu pai, que foi preso político na ditadura militar, ele era do Partido Comunista num tempo que não existiam dois partidos (SANTOS, 2016).

Manuela D'Ávila percebe o início de sua atuação política no movimento estudantil e afirma que existem diferenças em relação à formação do movimento sindical. Apesar de não se estender sobre quais são essas diferenças, fica claro que, para ela, é bastante importante a origem do político e que esta origem orienta como se fará política. Os partidos entendidos como pertencentes ao espectro político da esquerda comumente têm seus quadros compostos por políticos vindos do movimento estudantil ou do movimento sindical.

Avelar (2015) destaca que, durante o regime civil-militar brasileiro, as mulheres presentes nas universidades passaram a se envolver também com os movimentos populares das periferias urbanas. O PCdoB sempre teve presença no movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário. Essa participação remonta à história das entidades UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e UNE (União Nacional dos Estudantes Secundaristas). Em ambas, o partido está nas direções nas últimas décadas, sendo alvo de muitas críticas e acusações de “aparelhamento” e burocratização do movimento por outras correntes.

Em 1984, foi criada a UJS (União da Juventude Socialista) que substituiu a “Viração”, corrente do PCdoB que atuava desde o início dos anos 1980 no movimento estudantil. Se considerarmos que a juventude é um momento de descoberta da política, podemos compreender o significado do destaque apontado por Feghali, Santos e D'Ávila no que diz respeito ao papel do movimento estudantil em suas respectivas trajetórias políticas. Nesse sentido, os debates desenvolvidos no movimento estudantil (apesar das polêmicas entre as diferentes correntes – não somente no que diz respeito aos posicionamentos, mas também aos métodos, táticas e estratégias de atuação) consistem em espaços de aprendizado político fundamentais. Ali começaram a se construir as lideranças políticas de Jandira Feghali, Manuela D'Ávila e Luciana Santos.

### **Liderança política e gênero**

Dois perspectivas distintas, embora complementares, atuam nesta análise: uma que parte do que nossas entrevistadas entendem por liderança política; a outra que busca uma classificação do tipo de atuação política por elas exercida, destacando que o estudo da biografia nos ajuda a entender o lugar da liderança na sua conjuntura, mas, também, possibilita um caminho heurístico orientado à compreensão da liderança como um fenômeno da vida política.

Como parte da primeira perspectiva pedimos que nossas entrevistadas definissem o que é ser um líder, quais são os seus principais atributos e qual a importância de sua existência na política. Nesse sentido, Feghali destacou o esgotamento do presidencialismo de coalizção e uma crise na representatividade, apontando três características importantes para a liderança política: 1) o papel do líder, independente do espectro ideológico (esquerda, centro ou direita), deve ser a manutenção da coerência e da questão programática; 2) não transgredir os princípios políticos, considerando que isso destrói a liderança; 3) capacidade de formular e de enfrentar um debate, considerando a importância da disputa

narrativa para a geração de um grau de consciência e de organização da sociedade brasileira.

Afirma a importância da esquerda em compreender sua responsabilidade na organização da sociedade e no papel de organização dos movimentos sociais para a disputa das ideias. Feghali se considera:

Eu sempre brinco que eu sou uma espécie em extinção, porque, como eu, muitos outros têm voto de opinião enfrentando o voto assistencialista e o voto de máquina. É muito difícil hoje ser um deputado só de opinião. Eu sempre digo que, como eu tenho só a opinião para dar, eu dou. Nós temos que dar a opinião porque essa é a disputa central para você hoje conseguir que a sociedade enxergue que não há um monopólio da verdade ou da informação, porque é necessária uma quebra desse monopólio da informação para ter pluralidade. Não há imprensa isenta, ela é parcial, mas todas as parcialidades têm que ter o direito de aparecer (FEGHALI, 2016).

Para Luciana Santos, o líder deve ter convicção, algo que ela localiza naqueles que fazem parte de um projeto político e que são capazes de proporcionar visões e direções para o Brasil. Ela afirma: “[...] como dizia Patativa do Assaré ‘tem o Brasil de cima e o Brasil de baixo’ pra que país você quer direcionar nossa potencialidade?”

A deputada instrumentaliza essa liderança na capacidade de produzir soluções para os impasses inerentes à política, mas considerando a complexidade da política e do Brasil, é impossível que a liderança domine todas as temáticas em questão:

Você tem que estudar, tem que ouvir, tem que ser aberto pra ouvir as contribuições, ser generoso [...] eu acho que liderança tem a ver com isso. No caso de líder, também se lidera, lidera pessoas. Ter capacidade de aproveitar os potenciais da pessoa para aquela determinada coisa, ninguém é igual, um tem maior papel de articulador, outro de orador, mas embora tenha gente que reúna várias qualidades ao mesmo tempo, mas tem umas que tem mais aptidão pra uma coisa outra, ou pra outra, mas você tem que ter desprendimento, desprendimento é uma coisa importante na política, porque se no mundo de maneira geral, nas atividades esse fator de vaidade é um problema, na política isso se multiplica, então, você tem a capacidade de distribuir a visibilidade (SANTOS, 2016).

E resume a liderança em: 1). Ter convicção; 2). Dominar a realidade; 3). Ser generosa e humilde, reconhecendo as capacidades alheias; 4). Colocar ideias e projetos em prática.

Manuela D’Ávila faz considerações importantes para a reflexão sobre a caracterização da liderança política. Para ela, o líder é “alguém que tenta representar um conjunto de pessoas com convicção”, ele realiza conexões entre pessoas. Além disso, o líder deve ser coerente na relação entre aquilo que ele acredita e aquilo que defende.

Para ela, existe uma relação estrita entre liderança e representação e isso aparece em diversos momentos na entrevista. Aprofundando o último ponto, para a deputada deve haver uma semelhança entre representante e representado e isso cria uma aproximação do representado com a política. As pessoas desejam se sentir próximas de seus representantes, dos políticos, e esta semelhança leva à proximidade almejada. Segundo ela, é “impossível se sentir próximo de quem é diferente”.

É possível notar que para Manuela há uma relação entre representação e identidade: para haver representação, e, por consequência, liderança, é preciso que representado e representante se iden-

tifiquem, assemelhem-se. O representado buscaria então um semelhante para o representar. Se isso não acontece, há um distanciamento entre eles. É importante que para uma liderança política mulher essa definição apareça dessa forma, já que temos, hoje, em torno de 51% de mulheres na sociedade brasileira, mas apenas 10% entre deputados federais. Para a deputada, a “democracia representativa pressupõe identidade.”

D'Ávila considera que não há uma forma única para um líder, não há um molde específico para líderes, “existem trajetórias, existem coisas circunstanciais, dedicação”. Não há, então, como se criar uma fórmula para fabricar lideranças. Hoje, a deputada identifica que exista uma padronização do político, que acompanha uma teatralização da política, e o próprio sistema te empurra nesta direção – uma concepção próxima à de Debord (1997, p. 14), que compreende as representações da vida social cada vez mais com base na espetacularização, onde imagens fundem-se em um fluxo comum, mas não como um conjunto de imagens, mas como uma “[...] relação social entre pessoas, mediada por imagens”, constituindo-se em um modelo dominante que é ao mesmo tempo resultado e projeto dessa sociedade, eles são ao mesmo tempo o meio e o fim.

O quanto ele foi enquadrado pelo poder, o poder ele é uma grande máquina de enquadrar, de tentar transformar as pessoas em um líder padrão. Por isso que o congresso tem toda a mesma cara, tem na origem, mas tem também no que ele faz, capacidade de cooptar as pessoas para aquilo – padrão de liderança (D'ÁVILA, 2016).

Esse enquadramento levaria à reprodução do mesmo modelo de liderança. Esse perfil seria de um homem de terno que fala difícil. Para ela, isso foge totalmente da ideia de representação de semelhantes. Diante destas características e do fato da liderança estar ligada a elementos individuais, não seria possível haver uma fórmula para a criação de novos líderes. Não há uma receita que garanta a criação de líderes.

O líder, para ela, apresenta-se nas características do cotidiano, o que levaria a uma desconstrução do líder tradicional, transformando-o em pessoas mais complexas. São essas características que a deputada admira. Ela identifica em Lula uma liderança, já que este foi capaz de manter suas características individuais, mesmo estando nessa “máquina de enquadramento”. Dentre as possíveis novas lideranças, surgidas dos movimentos sociais, Manuela D'Ávila cita Guilherme Boulos, do MTST, o comediante Gregório Duvivier e a filósofa Marcia Tiburi.

A partir do entendimento das três deputadas, podemos dizer que suas caracterizações particulares de liderança política gravitam principalmente na capacidade de ter coerência, de ter convicção e de vocalizar um projeto político, representando uma visão de mundo. Essas três dimensões da liderança política já foram sistematizadas por Weber (2002) no tocante ao ethos da política que carregaria paradoxalmente uma ética que está orientada para o aspecto individual, como sendo um conjunto de normas e valores que orientam o comportamento do político na esfera privada, também chamada de ética de convicção; e outra que está voltada para o aspecto coletivo da ação política, chamada ética de responsabilidade, sendo a baliza normativa e valorativa como a ética da convicção, mas que prioriza a posição que a liderança ocupa como governante.

Quanto à terceira caracterização, Weber (1968, p. 44) vai dizer que líder é aquele capaz de oferecer “concepções de mundo” ou regras válidas para a conduta na vida. As fontes de legitimidade que, a partir de um conteúdo específico, sustentariam a ação do líder, podem advir da tradição, do carisma e/ou da orientação racional. Tendo partido de uma tentativa de entendimento do surgimento, trajetória

e consagração das lideranças sincrônica e diacronicamente na vida política brasileira, estabelecemos de início algumas tipologias que buscam relacionar as instituições – pensadas não apenas como as partições do sistema político, mas também como as cristalizações de comportamento político que são capazes de nortear certa cultura política – e os próprios processos históricos. Chegamos a três tipos ideais, conforme sistematização desenvolvida pelo pesquisador Rodrigo Estramanho, no âmbito do Projeto Temático Fapesp: 'Lideranças políticas: características e questões institucionais':

1. de investidura institucional, isto é, baseada na atribuição de cargo que confere função política e/ou autoridade ao ocupante, tendo como lastro o Estado, o aparato jurídico e a transmissão legal, representativa ou hereditária da função. A investidura pode ser a) sistêmica, quando a autoridade é garantida de modo ascendente por algum tipo de sufrágio representativo ou; b) quando a autoridade e/ou função é adquirida descendentemente na hereditariedade; comissionamento e/ou cooptação.
2. de resistência: são lideranças de tipo ascendente, isto é, lastreadas fora do ambiente institucional, e podem ou não ter intenções de investidura. Sendo de 'fora' do Estado, podem ter intenções contrárias à sua existência e manutenção. O seu lastro é a sociedade, grupos, comunidades, minorias políticas e outras formas de associação cujo sentido é o de resistir e fazer valer a sua diferença em relação ao paradigma institucional.
3. de sedição: aquelas que a partir da investidura anterior, colocam-se contra o status quo da função e procura romper ou fissurar a ordem vigente. A liderança de sedição é dissensiva pelo alto; pode ser ruptiva ou reformadora no sentido da busca de novos consensos. Pode ser definida como aquela que nasce 'no' Estado e requer 'outro' Estado, mas sem romper com toda a ordem. Em geral, tem lastro na tradição e/ou na função – sobretudo local e/ou setorial, corporativa – e raras vezes na representação.

Assim, no que se refere às lideranças das deputadas analisadas, entendemos que parte da legitimidade é sustentada pela investidura institucional de tipo sistêmico, já que é pelo sufrágio que se tornam representantes de uma parcela do eleitorado e aptas a vocalizar institucionalmente certa visão de mundo (WEBER, 1968), mas, considerando que certas características típicas podem coexistir com outras, compreendemos que há o predomínio na ação política dessas lideranças do tipo de autoridade fundada na sedição, especialmente por seu caráter reformador em relação ao Estado e às políticas públicas, pela capilarização nos movimentos sociais, bem como devido à posição no campo político (de esquerda) e aos enfrentamentos relacionados aos obstáculos impostos ao gênero. Sobre esses, Luciana Santos recorda o período em que foi prefeita de Olinda:

Do ponto de vista pessoal, (de) uma exigência brutal, eu costumo dizer que minha vida privada não existia, acabou o casamento, tinha projeto de ter filho, não tinha, era dedicação exclusiva, eu digo assim que era minha linda juventude, porque eu fui prefeita com 34 anos, minha linda juventude tá toda lá em Olinda [...] no tempo que eu fui candidata a prefeita, eu era acusada de ser maconheira, comunista, filha do demônio até não acredita em Deus, sapatão, prostituta, tudo que tinha de bagagem de preconceito (SANTOS, 2016).

Manuela D'Ávila, por sua vez, identifica uma dificuldade dupla no início de sua trajetória: ser jovem e ser mulher. Os estereótipos que poderiam gerar uma “baixa expectativa” quanto ao que ela poderia alcançar, aparecem desde o começo. O preconceito continua a se refletir no tratamento dado a ela, que foi colocada como “musa do Congresso”, tendo esse tipo de enfoque também na mídia. Ela afirma que fez uso desse holofote negativo em favor de suas pautas, procurando um resultado positivo desse foco, apesar de entender que o enfoque é negativo e depreciativo.

D'Ávila aponta também para a dificuldade de a juventude adentrar na política e reconhece que esse problema ocorre dentro dos próprios partidos, que não abrem espaço para jovens lideranças. Em sua análise, sua carreira política foi possível pela abertura dada pela sua legenda. Nas palavras da entrevistada:

Eu tive uma diferença que foi o partido que eu milito e a forma como o meu partido propicia o protagonismo dos seus jovens, que os outros não proporcionam por regras internas, por disputas internas ou por perpetuarem os mecanismos da legislação eleitoral brasileira – financiamento privado, televisão pra poucos, né? (D'ÁVILA, 2016).

Sobre a resistência aos diversos tipos de ataques, a atuação parlamentar de Feghali é um exemplo. A articulação entre as reivindicações específicas das mulheres e a luta política se constituem em uma bandeira fundamental do mandato. Outra questão importante é o combate à violência contra a mulher: ela teve um papel fundamental no processo de aprovação da Lei Maria da Penha, considerada importante instrumento legal que reconhece a existência do feminicídio em nosso país.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou analisar a percepção de liderança política de três parlamentares do PCdoB, bem como a própria liderança que Jandira Feghali, Luciana Santos e Manuela D'Ávila constituem em suas falas, trajetórias e atuações no Congresso. A categoria mulheres expressa no conceito de gênero atuou, neste artigo, como um “essencialismo estratégico”, posto que assim foram definidas pelas construções sociais que as fazem compartilhar obstáculos similares na atuação política, óbices que colaboram para a sub-representação feminina nas esferas de poder. Podendo as parlamentares ser definidas por inúmeras características: de esquerda, jovem, sindicalista, médica, jornalista, a percepção de liderança das deputadas nem sempre esteve relacionada ao gênero. Ele, entretanto, é parte fundamental da constituição das deputadas como líderes: em comum, os preconceitos enfrentados por não ser homem e estar na política; a abertura para atuação, encontrada em um mesmo partido; as pautas de luta que envolvem a condição feminina.

O enfrentamento da dominação masculina, do patriarcado, para lembrar Pateman (1993), e do conservadorismo político em geral, dentro do Congresso, faz com que possam ser consideradas líderes de investidura sistêmica e de sedição. Apesar de agora contarem com o apoio institucional do partido para estar nas estruturas de poder – algo que aparece na fala das entrevistadas, na composição das instâncias internas do PCdoB e na própria bancada do partido no Congresso Nacional – seguem batalhando contra a discriminação de gênero (que atravessa a sociedade brasileira).

O olhar que têm sobre liderança política – a percepção nativa das entrevistadas – evidencia a importância que dão às ideias, às disputas sociais por visões de mundo que consideram justas. Aqui, a liderança política é semeada no solo da convicção. Mulheres com trajetórias anteriormente construídas nos movimentos sociais, não entraram na política para ser figurantes, mas para marcar posição com gestos e palavras.

No caso específico de Manuela D'Ávila, julga que não somente o ideário faz um líder, mas também a identidade. A jovem deputada mostra, então, uma nova percepção sobre liderança política: líder é aquele com quem se compartilha alguma semelhança, não o que está à frente da população por possuir qualidades superiores a esta.

As entrevistas realizadas com as parlamentares do PCdoB demonstram a especificidade da atuação da liderança dessas mulheres, na busca de abertura de espaços institucionais para as questões de gênero, reafirmando o nosso pressuposto de que a participação política de mulheres importa.

## Referências

AVELAR, Lúcia. **A mulher no espaço público brasileiro**. Sem data. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10654249/A\\_Mulher\\_no\\_espaco\\_publico\\_brasileiro](https://www.academia.edu/10654249/A_Mulher_no_espaco_publico_brasileiro)>. Acesso em 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Mulher, gênero e política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BLAY, Alterman Eva. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas. In: BLAY, Alterman Eva; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. ; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.p. 183-191.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputada Jandira Feghali. Disponível em: <[http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep\\_Detalhe.asp?id=5830367](http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep_Detalhe.asp?id=5830367)>. Acesso em: out. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), p.7-41, 1995.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos*, v. 12, n.1, p. 9-29, 2011. Disponível em: <[revistas.ufpr.br/campos/article/download/28562/18785](http://revistas.ufpr.br/campos/article/download/28562/18785)>.

LOPES, Ibere. Protagonismo da UNE é destacado no Congresso. **PCdoB**, 14 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.liderancapdob.org.br/site/texto.asp?id=892914311489158145571415>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

LUCIANA SANTOS. Luciana. Deputada Federal. Luciana. Disponível em: <<http://www.deputadaluciana.com.br/luciana-santos/>>. Acesso em: jun. 2017.

MANUELA D'ÁVILA. Biografia. Disponível em: <<http://manuela.org.br/biografia>>. Acesso em: jun. 2017.

MANUELA D'ÁVILA. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davila-manuela>>. Acesso em: 04 out. 2016.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PATEMAN, Carole. **O Contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PCB. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: jun. 2017.

PCDOB. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>>. Acesso em: jun. 2017

PCDOB. PCdoB: Partido Comunista do Brasil, 2017. Página Inicial. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/>>. Acesso em: jun. 2017.

PEDRO, Maria Joana. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, v.4, n. 4, p.33-39, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, n. 45, pp. 327-351, dez 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIANNA, Lúcia Helena. **As mulheres da sala 4, primeira prisão política feminina**. Niterói, 2002.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais: parte 1**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2002.

## O Brasil da telenovela e do jogo político

Christina Maranhão<sup>59</sup>, Silvana Martinho<sup>60</sup> e Vera Chaia<sup>61</sup>

Durante o processo de impeachment, do segundo mandato, da presidenta Dilma Rousseff (2014 - 2016), o Brasil passou por mais um momento de transformação. Podemos afirmar que aconteceu de forma dolorosa, drástica e com consequências que ainda não sabemos mensurar ao certo. É preciso o afastamento histórico para compreendermos as análises produzidas e verificar os efeitos dessas transformações. Porém, durante o curso dos acontecimentos esteve no ar pela Rede Globo de televisão duas telenovelas que traziam em seu enredo discussões em que, passado um pequeno período, foi possível observar e associar as agendas e pautas da política nacional. Assim, discutiremos a trama de *O Velho Chico*<sup>62</sup> e *Liberdade, Liberdade*<sup>63</sup>.

No processo de conclusão da novela *O Velho Chico*, de Luis Fernando Carvalho, um dos personagens principais precisou ser reinventado para chegar até o final da trama, já que o ator, Domingos Montagner, que conduzia o papel, sofreu um acidente que o levou ao óbito no final das últimas cenas externas, foi dragado pelas águas do Rio São Francisco.

Iniciamos o artigo com duas dramaticidades da vida real, a morte do ator e, conseqüentemente, de seu personagem, uma espécie de herói na trama, e o impeachment da Presidenta da República culminando com o fim de um projeto político de mais de 12 anos de poder. Fatos que, aparentemente, seriam isolados um do outro, pois, quais seriam as relações entre as ficções e a vida real? Esta é uma pergunta difícil de responder, mas temos como premissa que na arte há uma capacidade e uma sensibilidade de fazermos compreender os entraves da vida real. A Sociedade Espetacular pode fazer uso e difusão da televisão na construção das relações sociais. O Brasil é conhecido como um dos maiores produtores de telenovelas. Nós somos o país do futebol, do samba e das telenovelas. Procuramos investigar como as produções "globais", em 2016, *O Velho Chico* e *Liberdade, Liberdade*, contribuíram, em aspectos sociais e estéticos, nos acontecimentos políticos do desenrolar do impeachment de Dilma Rousseff, através da crise no executivo, na existência do personagem e líder comunitário, na figura do coronel e na existência da filha de Tiradentes. Construiremos um olhar para o país e como ele viven-

---

<sup>59</sup> Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Docente no curso de Graduação Bacharelado em Fotografia – Centro Universitário Senac, pesquisadora do Núcleo de Estudos Pós Graduação em Arte, Mídia e Política - NEAMP - PUC-SP. E-mail: crismaranhao1980@yahoo.com.br

<sup>60</sup> Doutoranda e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, pesquisadora do Núcleo de Estudos Pós Graduação em Arte, Mídia e Política - NEAMP - PUC-SP e bolsista CAPES. E-mail: silgmartinho@gmail.com

<sup>61</sup> Rever nota 27 (p. 22).

<sup>62</sup> Telenovela produzida pela Rede Globo para o horário das 21 horas, criada por Benedito Ruy Barbosa e Edmera Barbosa, dirigida por Carlos Araújo, Gustavo FERNANDEZ, Antônio Karnewale, Philippe Barcinski e Luiz Fernando Carvalho. Exibida em 173 capítulos, entre 14 de março e 30 de setembro de 2016. A trama foi dividida em duas fases; os principais autores da primeira foram: Rodrigo Santoro, Tarcísio Meira, Rodrigo Lombardi, Fabiula Nascimento, Chico Díaz, Cyria Coentro, Carol Castro e Umberto Magnani; e da segunda fase: Domingos Montagner, Camila Pitanga, Antônio Fagundes, Christiane Torloni, Marcelo Serrado, Lucy Alves, Irandhir Santos e Dira Paes.

<sup>63</sup> Telenovela produzida pela Rede Globo para o horário das 23 horas, criada por MARCO TEIXEIRA em colaboração de Sérgio Marques e Tarcísio Lara Puiati, inspirada no livro *Joaquina, Filha do Tiradentes*, de Maria Vinícius Coimbra. Os principais atores do elenco foram: Andreia Horta, Bruno Ferrari, Mateus Solano, Dalton Vigh, Lília Cabral, Maitê Proença, Marco Ricca e Nathalia Dill.

ciava as mudanças e a queda de um poder majoritário. Logo, propomos aqui criar um paralelo, entre os temas, os personagens (atores ou políticos) e, de certa forma, na trama ficcional e na trama política, para vislumbrarmos o momento tão particular que o país vivenciou.

No ano de 1989, o Brasil passou por outro período de grande transformação. Foram disputadas as primeiras eleições diretas para a Presidência da República, após anos de ditadura militar. O direito dos cidadãos de eleger seu representante de forma direta construiu um clima de euforia, felicidade e tensão durante todo o processo eleitoral. A campanha foi acirrada, presenciamos, além da disputa real entre dois blocos caracterizados pelas diferenças ideológicas, uma mídia que se posicionava a favor de um candidato – Fernando Collor de Mello. Cada veículo de comunicação defendeu a sua linha editorial valendo-se de todos os artifícios possíveis em imagens e texto. Na época, estava no ar a novela denominada *O Salvador da Pátria*<sup>64</sup>, de Lauro César Muniz, onde um agricultor boia-fria, representado por Lima Duarte, era envolvido numa trama política e disputava eleições municipais na cidade em que se passava a narrativa. Na época, a figura desse personagem ingênuo e, extremamente caipira, como um quase Mazzaropi<sup>65</sup>, foi rapidamente associada à imagem de Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato a presidência do país e com chances reais, segundo as pesquisas do período, de eleger-se.

Em sua dissertação de mestrado, Maranhão (2007) analisa a construção da imagem de Lula pelas principais revistas do país, durante as eleições de 1989 e 2002. Assim, a autora constatou que uma das mídias estudadas, a revista *Veja*, procurou associar a imagem do personagem Sassá Mutema com a figura de Lula, com o lado xucro e sem preparo para o cargo que disputava. Esta associação pode ser observada na edição de 6 de setembro de 1989, na qual, a matéria de capa era com o então candidato à presidência. A princípio, a capa não buscou criar esta relação, mas a imagem escolhida para ilustrar a matéria interna trazia uma caracterização e uma relação direta com o personagem global.

A matéria possui duas imagens: a primeira está no índice e é uma imagem de comício, onde Lula está falando para várias pessoas; e a segunda, já dentro da revista, ocupa mais ou menos o espaço de meia página e mostra o candidato em plena campanha num bairro mais popular. Lula atravessa as tábuas de madeira que são provavelmente o acesso entre as casas, sendo ajudado por alguém. Na imagem ainda se vê um menino pendurado na passagem e sua expressão corporal destoa da de Lula, que precisa ser ajudado para não cair na viela.

<sup>64</sup> Telenovela produzida pela Rede Globo dirigida, escrita por Lauro César Muniz em colaboração de Alcides Nogueira e Ana Maria Moretzsohn, Dirigida por Gonzaga Blota, José Carlos Pieri, Denise Saraceni e Paulo Ubiratan. O protagonista-título da trama foi Lima Duarte e teve como principais atores: Maitê Proença, Betty Faria, José Wilker, Lúcia Veríssimo, Susana Vieira, Tássia Camargo, Thales Pan Chacon, Lucinha Lins, Mayara Magri, Flávio Migliaccio, Mário Lago, Cecil Thiré e Francisco Cuoco. Em síntese a trama principal de ‘Salvador da Pátria’ ocorreu em torno de Sassá Mutema. O político Severo Toledo Blanco para desviar as atenções de seu adultério escolheu Sassá para se casar com sua amante. Quando este fato chegou a um radialista ‘inescrupuloso’, ele explora demagogicamente o episódio. Logo depois ocorre um duplo homicídio e tanto a amante quanto o radialista morreram colocando como principal suspeito Sassá Mutema que é preso. Ajudado por uma professora consegue comprovar sua inocência e vai ganhando popularidade tornando-se objeto de desejo de outros políticos que querem transformá-lo em prefeito para manipulá-lo. Eleito, Sassá não é manipulado, toma atitudes próprias e passa a sonhar com a presidência da República.

<sup>65</sup> Amácio Mazzaropi (1912 - 1981) foi ator e cineasta brasileiro, crítico a seu tempo e a ideia de modernização. Representava um caipira, principalmente, o caipira do interior de São Paulo, de camisa xadrez e sotaque arrastado atrelado a malícia e inteligência para lidar com as dificuldades. Cf: FRESSATO, Soleni Biscouto. Caipira Sim, Trouxa não – representações da cultura popular no cinema de Mazzaropi. Salvador: EDUFBA, 2011.

Este contraste corporal entre o menino e Lula não condiz com a legenda que acompanha a imagem: “Lula em campanha: de herói da novela das oito e o menor patrimônio financeiro entre os candidatos à cadeira de Sarney.” Primeiramente a idéia de um herói das novelas globais jamais precisaria de ajuda para caminhar e nem usaria uma camisa que denunciasse sua forma física (MARANHÃO, 2007, p. 82).



Revista Veja – 06/09/1989 – Editoria Brasil

A relação direta entre a figura política e o personagem é produzida pela revista numa tentativa de descaracterizar a força que o candidato alcançava durante a campanha eleitoral. Porém foram tantos os artifícios criados pelos poderes hegemônicos nacionais (com uma grande ajuda de setores da mídia nacional) que conseguiram descaracterizar Lula, derrotado nas eleições de 1989. Lula, o PT e o seu plano de governo alcançaram seus objetivos somente no ano de 2002, quando conseguem eleger-se, pela primeira vez à presidência, e iniciam um projeto político que culmina com a eleição de sua sucessora Dilma Rousseff, em 2010.

Compreender a liderança, sua emergência, estabilidade e representação, passa necessariamente pela relação construída com os veículos de comunicação. Nesse sentido, pretendemos, ao longo do texto, dialogar com autores que trabalharam a temática da liderança política para relacionarmos com a questão do poder simbólico, como: Debord (2000) Bourdieu (1997), Lopes (2003), Tótora e Chaia (2016), entre outros.

### **A relação entre o sensível e a ficção**

As imagens estão no mundo para que possamos compreender aspectos que nossa racionalidade não permite. Esta afirmação nos apresenta o universo das imagens e mostra que estão relacionadas, diretamente, com o âmbito da sensibilidade. Mesmo que no dia a dia nos esforçamos para nos desligar desta relação ela se apresenta numa configuração nos escapes do inconsciente. Assim, as imagens nos permitem atrelar ao mundo da percepção e do não dito. Para o teórico Vilém Flusser (2002), o âmbito das imagens está ligado à capacidade de nos relacionarmos ao mundo a partir de uma relação mágica com os acontecimentos, ou seja, a imaginação. Porém, esta relação quase mítica do universo das imagens se dilui com dois grandes acontecimentos: (1) o uso da escrita como principal meio de expressão e (2) a consolidação de uma sociedade com fortes pilastras fincadas nas relações espetacula-

res. Assim, nossa sociedade atual perdeu, ou melhor, dissolveu esta capacidade de relacionar com sua potência de *imaginação* para construir com as imagens uma relação de troca e puramente comercial (MARANHÃO, 2013). As imagens, na sociedade do espetáculo, não permitem que possamos nos ater à complexidade que elas carregam só nos deixam vivenciar a sua superficialidade.

Outra complexidade do âmbito das imagens já havia sido explorada por Walter Benjamin antes mesmo da nossa sociedade se fincar no espetáculo. O autor em seu texto célebre *A obra de Arte na era da Reprodutibilidade Técnica* (1994) nos mostrou que, à medida que as imagens perdem sua relação com a tradição, perdem também sua relação *una* primordial, permitindo que tais imagens, tecnicamente reproduzíveis (fotografia e cinema), proliferem discursos sem que ocorra uma crítica ou que percebamos tais imagens, corroborando para a ideia desta diluição da potência de imaginação e relação com o sensível do universo das imagens.

Porém, tal característica de esvaziamento da potência da imagem descrita por tantos autores não é capaz de destruir a relação primordial conferida à relação “imagem - homem - mundo” apresentada inicialmente, existem momentos que as imagens deixam de carregar os discursos e nos mostram sua potência do sensível. Mesmo tratando neste artigo sobre telenovelas e sabendo que este formato é um dos principais responsáveis pela difusão e continuidade da sociedade do espetáculo ocorreu algo diferente com estas que fazem parte de nosso estudo. Não estamos dizendo que tais folhetins conseguiram romper a teia tão bem construída de alienação, mas conseguiram, no momento em que foram ao ar, transmitir ou mesmo associar aspectos do cotidiano do país (temas) através do uso das imagens e de certa forma chamar atenção para algo que nem sabíamos o que de fato era. Tais produções tocaram no âmbito do sensível e fizeram nos depararmos com algo que seria possível ver e sentir. Dito isso, analisaremos o contexto e alguns aspectos das duas telenovelas.

### Liderança Política e Poder Simbólico

Para pensarmos sobre a Liderança Política partiremos do texto *Liderança Política: Virtú e Parresía*, de Chaia e Tótora (2016), atrelada à ideia de poder simbólico de Bourdieu (1989).

De acordo com Chaia e Tótora (2016), para compreender a emergência da liderança política deve se voltar para dois importantes momentos históricos. São eles: a Antiguidade Clássica e o Renascimento. Foram nesses contextos que o olhar para o político ganhou novas formas atrelado a um Estado que não estava estruturado como soberano. E é exatamente o que eles farão ao se debruçar em dois termos chaves: “*virtú*” de Maquiavel e “*parresía*” de Foucault. A escolha desses dois conceitos deve-se a compreensão da política como jogo de relações de forças e, conseqüentemente, a relação do *Ethos* Político com a “potência do agir” em meio ao conflito, ou seja, são conceitos caracterizados pela racionalização da política, e por isso, não estão relacionados a uma moral universal.

A partir do conceito de *virtú* e *parresía*, Chaia e Tótora apresentam definições vinculadas a temporalidade para a Liderança Política. Dividindo entre Grécia Antiga, Idade Moderna e atualidade, iremos nos apropriar da concepção nesse terceiro momento em que a liderança política é atribuída àqueles que catalisam mudanças sociais e lutam em prol dos interesses daqueles que comandam no embate aos discursos de oposição.

O poder simbólico para Bourdieu “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Na leitura de Setton (2002), o poder simbólico seria como um poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos a ele ou mesmo que o exercem.

Em sua obra *Sobre a televisão*, Pierre Bourdieu constrói uma análise sobre os fatores que cercam a televisão, abordando aspectos da difusão da informação e como estes se relacionam política e economicamente com o meio. Daremos destaque para o último capítulo, intitulado Uma forma de banalização, onde o autor afirma que a televisão, em seus telejornais, veiculou notícias banalizadas para não levar problemas para o espectador que estiver assistindo-os. Este aspecto dos telejornais produz um espectador acrítico e acostumado com o que vê (BOURDIEU, 1997). Podemos transportar tais colocações a respeito dos telejornais para as narrativas construídas pela televisão como um todo e dialogar com Sartori (2000), em sua obra *Homovideos: televisão e pós pensamento*, ao problematizar sobre a absorção das produções midiáticas e o não questionamento de sua veracidade por parte do espectador. Assim, pensaremos como os artifícios do entretenimento estão proporcionando uma maior alienação ao espectador associando as imagens ao espetáculo (DEBORD, 2003).

Neste artigo, a telenovela torna-se importante para a construção dos acontecimentos nacionais. A autora Maria Immacolata Vassallo de Lopes comenta em seu texto intitulado *Telenovela Brasileira: uma narrativa sobre a nação* (2003), como elas aparecem como um produto cultural de reconhecimento nacional, tornando-se responsáveis por uma penetração cultural e de certa forma propagadora da mesma. Através do folhetim cria-se uma uniformidade nacional alimentando um repertório comum, independentemente de classe social, sexo e gênero e assim a TV cria uma “comunidade nacional imaginada” que é captada e constantemente atualizada (LOPES, 2003).

(...) não há dúvida de que a novela constitui um exemplo de narrativa que ultrapassou a dimensão do lazer, que impregna a rotina cotidiana da nação, construiu mecanismos de interatividade e uma dialética entre tempo vivido e o tempo narrado e que se configura como uma experiência ao mesmo tempo cultural, estética e social. (LOPES, 2003; p. 30)

Mauro Porto, um dos precursores na área da Ciência Política, também estudou que as “telenovelas brasileiras têm desempenhado um papel ativo e importante na discussão de temas e eventos políticos em diferentes períodos da história nacional. Os investigadores interessados no tema já têm à sua disposição um conjunto significativo de pesquisas que demonstram a presença de discussões políticas na ficção televisiva brasileira” (PORTO, 2002). Para tanto, Porto estuda a recepção da telenovela *Terra Nostra* (Rede Globo, 1999-2000) e realiza grupos focais para acompanhar a compreensão dos telespectadores sobre as temáticas levantadas na telenovela.

Apesar de assistirmos hoje, devido às Tecnologias de Informação e Comunicação, uma reconfiguração da experiência social que assistir a uma novela representava nas décadas passadas, percebemos na convergência midiática que o universo do folhetim mantém-se extremamente importante para compreendermos a conjuntura política que se desdobrava no ano de 2016.

De acordo com Junqueira e Baccega (2017), a contemporaneidade estabelece novos modos de convivência entre audiência e produtos culturais no qual a telenovela passa a se moldar a telespectadores desatentos e multifocais, ao mesmo tempo que se impõem desafios às narrativas, em sua experimentação das possibilidades sociais da visão e da transformação social da realidade vivida.

### Conjuntura e Impeachment

Para Venício Lima há um Cenário de Representação da Política (CR-P), em que a construção do ambiente político possui como agente de formação a mídia, que através da temática (a pauta, a agenda), estabelecem quais serão os limites e os termos deste novo local. A construção deste cenário e o

estabelecimento das regras são passados através de um conjunto de aspectos midiáticos (novelas com seus mocinhos e bandidos, filmes, telejornais, programas humorísticos etc.), que constroem uma atmosfera propícia para certos acontecimentos que podem ou não tomar proporções diferenciadas, dependendo das relações que já estiverem pré-moldadas. A adequação de algum personagem ao cenário só é favorecida se o mesmo perceber quais as regras que estão estabelecendo. É importante ressaltar que o CR-P está em constante alteração, variando conforme as novas regras estabelecidas e cabendo aos personagens identificar estas mudanças e usufruir delas (ou não) (LIMA, 2004).

Podemos situar o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em um contexto de narrativas simbólicas, de disputas políticas importantes no campo da ficção, com personagens de heroínas que mesmo que por vezes derrotadas lutaram bravamente pelos seus ideais.

Antes de falarmos do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, aprovado na Câmara dos Deputados (em 16 de abril de 2016) e no Senado Federal (em 31 de agosto de 2016), é preciso compreender as relações em disputa ainda no primeiro mandato de Dilma, em meados do ano de 2013 e início de 2014, quando já havia uma instabilidade nas relações com os parlamentares, baixa aprovação e uma série de manifestações (jornadas de junho).

De acordo com Chaia (2016)<sup>66</sup>, estas manifestações mobilizaram milhões de pessoas em todas as capitais e em algumas cidades do país. Também devemos considerar as manifestações que começaram em 2013 e se acentuaram em 2014, com o posicionamento de vários segmentos contrários à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, que aconteceu em junho de 2014. Não podemos desconsiderar que tais movimentos reivindicatórios se incorporaram a setores conservadores e forças que se opunham a essas manifestações e que ressurgiram na conjuntura do processo eleitoral de 2014 (CHAIA, 2016, p. 49).

A campanha eleitoral de 2014 foi marcada pela acirrada disputa política e polarização entre o PT e o PSDB, atrelado ao intenso uso das redes sociais pelos partidos, eleitores e apoiadores, disseminando um discurso de ódio e medo. Pontuamos, também, a atuação da imprensa para construir e desconstruir narrativas, com ou sem evidências, direcionando o olhar do leitor em prol de seus posicionamentos e interesses, pautando, inclusive, o HGPE<sup>67</sup>.

A eleição de 2014 foi realizada em dois turnos com a reeleição de Dilma Rousseff (PT) com 51,64% dos votos válidos, enquanto Aécio Neves obteve 48,36%. A pequena diferença entre os números de votos já indicava certa dificuldade no âmbito da governabilidade que foi crescente na relação com o Congresso Nacional frente a ascensão dos grupos conservadores.

No ano de 2015, com forte apelo midiático e apoio de grupos conservadores<sup>68</sup>, ocorreram manifestações contrárias a Dilma Rousseff e ao PT nas redes sociais (Facebook, Twitter e Whatsapp), nas varandas dos apartamentos da classe média (panelaço) e nas principais ruas das capitais e algumas cidades brasileiras. Influenciadas pelas investigações da Polícia Federal no caso da Operação Lava Jato<sup>69</sup> e sob

<sup>66</sup> Em Debate, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.47-54, abr. 2016.

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Como “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados Online”, dentre outros.

<sup>69</sup> Operação da Polícia Federal, iniciada em 17 de março de 2014, é considerada pela mesma instituição como a maior investigação de corrupção do país, visa investigar corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro através de propinas, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. A operação já teve mais de 52 fases e não se encerrou até a conclusão deste artigo e o nome foi dado devido ao uso de um posto de combustíveis utilizado para movimentar valores de origem ilícita.

a moral da ética e fim da corrupção no Brasil, foram de suma importância para que o desdobramento favorável ao impeachment ganhasse força. As primeiras consequências que podemos apontar para o governo Dilma corresponderam ao desmembramento de sua base aliada, incluindo o PSB e o MDB<sup>70</sup>, seguindo de um lado a uma série de derrotas no Congresso frente a agenda do governo “orquestrado” por Eduardo Cunha (MDB) e de outro, ao fortalecimento do vice-presidente da República, Michel Temer (MDB), como aquele capaz de “resolver” os problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil.

Eduardo Cunha (MDB), desde que assumiu a Presidência da Câmara, atuou como o principal opositor da agenda política do governo e peça fundamental para o início da abertura e desenrolar do impeachment, pois, de acordo com o processo político/jurídico brasileiro é alçada do Presidente da Câmara dos Deputados aceitar ou não um pedido de impeachment.

Durante o ano de 2015 foram levados à Câmara trinta e dois pedidos de impeachment, o que culminou na aceitação do 32º correspondeu menos ao seu conteúdo e mais às disputas e jogos de poder entre, de um lado, dois projetos políticos distintos e de outro, as investigações na Lava Jato. Eduardo Cunha aprovou o pedido de impeachment em 2 de dezembro de 2015, no mesmo dia em que o líder do PT, Sibá Machado, anunciou que seu voto seria favorável à cassação de Cunha no Conselho de Ética<sup>71</sup> na Câmara. Não há coincidências na política e sim um grande jogo de relações de forças.

Não foi apenas na aceitação do pedido que Cunha teve papel predominante. Todo o processo de articulação por ele engendrado foi pensado estrategicamente: desde o “desengavetamento”, passando pela comissão para preparar o processo, indicando a relatoria do parecer, o fato dele ter pautado o Congresso e levar a votação para o domingo, dia em que poderia ter forte manifestação popular contrária a Dilma já que vinha sendo, usualmente, utilizado pelos grupos pró-impeachment, e, por fim, definindo a ordem de votação dos parlamentares.

A votação do pedido de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff ocorreu em 17 de abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados, durante horas, transmitida ao vivo pela emissora Rede Globo de televisão, com um resultado já esperado, apesar da surpresa com relação a discrepante diferença de números que definiram a continuidade do processo, e marcada por falas e atuações de deputados federais favoráveis e contrários à votação. O resultado foi de 367 votos favoráveis ao impeachment e 146 contrários.

Levado ao Senado, durante os dias 11 e 12 de maio de 2016, foi aprovado, sob a presidência de Renan Calheiros, após a relatoria de Antônio Anastasia (PSDB) e defesa do Procurador-Geral da República José Eduardo Cardozo, indicado pela presidente Dilma Rousseff, seguido dos discursos acalorados dos senadores, a continuidade do processo de impeachment de Dilma, por 55 votos a favor e 22 contra.

Anibal Pérez Liñan, no livro *Presidential Impeachment and the New Political Instability*, estudou os processos de impeachment ocorridos na América Latina, nos últimos 25 anos, a partir do estudo dos seguintes casos: Fernando Collor de Mello, Brasil; Carlos Andrés Pérez, Venezuela; Raúl Cubas Grau e Fernando Lugo, Paraguai; Abdalá Bucaram, Equador; e concluiu que foram utilizados com a perspectiva de preservar as estabilidades democráticas em Repúblicas Presidencialistas indicando que os conflitos existentes entre o Congresso e o Executivo foram passíveis de resolução inseridas nos meios

<sup>70</sup> Em 2018 o Partido Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – mudou a sigla partidária e voltou a se chamar MDB.

<sup>71</sup> Órgão da Câmara dos Deputados do Brasil encarregado de julgar e aplicar penalidades aos deputados, nos casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar.

institucionais, distanciando-se das rupturas autoritárias que marcaram os anos entre 1950 e 1970.

Para o autor, o processo de impeachment não pode ser explicado apenas por um único elemento, mas, geralmente, por quatro fatores: (A) escândalo envolvendo o presidente; (B) mobilização popular; (C) perda de apoio do Legislativo e; (D) não participação dos militares no processo.

A partir do trabalho de Liñan, nos arriscamos a afirmar que há, ainda, dois outros fatores que podem ser pontuados para complementar os estudos sobre os processos de impeachment: (1) o elemento econômico e (2) a narrativa simbólica construída nos meios de comunicação. Com relação ao primeiro ponto, no caso do Brasil, Collor e Dilma vivenciaram grandes momentos de recessão econômica e no caso das narrativas simbólicas (imagens, telenovelas, mídias etc).

### **Velho Chico e Liberdade, Liberdade**

No ano de 2016, a Rede Globo de televisão, principal difusora de entretenimento do segmento de telenovelas do Brasil, estava com duas produções no ar: (1) a primeira e com maior duração foi a novela *O Velho Chico* (de março a setembro daquele ano). Em seu enredo o rio São Francisco, que possuía tamanha importância durante o projeto de governo de Lula e Dilma, foi palco para uma disputa agrícola e amorosa entre um líder comunitário ligado à produção familiar e orgânica, contra um coronel ligado ao agronegócio e pai da mocinha da trama. (2) Já a segunda produção, intitulada *Liberdade, Liberdade* (abril a agosto), trazia uma história ficcional da filha sobrevivente de Tiradentes que foi salva pelos incondentes mineiros e retornava a sua cidade para reconhecer suas origens. Com um discurso extremamente feminista, a protagonista, denominada Joaquina, lutaria pelo fim dos desmandos da Coroa Portuguesa, pela liberdade de gênero, raça e crédito.

A telenovela *Velho Chico*, além da temática, possui outras particularidades que a fizeram entrar para a história da televisão brasileira. Esta foi a primeira telenovela depois da emissão do sinal digital que apostou numa fotografia diferenciada com base na luz e enquadramentos de cinema. Isso a torna importante, pois seu visual propunha um olhar atento para a imagem e para a luz. Com a temática voltada para o Rio São Francisco e a relação dos agricultores, o homem da terra, a luminosidade da novela buscou construir uma dicotomia entre a pureza presente na água, na reza, na fé com o trabalho do homem em busca de sua riqueza. Seja fruto do seu esforço, seja parte de projetos onde o mesmo torna-se um corrupto dos princípios e da própria alma.



Reprodução/Rede Globo

A novela, que é digna de um romance de folhetim, apresenta personagens bem definidos, entre a dicotomia “bem” e o “mal”, com a mocinha e o mocinho (Maria Tereza e Santo) precisando lutar contra o mal em busca da plenitude do amor digno das obras literárias de William Shakespeare. Entretanto, como uma tragédia shakesperiana, o fio condutor da história não compreende apenas no romance entre dois personagens, mas sim na disputa da política. Há um jogo de relações de força onde a vida é objeto da política. O fio condutor relaciona-se com a disputa da e pela vida, no uso da água do rio “Velho Chico” ou mesmo no uso de uma agricultura que proporcione a vida à terra e não uma agricultura de uma cultura que desgasta e cansa o solo.

Esta novela abordou com uma beleza plástica temas que de certa forma estavam na agenda nacional. Assim, na vida real, enquanto Santo e Maria Tereza disputavam a relação terra/amor e rio/vida, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha<sup>72</sup>, do MDB, evangélico, desafeto da presidenta Dilma, fazia parte da bancada crítica do MDB, o partido com maior representação de sua base aliada. Naquela ocasião seu nome foi encaminhado pelo Procurador da República entre 2013-2017, Rodrigo Janot, para ser processado. Se a relação entre este político e a presidenta Dilma já era complicada, após esta indicação piorou. Os políticos se rebelaram e atuaram para impedir que qualquer projeto de lei e/ou medida provisória encaminhada pelo executivo fosse aprovado.

A bancada conservadora do novo Congresso Nacional refletiu a mudança no eleitorado, pois demonstra a fragilidade dos setores progressistas, já que houve um refluxo nos movimentos sociais, ou seja, pouca representação política por parte desses grupos.

Enquanto isso, na ficção o universo do sertão e do rio se apresentavam da seguinte forma: a primeira cena da novela aparece com um único plano em sequência, mostrando um de seus personagens principais, o rio São Francisco. Este apresenta a vila (Grotas de São Francisco) às pessoas e alguns tipos (que posteriormente serão personagens) da trama. Esta telenovela teve três fases que foram referentes há três períodos históricos muito importantes para a história nacional, seja na política ou na vida cultural do país. A primeira fase acontece na década de 70 com o país vivendo um quadro político delicado da ditadura militar tendo em contrapartida a efervescência cultural da Tropicália. Já a segunda fase acontece nos anos 80, num Brasil que acreditava na abertura política num país mais justo, e a terceira parte ambienta-se no momento atual, no qual a agenda do agronegócio e da agricultura familiar é um dos pontos discutidos e que ganhou grande visibilidade pela mesma rede de difusão desta telenovela. De acordo com Maria Rita Kehl<sup>73</sup>, Santo, o herói da novela para o país que precisa de heróis, é um personagem construído com heranças do cinema novo. O líder camponês contemporâneo lidera não uma guerrilha messiânica (como Corisco de “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha), mas uma cooperativa de pequenos agricultores que luta para fazer frente ao poder dos coronéis. *Velho Chico* reinaugura um desejo de utopia.

Nos intervalos comerciais da telenovela, uma das propagandas tinha como *slogan* “agro é tudo”, e, com a agenda política pós-impeachment, o agronegócio proclamou os benefícios da devastação do meio ambiente e da concentração de renda em nome da “riqueza do Brasil”. À época não poderíamos imaginar como esta questão dos produtos agrícolas e a utilização de agrotóxicos *versus* produção orgânica e familiar tomaria a proporção que está em curso. Neste momento que escrevemos o artigo o Projeto de Lei 6.299/2002, de autoria do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que flexibiliza e agiliza o registro de agrotóxicos no país e proíbe a venda de hortifrutis orgânicos pelas redes de supermercado, está tramitando no Senado.

Outra relação presente na novela e que agora, passado mais de dois anos do processo sofrido pela presidenta Dilma, podemos analisar, é a relação citada sobre a dicotomia existente na narrativa ficcional entre “bem e mal”. Na narrativa ficcional o personagem Santo, na figura de seu filho, é divinizado, pois a morte prematura do ator Domingos Montagner força uma relação de ancestralidade e continuidade do projeto e visão política de Santo para as cenas de seu filho com Maria Teresa, personagem

<sup>72</sup> Eduardo Cunha está preso desde 19 de outubro de 2016, por participar de um esquema de corrupção da Petrobras.

<sup>73</sup> KEHL, Maria Rita. *Velho Chico* reinaugura um desejo de utopia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/maria-rita-kehl-velho-chico-reinaugura-um-desejo-de-utopia-20210647#ixzz5Kho9cFW7>>. Acesso em: 09/ jul/ 2018.

de Julia Dalavia e Camila Pitanga. Este passa a aparecer com o recurso de perspectiva da câmera do observador, onde os espectadores passam a ver como se fossem o personagem. Na narrativa o projeto da agricultura familiar consegue vencer o projeto coronelista que era personificado com a figura do Coronel Saruê, personagem de Antonio Fagundes, este que se redime pelo amor de sua companheira. Aqui aparecendo o amor como redenção. Porém, na narrativa real do impeachment a concretização do afastamento da presidenta não trouxe esta esperança proposta pela ficção mas um desmonte de um projeto de 12 anos que incluía a questão agrária, da alimentação orgânica e da retirada do Brasil do mapa da fome mundial.

Já em *Liberdade, Liberdade*<sup>75</sup>, a telenovela de Mario Teixeira inspirada no livro *Joaquina, Filha de Tiradentes* de Maria de José de Queiroz, foi veiculada na Globo entre os dias 11 de abril ao dia 4 de agosto de 2016, com 67 capítulos, no horário das 23 horas. Tais características citadas sobre a telenovela *Velho Chico*, quando a luz tornava-se protagonista da história, não foram exploradas em *Liberdade, Liberdade*. Nela, o mote se encarrega, principalmente, no texto e discurso de cada personagem.



Reprodução/Rede Globo

Em uma mistura de personagens fictícios e personagens reais da história política brasileira, a novela conta a história de Joaquina, filha ilegítima de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, com Antônia Maria do Espírito Santo. Apesar de sua real existência, as informações históricas sobre sua trajetória de vida são vagas. De acordo com Márcio Jardim, (1989) isso se deveu pelo fato das mulheres, na época, ao se casarem, adotar o nome do marido, apagando qualquer registro de sua família de origem. Assim a história de sua personagem na novela é fictícia.

Na transição do século XVIII ao XIX, *Liberdade, Liberdade* parte do momento em que, de um lado jazidas de ouro se esgotando, de outro, a corte portuguesa exigindo os impostos atrasados. Em resposta a isso, um grupo de homens da elite de Minas Gerais, inspirados no exemplo norte-americano e no Iluminismo<sup>76</sup>, começou a se reunir em Vila Rica para planejar uma rebelião e a proclamação de uma República independente, com capital em São João Del Rei (MG). A Conjuração Mineira<sup>77</sup> e os conjurados foram denunciados e perseguidos, dez deles foram condenados ao exílio e apenas Tiradentes à forca.

<sup>74</sup> O texto integral sobre o PL que muda registro de agrotóxicos está em disponível em: <[www.valor.com.br/u/5618501](http://www.valor.com.br/u/5618501)>. Acesso em 09 jul 2018.

<sup>75</sup> Vale destacar os índices de audiência atingidos por ela, registrou, segundo dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) aferidos em São Paulo (CARVALHO, 2016), 27,2 pontos em seu capítulo de estreia. E, no último episódio alcançou 22,3 pontos de média. O recorde de audiência também ocorreu nas redes sociais com alto índice de menções, e a hashtag #LiberdadeLiberdade presente nos trending topics Segundo matéria publicada pelo site TV Foco (PECCOLI, 2016).

<sup>76</sup> Movimento intelectual de pensadores do século XVIII, na Europa, que criticava o absolutismo e valorizavam as liberdades.

<sup>77</sup> Movimento brasileiro que ocorreu em Minas Gerais, 1789, inspirados nas ideias iluministas, propunha, em linhas gerais, libertar o Brasil do domínio português.

A pequena Joaquina ao assistir ao enforcamento de seu pai e perder a mãe, foi enviada para Portugal e, após dezesseis anos volta ao Brasil. O encontro com a realidade escravocrata brasileira gera indignação na jovem, que questiona todos os maus tratos aos escravizados exercidos por parte da personagem de Maitê Proença, chamada Dionísia, que é tia de Joaquina.

Na trama, a personagem com fortes traços feministas para a época, trazendo para atualidade esta temática de abolição e início do Iluminismo no Brasil, constrói uma personagem que de certa forma trazia traços da luta que ocorria no Congresso Nacional.

De acordo com Scabin (2018), a telenovela aborda, por uma lente melodramática, um enredo histórico atrelado à formação de uma identidade nacional, ao menos desde o início do período republicano, ao mesmo tempo em que propõe uma atualização ao aproximar discursos circulantes no cotidiano e do diálogo com temas em evidência no debate político contemporâneo, como por exemplo, a imagem de Dilma lutando contra um congresso machista, retrógrado e com ideias próximas ao conservadorismo que Joaquina presenciou na cidade de Vila Rica, ao se encontrar com a sociedade mineira do século XVIII.

Outra temática que é apresentada pela trama e trabalhada pela personagem central foi o caso de seu irmão homossexual colocado como um menino “afeminado” já nos primeiros capítulos. Era o personagem André (Caio Blat) com o oficial truculento e algoz de Tiradentes, Tolentino (Ricardo Pereira) que para a época tal prática era denominada de sodomia e vista como pecado perante a lei de Deus e para a lei da Coroa Portuguesa onde a sentença era a forca pelo crime de lesa-majestade. É importante frisar que esta foi a primeira novela onde o ato sexual entre dois homens foi visto pela população. Até então somente havia ocorrido o beijo gay na trama da novela *Amor à vida* (maio de 2013 a janeiro 2014) entre dois personagens da ocasião e não podemos deixar de associar aos projetos de lei que a “bancada evangélica” propunha em questão sobre a “cura gay”<sup>78</sup>.

A trama se encerra com a condenação de Joaquina para ter o mesmo destino de seu pai, a morte. Entretanto, com a ajuda do seu par romântico digno de um folhetim, Xavier, e outros rebeldes, fogem para Portugal.

## Considerações Finais

O universo das imagens explica de forma inconsciente questões que aparecem para nós e às vezes estão transfigurados por aspectos concretos. Nas novelas aqui citadas ocorreram suas particularidades. Não existe, aparentemente, nexos possíveis entre elas, porém nosso campo de disputa política da conjuntura do processo de impeachment atrelado a um pensamento conservador latente tornou-se o principal fio condutor das narrativas. Esta hipótese é apresentada pelas questões dos personagens, como o homossexualismo/cura gay, o agronegócio/agricultura sintrópica<sup>79</sup> (familiar), feminismo entre outros.

No texto citamos trabalhos de autores da comunicação política, tais como: Porto (2002), Lima (2004) e Chaia (2016), que a partir de suas reflexões direcionaram o nosso olhar atento sobre as tramas e tais associações, onde não é que aqui a vida imitou a arte, mas a arte se apropriou, talvez de forma imperceptível dos processos em curso no momento, como a destruição de um projeto político em curso.

Tal afirmativa pode ser feita, pois percebemos que tanto na primeira novela quanto na segunda existiram aspectos que nos permitem chegar a esta conclusão.

<sup>78</sup> Proposta de terapia para reorientação sexual.

<sup>79</sup> Agricultura sintrópica é o termo utilizado para o cultivo agroflorestal que se baseia no conceito de integração, organização e equilíbrio durante o cultivo para que ocorra uma e preservação de energia no ambiente.

Em *Liberdade, Liberdade*, a disputa política está na conquista da cidadania, expressa nos direitos políticos civis e sociais, que é de certa forma trabalhada com uma relação tensa entre mandantes e mandatários, onde o ser social aparece como o negro foragido e a luta por seus direitos. Mesmo sendo uma telenovela de época e assim com seus encantos de uma mocinha guerreira, a novela com as temáticas sociais refletiu muito as disputas políticas contemporâneas, visto que assistimos ainda hoje um genocídio negro institucionalizado por políticas de Estado.

Já em *O Velho Chico*, a disputa política não se dá necessariamente pela grande política, ela ocorre no âmbito do corpo, onde o amor se faz uma arma de disputa aos grandes oligárquicos. A figura mística da água transforma-se na vida, do amor ao sertão, o corpo se apresenta como a cidadania e refletidos na terra, no amor e na fé. Contradizendo um congresso atual cada vez mais entrelaçado com as questões de inversão da separação entre o Estado de direito e a religião.

Por fim, o processo de impeachment sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff retoma a importância da relação das representações das lideranças políticas, por meio das telenovelas e o universo das imagens, com os atores políticos e ideologias das conjunturas na qual estão inseridos e se fazem importante, pois elas aparecem como parte integrante das atribuições simbólicas do período e permite ampliar o debate em torno das imagens e as ciências sociais.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, P. "Liberdade, Liberdade" explode na audiência em seu primeiro capítulo. **Bastidores da TV**, 12 abr. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2J3UuLn>>. Acesso em 09 jul. 2018.

CHAIA, Vera. O impeachment da presidente Dilma Rousseff???. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.47-54, abr. 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre uma sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FRESSATO, Soleni Biscouto. Caipira Sim, Trouxa não – representações da cultura popular no cinema de Mazaropi. Salvador: EDUFBA, 2011.

KEHL, Maria Rita. Velho Chico reinaugura um desejo de utopia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/maria-rita-kehl-velho-chico-reinaugura-um-desejo-de-utopia-20210647#ixzz5Kho9cFW7>>. Acesso em: 09/ jul/ 2018.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio e BACCEGA, Maria Aparecida. Velho Chico: narrar para audiências desatentas – dilemas e desafios. In: Comunicação & Educação, Vol. 22, Nº. 1, 2017 (Ejemplar dedicado a: Mobilização, interfaces e diálogos educacionais), págs. 75-83.

LIBERDADE, Liberdade. Criação: Mario Teixeira. Direção: Vinícius Coimbra. Brasil: Rede Globo de Televisão, 2016. (67 episódios)

LIMA, Venício A. de. **Comunicações no Brasil e velhos atores: Mídia, teoria e política**. 2ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LINAN, Perez Anibal. **Presidential Impeachment and the New Political Instability**. University of Pittsburg, 2010.

- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. In: **Comunicação e Educação**, n. 26. 2003.
- MARANHÃO, Cristina. **O Poder da imagem fotográfica. Uma análise das imagens publicadas nas revistas veja e istoé de Luiz Inácio Lula da Silva durante as campanhas presidenciais de 1989 e 2002**. Dissertação. PUC-SP, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Imagens da Guerra: Brasil, Palestina e Portugal**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2013.
- PECCOLI, V. Final de "Liberdade, Liberdade" supera audiência de duas antecessoras; (04/08/2016). **TV Foco**, iG Gente, 5 ago. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2sb6WYv>>. Acesso em: 09 jul. 2018.
- PORTO, Mauro. Telenovelas e controvérsias políticas: interpretações da audiência sobre Terra Nostra. In: XI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Rio de Janeiro/RJ, 4 a 7 jun. 2002.
- SARTORI, Giovanni. **Homovidens: Televisão e pós pensamento**. Lisboa. Ed. Terramar. 2000.
- SCABIN, Nara Lya Cabral. Mediação e diálogo na telenovela Liberdade, Liberdade. **Significação**, São Paulo, v. 45, n. 50, p. 259-277, jul-dez. 2018.
- SETTON, Maria da Graça Jacinto. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, USP, n. 20. p. 60-70, maio-jul, 2002.
- TÓTORA, Silvana. CHAIA, Miguel. Liderança Política: Parresía e Virtú. **Contemporânea: Revista de Sociologia, Arte e Cultura da UFSCAR**, v. 6, n. 2, 2016.
- VELHO Chico. **Criação: Benedito Ruy Barbosa e Edmara Barbosa**. Brasil: Rede Globo de Televisão, 2016. (173 episódios)

# Mensuração da e-participação em políticas públicas: o índice de participação política e influência (IPPI) da sociedade civil<sup>80</sup>

Cláudio Luis Camargo Penteado<sup>81</sup>, Marcelo Burgos Pimentel dos Santos<sup>82</sup>  
e Rafael de Paula Aguiar Araújo<sup>83</sup>

O paradigma da sociedade em rede, tal como a definiu Manuel Castells (1999), tem se consolidado graças à popularização da internet e à aceleração do desenvolvimento tecnológico. Essa realidade vem produzindo novas dinâmicas nas relações sociais e novos processos políticos. A população mundial, conectada ao ciberespaço, passou a desenvolver algumas de suas atividades cotidianas com a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A velocidade e a facilidade de acesso à informação e a essas ferramentas permitiram aos interagentes o estabelecimento de novos hábitos no trabalho, no entretenimento, na sociabilidade e, também, nas atividades políticas.

O relatório da Pesquisa Brasileira de Mídia 2014<sup>84</sup>, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), aponta que a internet já é o segundo meio de comunicação preferido pelos brasileiros, com 13.1%, atingindo 25% da preferência entre jovens de 16 a 25 anos, ficando atrás somente da televisão. Esse dado indica que está, de fato, ocorrendo uma mudança fundamental no consumo de mídia, principalmente por existir uma tendência de aumento do acesso à internet como fonte de informação em substituição ao rádio, jornais, revistas e à própria televisão. A pesquisa aponta que a maioria dos usuários (53%) tem o hábito de acessar a internet todos os dias da semana, com média de uso superior a três horas e trinta minutos por semana. Os resultados confirmam que as TIC não substituem necessariamente a mídia tradicional. Ocorre uma convergência midiática, pela qual muitos dos conteúdos produzidos em outras mídias são retransmitidos pelo ciberespaço; além disso, a internet, por sua velocidade de circulação da informação, passa a pautar a agenda dos outros meios de comunicação.

Os dados em si confirmam o crescimento da importância da internet como espaço de comunicação, não só no Brasil, mas em todo o mundo, formando uma nova esfera pública interconectada (DAHLGREN, 2005) através da qual as pessoas, conectadas em rede, passam a participar ativamente do processo de produção, circulação e transmissão de informações.

A partir de 2010, em diversas localidades do globo, ocorreram manifestações sociais e políticas que foram organizadas e articuladas por meio dos canais de comunicação da internet, principalmente as redes sociais, que criaram condições para a rápida e livre divulgação de informações, possibilitando a

---

<sup>80</sup> Uma primeira versão deste artigo recebeu o prêmio Eder Sader 2016: Movimentos populares, democracia e participação social no Brasil, da CLACSO.

<sup>81</sup> Professor associado da Universidade Federal do ABC, atuando no programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

<sup>82</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<sup>83</sup> Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, de Sociologia Contemporânea e de Ciberativismo e Cibercultura na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e do Departamento de Política da PUC-SP.

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileirade-midia-2014.pdf>>. Acesso em 27/08/2014.

mobilização dos manifestantes (CASTELLS, 2013b). As TICs exerceram um papel central em protestos no Egito contra o ditador Mubarak (WILSON & DUNN, 2011), no movimento dos Indignados de Madri – 15M (Barba & Blanco, 2011; Subirats, 2011), nas ocupações realizadas nos EUA, o Occupy Wall Street (Penney & Dadas, 2014) e nas Jornadas de Junho no Brasil de 2013 (Parra, 2013), para citar apenas alguns exemplos.

Por seu caráter interativo e colaborativo, a internet possibilita a seus usuários uma maior participação na vida pública da sociedade. A participação política por meio das TICs, a chamada e-participação, permite ampliar e aprofundar a participação cidadã no processo político, permitindo aos cidadãos conectarem-se uns com os outros e com seus representantes políticos (TAMBOURIUS et al., 2007) para atuarem no processo de tomada de decisão (MACINTOSH, 2004) e ter um papel mais ativo na vida política de sua comunidade.

Apesar da maioria dos estudos sobre e-participação serem voltados para a análise de experiências desenvolvidas e gerenciadas pelo Estado, a internet por sua organização em rede permite que a sociedade civil, em sua heterogeneidade (MAIA, 2011), possa criar mecanismos de divulgação de informação política, mobilização, debate e engajamento online, ampliando o espectro de participação política para além das formas tradicionais de ativismo.

Os estudos sobre a e-participação podem ser associados a um contexto de reforma do Estado, pelo qual ocorre um novo arranjo político voltado para a maior participação da sociedade civil (BRESER-PEREIRA, 1999). No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF 88) também contribuiu para isso ao estimular mecanismos de participação dos cidadãos nas esferas públicas através de proposições, participação em conselhos e reuniões. Essas novas formas de participação cidadã são estimuladas e facilitadas pelas TICs diminuindo o custo de participação dentro de iniciativas promovidas pelos governos, permitindo que a sociedade civil possa ter um papel mais ativo (ARAUJO et al., 2013). Ainda assim, a participação política encontra alguns entraves como os desenhos institucionais, a falta de informação, a apatia política e a desconexão entre representantes e representados (MAIA, 2011).

Algumas formas de mobilização da sociedade civil acompanham as transformações da conjuntura política e as mudanças tecnológicas. Essas organizações deixaram de ser somente formas de pressão e protesto contra o Estado e passaram a atuar também em parceria com os governos, tornando-se mais ativas e propositivas. Essas mudanças são exemplos da nova permeabilidade ou capilaridade do Estado em relação à sociedade civil desenvolvida a partir de novos desenhos institucionais da administração pública, além do estímulo constitucional e das tecnologias desenvolvidas, como já citado. Atuando dentro do paradigma de rede e em parceria com outros atores sociais, essas organizações da sociedade passam a agir dentro dos marcos institucionais (GOHN, 2013), apropriando-se das TICs para promover suas diversas atividades e ativismo. A rede mundial de computadores torna-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento das estratégias de ação, assim como um espaço vital para a realização de demandas, criando condições para uma participação mais ativa dos cidadãos.

Dentro de um contexto de questionamento do papel (e função) do Estado (influenciado por políticas neoliberais e adoção de práticas participativas) e a intensificação do uso das TICs, condições que favorecem a maior atuação política de determinados grupos sociais, esse artigo apresenta uma ferramenta de mensuração da eficiência e eficácia de ações promovidas pela sociedade civil para influenciar o processo de Políticas Públicas pelo uso de ferramentas digitais na promoção da participação política online (e-participação), o Índice de e-participação Política e Influência (IPPI). O IPPI procura identificar o grau de influência das organizações da sociedade civil, que utilizam a internet

em suas ações, dentro do ciclo de políticas públicas. O IPPI, criado dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a partir das teorias e estudos sobre e-participação, ciberativismo, comunicação política e políticas públicas, tem como objetivo identificar os diferentes níveis e possibilidades de influência das ações que envolvem, de alguma forma a internet no ciclo de políticas públicas (ARAÚJO et al, 2013, Santos et al, 2013).

O IPPI visa contribuir de maneira empírica na avaliação dos efeitos que o uso das TICs pelas organizações sociais têm sobre o ciclo das políticas públicas, construindo uma ferramenta confiável de pesquisa que permite analisar essa nova forma de ativismo sociopolítico, que atua dentro do paradigma de rede, com ações que articulam práticas do no mundo online e offline, assim como ajudar a constituir um novo campo de pesquisa: Internet e Políticas Públicas.

### **Internet, e-participação, Sociedade Civil e Políticas Públicas: a construção do IPPI**

O desenvolvimento das TICs e a expansão da internet indica a necessidade de uma mudança na concepção de política e democracia, incorporando a cidadania de maneira direta, comunitária e autônoma (SUBIRATS, 2011). Castells (2013b) propõe novas concepções da ação e do fazer político a partir de redes independentes ao poder público institucional que possam produzir novas formas de ação política por meio das organizações da sociedade civil.

As TICs criam condições para a ampliação da participação civil dentro do processo político por meio dos canais de comunicação interativos e colaborativos. O uso dos diferentes dispositivos comunicacionais da web oferece espaços para o engajamento dos cidadãos e maior influência sobre o processo de tomada de decisão (mesmo que a decisão final ainda fique restrita ao governo), contribuindo para a formação de práticas de e-democracia, como o caso da reforma da constituição da Islândia por meio de técnicas de *crowdsourcing* (FREEMAN & QUIRKE, 2013).

A participação cidadã por meio do uso das TICs insere-se em um amplo debate que envolve as possibilidades de transformações no campo político através do uso da e-participação. Esse termo, dentro da literatura da área, possui diferentes definições. Para esse estudo utilizamos a definição de Medaglia (2012), Macintosh (2004) e Tamboribus et al (2007) que a compreendem a partir do uso que diferentes instituições e cidadãos fazem das TICs para apoiar e dar suporte à tomada de decisão democrática, de forma a criar oportunidades para consulta e diálogo entre governantes e governados, a partir das diferentes ferramentas de comunicação digital.

O campo de estudo de práticas e iniciativas de e-participação mostra um grande dinamismo na agenda de pesquisa. Medaglia (2012), ao analisar as diferentes contribuições acadêmicas sobre o tema indica que novos estudos devem mudar o foco de ações governamentais para as práticas desenvolvidas pelos cidadãos e *stakeholders*. A emergência da web 2.0 tornou os usuários mais ativos no uso dos recursos da internet e na produção de conteúdos, criando condições para que os cidadãos e a sociedade civil tenham um papel mais ativo nas atividades de e-participação pelo uso de dispositivos participativos, interativos e colaborativos. Desta forma, a sociedade civil tem maior capacidade de ter coordenação, comunicação, cooperação dentro do processo político, por meio de mecanismos que os habilitam a discutir e fazer parte do processo de tomada de decisão e possam contribuir e influenciar nos assuntos públicos e na agenda de políticas públicas, contribuindo para tornar os processos participativos mais democráticos.

Uma das dimensões chaves para a e-participação é o uso da tecnologia de comunicação (MACINTOSH, 2004). O uso criativo das ferramentas existentes (como sites, blogs, redes sociais de internet

etc) e desenvolvidas para a promoção da e-participação são importantes meios de mobilização, divulgação de informações, debate, criação de fóruns de discussão e outras formas participativas que promovam o engajamento do cidadão de maneira que esse possa ter um papel mais ativo dentro das políticas institucionais e, mais especificamente, no ciclo das políticas públicas. O uso das ferramentas contribui para a criação de canais de comunicação alternativos, pelos quais os movimentos sociais podem reproduzir seu próprio discurso e ampliar o repertório de mobilização e ação (*online e offline*) (PEREIRA, 2011). Essas ferramentas criam condições técnicas para que os cidadãos sejam incluídos no fazer democrático.

Mais recentemente, a popularização das Redes Sociais de Internet (RSI) transformaram essas plataformas em importantes espaços para o debate político. As RSI se caracterizam pelo papel ativo dos usuários na produção, transmissão e circulação de informações. Nesse sentido, diversas práticas de e-participação vêm sendo desenvolvidas nesses ambientes. Taylor-Smith & Lindner (2010) destacam que as RSI podem ser utilizadas para a discussão e formulação de políticas públicas, como o projeto HUYWY (*Hub Websites for Youth Participation*) desenvolvido na Estônia, Irlanda, Alemanha e Reino Unido, apresentado no workshop “*Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle*”, durante a Conferência EDEM 2009, em Viena. Os casos apresentados no workshop ilustram como aplicar ferramentas de RSI para aumentar a eficiência da participação cidadã no processo de produção de políticas públicas com exemplos de experiências com o uso do Facebook, blogs, Twitter e outras redes sociais para estimular a participação cidadã nos processos políticos.

O uso desses dispositivos oferece condições para o desenvolvimento de diversos tipos de ação política *online* (ciberativismo): difusão de informações, articulação com outros grupos, mobilização, engajamento, construção e alimentação de fóruns de discussão, pressão sobre os agentes públicos etc.

Outro fator importante na ação política da sociedade civil é a capacidade de mobilização de recursos (financeiros, materiais, políticos e humanos) de alguns grupos em prol de suas causas. Dessa forma, a capacidade e qualidade das instituições reunirem atores e capital social são importantes fatores na prática ativista das organizações. Na atual configuração da sociedade contemporânea, caracterizada pela heterogeneidade social, a sociedade civil tende a se organizar mais em redes organizacionais de movimentos (com diferentes identidades, mas com atuação em conjunto) do que pela formação de parcerias e alianças estratégicas conseguem ampliar seu poder de capitalização de recursos, possibilitando a transposição de fronteiras territoriais, articulação em diversos níveis de atuação e promovendo uma nova forma de ativismo (SCHERER-WAREN, 2006), que ao mesmo tempo visa superar o dilema da ação coletiva, assim como articular uma cadeia de equivalências (LACLAU, 1986) de suas diferentes lutas e práticas de *advocacy*.

Nesse novo formato de atuação, os atores (sejam coletivos ou individuais) com maior capacidade de conexão de redes são importantes fontes de poder dentro da conjuntura da Sociedade em Rede (CASTELLS, 2013a). A habilidade no direcionamento (programação) da rede e conexão com outras redes (comutação) com diferentes setores da sociedade é um elemento central dentro da prática política contemporânea. A ligação com grupos, indivíduos e instituições são fatores centrais para a promoção da cooperação, engajamento e criação de redes informais que permitem a acumulação de recursos políticos e financeiros (DIANI, 2003).

O conceito de capital social, por sua vez, possui diferentes leituras, mas pode-se compreender que está relacionado aos recursos que um indivíduo ou grupo conseguem mobilizar a partir de suas conexões sociais. O capital social pode ser acumulado e advém do investimento e dedicação do ator em suas relações sociais, possuindo assim uma dupla dimensão: investimento e benefícios (RECUERO, 2012).

A posse de capital social permite a formação de relações de confiança (e credibilidade) entre atores sociais dentro do espaço público, criando condições para a atuação coletiva em busca de benefícios mútuos (PUTNAM, 2006). Assim, os grupos ativistas da sociedade civil buscam investir em ações para acumular prestígio e confiança, para que possam dessas relações extrair recursos para suas causas e ações.

As relações de cooperação (laços), desenvolvidas por meio de relações de confiança, são fatores essenciais no processo de recrutamento dos movimentos sociais, exercendo um importante papel de socialização ao criar oportunidades para o engajamento individual e reduzir o custo da participação (DIANI, 2003). A formação de redes de movimentos sociais ou outras formas de organização da sociedade civil também exercem a função de conexão estrutural entre os membros e participantes, ampliando sua capacidade de influência, pressão e mobilização, trabalhando em uma dupla dimensão: agência e estrutura (PASSY, 2003).

Outro elemento considerado para a construção do IPPI é a e-participação em si. As dimensões da e-participação ainda são muito vagas existindo divergência nas categorias que estas englobam. Fato importante até aqui é que o engajamento na participação política tem procurado romper com o modelo *top-down* (do Estado para a sociedade civil ou de governantes para cidadãos) existentes em grande parte das políticas públicas desenvolvidas. Esse modelo ignora ou diminui a participação política cidadã. Assim, mais recentemente, observam-se modelos *botton-up*, que emergem da sociedade civil e influenciam as políticas adotadas pelo Estado.

Wilson Gomes (2011) faz uma interessante distinção entre ação e participação ao refletir sobre participação política e internet. Para o autor, a ação está mais ligada a um conjunto de atividades individuais como buscar informação, acompanhar e ler blogs e sites, entre outros exemplos. A participação, por sua vez, está diretamente ligada a um perfil ativo, como escrever em blogs e sites, fazer campanhas, assinar petições etc. A primeira pode fomentar a segunda, mas não se trata de participação em sentido estrito.

A e-participação tem colaborado para a promoção de novos meios de partilhar responsabilidades entre governos e cidadãos, uma vez que abre espaços de interlocução entre estes dois entes, empoderando entidades e organizações sociais na intervenção e atuação da vida política. Por um lado, o uso das ferramentas das TIC possibilita o envolvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade (MEIJERT et al., 2009). Por outro, auxilia no mecanismo de responsividade do Estado ao dar ouvidos aos anseios cidadãos, auxiliando, com isso, em uma das prerrogativas atuais da democracia, possibilitando sua qualificação (RENNÓ et al., 2011).

As organizações observadas nesta pesquisa, assim como muitas outras, utilizam o ciberespaço em suas ações políticas, que podem ser classificadas em seis categorias de análise, a saber: (i) e-informação; (ii) e-consulta; (iii) e-mobilização; (iv) e-engajamento; (v) e-deliberação e; (vi) e-empoderamento.

Segundo Araújo et al (2013a) e Tamboribus et al (2007) é possível definir essas categorias. Como e-informação compreende-se um canal de informação para os cidadãos a respeito do tema a que se refere uma ação. Vale a ressalva que os sites da internet são primordialmente canais de comunicação e publicização de ideias e valores. A e-consulta consiste em um canal de comunicação *online* para coletar do público desejos, respostas e alternativas para diferentes problemas. A e-mobilização é interpretada como uma ação de estímulos e convocação em campanha de determinadas iniciativas e medidas na defesa de alguma ideia ou valor por parte de grupos sociais e políticos.

A categoria e-engajamento ocorre quando os cidadãos compreendem a importância de valores e ideias que acreditam ser significativas em seu envolvimento e defesa em relação a outras propo-

sições discordantes. Ela difere da e-mobilização por contar com uma participação mais ativa dos cidadãos. A e-deliberação implica o auxílio na resolução de um impasse ou problema no processo de tomada de decisão, ou ainda em um planejamento de uma ação política a partir da discussão e debate entre atores sociais que se interessam sobre o tema proposto. Por fim, o e-empoderamento significa a transferência da influência, do controle, da proposição e da formulação de políticas (ou discussões públicas) para a população em geral, ou mais especificamente para os cidadãos envolvidos nas discussões políticas.

Os grupos da sociedade civil que atuam dentro do ciberespaço se valem de diferentes estratégias com o intuito de formar agendas capazes de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento de políticas. A partir do uso das TICs as estratégias passaram a ser adotadas pelos grupos de acordo com os diferentes contextos e objetivos. Algumas dessas estratégias já foram testadas em distintas ocasiões e podem ser organizadas em grupos. O potencial de mobilização em torno de um discurso e/ ou uma identidade é um fator essencial na prática política dos movimentos sociais, como apresenta Castells (2013b) ao discutir sobre o poder da identidade na Sociedade em Rede. As estratégias variam de ações simplesmente informativas a ações que congregam geração de conteúdo, mobilização e formação de lideranças.

Uma das estratégias de mobilização utilizada pelas organizações sociais é a criação de eventos em redes sociais de internet (RSI) e a convocação em cascata. Algumas instituições também procuram elaborar e disseminar conteúdos e promover sua circulação nas RSI. Aqui, é possível observar uma nova dinâmica nos usos da internet uma vez que os sites nem sempre são a principal fonte de publicação de ideias das instituições, pois algumas delas usam os espaços das RSI para ampliar a divulgação de seus projetos, propostas, ideias e valores.

Outra estratégia identificada é a criação de eventos artísticos, culturais e educacionais, tais como seminários, debates e cursos de formação como meio criativo de mobilização e engajamento. Também ocorre o uso de mensagens SMS, criação de enquetes, cadastramento de usuários, envolvimento de pessoas públicas e a circulação de vídeos.

Merece destaque o fato de que algumas instituições reconhecem a necessidade de manter atividades presenciais, tais como reuniões e grupos de debate, o que evidencia uma estratégia menos imediatista e com aspectos formativos. Ainda é possível identificar como estratégia a participação em órgãos governamentais, tais como os conselhos municipais, e a participação de editais para a obtenção de financiamentos públicos para, com isso, ser possível ampliar o alcance das ações.

Outro ponto fundamental identificado na atuação estratégica da sociedade civil, em suas mais diversas formas, é o uso dos meios de comunicação tradicionais de maneira a ampliar a repercussão das ações. Essa tática consiste na produção de conteúdos com o intuito de construir um capital social relevante capaz de servir de referência a jornalistas e, em alguns casos, para o próprio poder público, garantindo maior legitimidade (LAVALLE et al, 2006) para a ação desses grupos, coletivos e organizações. Com isso, determinada organização ou movimento acaba ocupando espaço na mídia tradicional, o que confere uma ampliação do alcance e da divulgação das ações. Outra estratégia adotada implica o envolvimento em ações específicas de atores sociais com capital simbólico, como intelectuais, artistas e esportistas, com o intuito de ampliar a audiência e a participação.

Contudo, a articulação política *online* precisa ter uma conexão com a prática política *offline* (política institucional), principalmente em relação à influência sobre políticas públicas. O uso dos canais de participação política e capacidade de influenciar órgãos e representantes políticos procura garantir que as ações desenvolvidas ganhem efetividade, seja para participar da formação da agenda, formula-

ção de alternativas, para a sua implementação e a avaliação de políticas, projetos, planos de governo e mesmo para garantir maior *accountability*.

Algumas instituições da sociedade civil possuem credibilidade (assim como capacidade de mobilização de recursos) suficiente para gerar conteúdos e formatar discursos que ganham espaço na web e nos meios de comunicação de massa. Outras instituições conseguem pautar a agenda do poder público preenchendo espaços de participação como conselhos municipais e consultas públicas. A presença de profissionais qualificados nessas ocasiões obriga os gestores públicos a incorporarem ideias e adotarem metas específicas em suas políticas (SANTOS et al, 2013).

O conhecimento do potencial de influência das ações adotadas por uma instituição pode significar um maior entendimento da relação entre governantes e governados no atual estágio de desenvolvimento da democracia (ARAÚJO et al, 2013b). O empoderamento do cidadão corresponde a uma nova fase de um longo processo de amadurecimento, tal como afirma Subirats:

A proposta de uma outra democracia, a proposta de uma democracia do comum, aqui parcialmente exposta, mas presente em muitos lugares e experiências em todo o mundo, está ganhando terreno e está presente na crescente mobilização social em todo o mundo. Não há dúvidas de que continuaremos falando dela e, melhor ainda, que continuaremos a experienciá-la (2011, p. 103).

Vale notar que a importância das ações adotadas é ampliada na medida em que as estratégias usadas contemplam a incorporação de atores sociais ao ciclo de desenvolvimento de políticas. As instituições deixam de ser meramente consultivas e passam a figurar junto aos gestores, contribuindo diretamente para a implementação e avaliação das políticas. Essa situação é ainda pouco comum, mas é possível verificar a cada dia uma ampliação dessa tendência em determinadas instituições, o que pode representar uma mudança na qualidade dos processos democráticos.

Mesmo atuando dentro do ciberespaço, a ação política dos grupos e organizações da sociedade civil precisa conseguir espaço dentro dos canais de comunicação da chamada mídia tradicional, como um importante elemento para o aumento do capital político, capacidade de mobilização de recursos e produção de legitimidade social e política. O atual modelo de comunicação se caracteriza não pela formação de esferas públicas comunicacionais concorrentes, mas pela convergência entre a esfera da web e dos *mass media* tradicionais, formando um complexo ecossistema comunicacional. O potencial de navegar nesses dois ambientes é um fator central para que os elementos apontados acima se concretizem de forma efetiva.

A pesquisa realizada pelo IBOPE<sup>85</sup> para a realização do Índice de Confiança Social – 2014 revela que embora as taxas de confiança dos brasileiros tenham caído nos últimos anos em vários aspectos institucionais, os meios de comunicação, em geral, ainda mantêm credibilidade perante os brasileiros. Nos números do IBOPE é possível observar que, em termos institucionais, os meios de comunicação ocupam o quarto lugar geral na confiabilidade brasileira, ficando atrás do Corpo de Bombeiros (1º lugar), Igrejas em geral (2º) e Forças Armadas (3º). Embora os números da confiança dos meios de comunicação estejam em declínio (de 71% em 2009 para 54% em 2014) ainda podem ser considerados altos em relação às outras instituições. Ademais, a queda da confiança atinge todas as instituições averiguadas pelo instituto no mesmo período.

<sup>85</sup> O IBOPE é o maior instituto de pesquisa da América Latina. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/ptbr/Paginas/home.aspx>>.

Essa crise das instituições brasileiras afeta a própria ideia de democracia no Brasil (MOISÉS, 2010 e MOISÉS & MENEGUELLO, 2013). Entretanto, por mais que a internet ocupe espaços cada vez mais amplos na sociabilidade, na ação e na participação política no Brasil atual, os meios de comunicação ainda gozam de prestígio e confiança, e principalmente se consolidam como principal esfera pública pela qual a população consome informação, conforme aponta a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 (citada anteriormente). Entretanto, é cada vez mais comum e usual a capacidade que as organizações que se organizam nas e pelas TICs têm de pautar assuntos e debates na mídia tradicional, como veremos adiante.

### **Descrição e mensuração das dimensões do IPPI**

A mudança no perfil de atuação da sociedade civil, conforme indicada na introdução do texto, abre caminho para que as entidades civis tenham uma participação mais ativa na vida pública. Os mecanismos de comunicação interativos e colaborativos da internet criam condições para que esses grupos da sociedade desenvolvam novas atividades políticas, principalmente no exercício de influência sobre políticas públicas setoriais. Com o objetivo de estudar essa prática, foi criado o Índice de e-participação Política e Influência (IPPI), que visa avaliar como a sociedade civil, dentro de sua heterogeneidade, está usando os recursos da internet para promover a participação cidadã e conseguir influenciar o processo de desenvolvimento de políticas públicas em pelo menos alguma etapa do ciclo.

A avaliação da participação (e-participação) e influência sobre políticas públicas envolve uma série de fatores complexos, que representam dificuldades metodológicas. Há a necessidade de uma múltipla dimensionalidade que abarca conhecimentos teóricos de diferentes campos de conhecimento como Ciência Política, Políticas Públicas, Comunicação Política, Sociologia, Ciência da Informação e áreas de pesquisa como e-participação, ciberativismo, movimentos sociais etc.

O Índice de e-participação Política e Influência da sociedade civil no ciclo de políticas públicas possui seis dimensões analíticas criadas com base na revisão da literatura sobre o tema, das diferentes áreas do conhecimento citadas acima. As dimensões tratam dos usos e recursos da internet (D1); atores e capital social (D2); e-participação (D3); estratégias de mobilização (D4); desdobramento da ação e relação com PPs (D5) e repercussão na mídia tradicional (D6).

O desenvolvimento dessas categorias procura analisar a capilaridade das relações entre sociedade civil e Estado por meio dos usos da internet tanto na mediação e articulação, quanto na repercussão das ações desenvolvidas pelos diferentes grupos. As categorias foram pensadas com o intuito de dar forma aos distintos níveis de participação política online e offline e as diferentes estratégias adotadas pelos grupos com o intuito de influenciar de alguma forma o processo de desenvolvimento de políticas.

Nesse sentido, o modelo de mensuração construído é formado pelas seis dimensões citadas acima e detalhadas no quadro abaixo. As dimensões visam integrar esses diferentes referenciais teóricos e metodológicos em uma ferramenta de análise e avaliação prática que facilite o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Elas procuram também verificar o potencial de influência exercido por grupos da sociedade civil, por meio do ativismo digital e sua ingerência sobre o ciclo de políticas públicas, evidenciando um novo *modus operandi*.

O quadro abaixo com a descrição das dimensões de análise do IPPI também apresenta a forma de mensuração de cada uma delas, que varia de uma escala de 0 a 5, conforme detalhado:

**Quadro 1: : Dimensões do IPPI**

<b>Dimensões do IPPI</b>	<b>Descrição</b>	<b>Mensuração</b>
1. Uso dos recursos da internet	Identificação e avaliação dos dispositivos comunicacionais que o grupo/ coletivo utiliza em uma ação ativista	<p>0 - quando não utiliza recursos da internet.</p> <p>1 - quando somente utiliza um site.</p> <p>2 - quando utiliza além do site, redes sociais, Youtube.</p> <p>3 - quando o site oferece ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PP</p> <p>4 - quando o site e redes sociais oferecem ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PP.</p> <p>5 - quando os usuários podem participar da produção de propostas e ações do grupo ciberativista.</p>
2. Atores e capital social	Identificação e classificação dos atores envolvidos quanto ao seu capital social para a mobilização de recursos financeiros e mobilização de pessoas	<p>0 - quando os atores envolvidos não possuem ligações com outros grupos ou instituições.</p> <p>1- quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais locais/ regionais.</p> <p>2- quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais nacionais.</p> <p>3 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais internacionais.</p> <p>4 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais e possuem vínculos com instituições públicas.</p> <p>5 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais, possuem vínculos com instituições públicas e atuam dentro dos mecanismos de representação política.</p>

3. e-participação	Identificação e classificação das formas de e-participação webativismo (com base nas categorias desenvolvidas por Tamborius et al, 2007 e Araújo et al, 2013)	<p>0 – e-informação: quando há apenas informação para cidadãos.</p> <p>1 – e-consulta: quando possibilita o recolhimento de informações do público em geral.</p> <p>2 – e-mobilização: quando a ação de estímulo e convocação na defesa de valores e ideias.</p> <p>3 – e-engajamento: quando além das características acima, os cidadão defendem suas ideias e valores em detrimento de outras.</p> <p>4 – e-deliberação: quando auxilia na resolução de impasses, tomadas de decisão a partir de discussão e debate entre atores políticos.</p> <p>5 – e-empoderamento: quando há transferência de influência, controle, proposição e formulação de políticas a partir dos desejos e anseios cidadãos.</p>
4. Estratégias de mobilização	Identificação e avaliação das estratégias de uso dos recursos do ciberespaço para a mobilização de recursos	<p>0 – quando as ações são meramente informativas, sem interatividade, apenas pela página da instituição e não procuram encorajar o engajamento da sociedade na causa em questão.</p> <p>1 – quando as ações utilizam ferramentas básicas de comunicação como envio de e-mails e encorajam a mobilização apenas através de informações publicadas em sua página.</p> <p>2 – quando ocorre a criação de eventos no Facebook e outras formas de interação e mobilização nas redes sociais.</p> <p>3 – quando ocorre a promoção da mobilização através de convocação em cascata e uso de torpedos, além das redes sociais.</p> <p>4 – quando a mobilização ocorre através de uma somatória de estratégias que envolvem o uso das TICs e ocorre o uso dos meios de comunicação de massa para ampliação da mobilização.</p> <p>5 – quando ocorrem ações de mobilização com utilização das ferramentas tecnológicas e utilização dos meios de comunicação de massa, além do desenvolvimento de ações offline de conscientização e promoção do engajamento social.</p>

5. Desdobramento da ação e relação com PPs	Verificar se após a realização de uma ação ou mobilização houve um desdobramento político: proposta de uma política pública, influência na formação da agenda, etc.	<p>0 – quando as ações não são consideradas pelo poder público.</p> <p>1 – quanto as ações são incorporadas a discursos, mas não são incluídas a projetos e a programas de governo.</p> <p>2 – quando as ações são incorporadas a projetos novos ou influenciam a revisão e avaliação de agendas do governo.</p> <p>3 – quando as ações são determinantes para a formação da agenda de governo e influenciam novos projetos e planos de metas para a gestão.</p> <p>4 – quando as ações implicam a elaboração própria de políticas que são incorporadas pelos governos. O governo mantém para si a tarefa de implementação e avaliação.</p> <p>5 – quando as ações implicam a elaboração de diretrizes e projetos por parte da sociedade civil que são incorporadas pelo governo. O Estado permite o envolvimento da sociedade civil também na implementação e avaliação do projeto.</p>
6. Repercussão na mídia	Identificar se a ação ou mobilização teve repercussão nas mídias tradicionais e dentro do ciberespaço	<p>0 - quando não há repercussão na mídia tradicional.</p> <p>1 - quando ocorrem referências indiretas da ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local.</p> <p>2 - quando ocorrem referências diretas à ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local.</p> <p>3 - quando ocorrem referências indiretas à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e tv) com ou sem referências a periódicos impressos.</p> <p>4 - quando ocorre referência direta à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e tv) com ou sem referências a periódicos impressos.</p> <p>5 - quando as ações são noticiadas e/ou comentadas de forma direta por meios eletrônicos e impressos com enquadramento propositivo, chamando a atenção do poder público.</p>

## Considerações finais

O IPPI em outros estudos já mostrou-se uma importante ferramenta de análise de práticas e ações das organizações da sociedade civil na influência sobre as políticas públicas (ARAUJO et al, 2015; ARAUJO et al, 2013a; ARAUJO et al, 2013b; SANTOS et al, 2013). Nesse artigo apresentamos uma versão consolidada do índice com a incorporação de críticas e sugestões recebidas, principalmente com a inserção de uma nova dimensão para que seja possível fazer a mensuração dos diferentes fatores que influenciam as práticas políticas e sociais das diversas entidades sociais que atuam na configuração da Sociedade em Rede.

Vale ressaltar que essas mudanças na relação entre poder público e participação política provocadas, na atualidade, em grande parte pelo uso das TICs, no caso brasileiro também se deve ao desenho institucional existente na promulgação da CF 88, que criou e incentivou novos canais e possibilidades de participação social na vida política. É possível verificar a ampliação do empoderamento cidadão oriundo dos conselhos sociais que, através de discussão democrática com a sociedade civil, fizeram e fazem com que o Estado sofra pressão no sentido de atender as vozes e demandas de sua população, procurando respostas e ações políticas em diálogo com a sociedade, aumentando sua responsividade na administração pública. Ou seja, as políticas implementadas deixam de ser de uma maneira impositiva de cima para baixo como foi caracterizada em grande parte da política na história brasileira, mas passam a ser dialogadas com a sociedade civil (ao menos parte delas).

A evolução dos desenhos institucionais, das TICs, e também o aprimoramento dos conselhos participativos (presentes em diversas áreas), tem propiciado que o próprio Estado brasileiro incorpore essas ferramentas, inclusive as TICs, na tentativa de ampliar espaços de participação cidadã, aumentando sua responsividade em relação aos anseios da população. O portal e-Democracia, ligado à Câmara dos Deputados<sup>86</sup>, pode servir como ilustração deste processo. O Executivo Federal desenvolveu um portal<sup>87</sup> que pretende aprofundar o diálogo direto com os cidadãos. Também criou o Decreto nº 8.243 que cria a Política Nacional de Participação Social. Esses exemplos ajudam a corroborar a ideia das TIs como ferramentas cada vez mais utilizadas nas práticas políticas por parte do Estado e por parte da sociedade civil.

Importante destacar que as ferramentas digitais de comunicação, conforme apontam os estudos de Bennett e Segerberg (2013), permitem uma personalização da política e o desenvolvimento de práticas políticas sem a necessidade da construção de organizações formais. Nesse sentido, o desenvolvimento das TICs e o aumento de pessoas conectadas à rede mundial de computadores propicia a entrada de novos atores políticos, sem grandes estruturas formais (sede física, equipe etc), que atuam conjuntamente com as organizações ativistas tradicionais criando um complexo ecossistema político. Neste contexto, o IPPI se mostra como uma importante ferramenta de análise de práticas políticas que utilizam os dispositivos digitais em suas ações, pois permite a mensuração de práticas das diversas organizações sociais que atuam dentro do atual cenário político.

Os diferentes grupos organizados da sociedade têm conseguido capitalizar essa realidade estabelecendo estratégias criativas, capazes de associar propostas qualificadas, desenvolvidas pelas instituições com expertise, a estratégias de mobilização massivas. Essa junção qualitativa e quantitativa no desenvolvimento de proposições e exercício de pressão tem chamado a atenção dos *policy makers*, dando forma a uma realidade que ainda deverá ser ampliada.

---

<sup>86</sup> Disponível em: <<http://edemocracia.camara.gov.br>>.

<sup>87</sup> Disponível em: <<http://www.participa.br/>>.

Ao tomar para si a responsabilidade de contribuição para o fazer público a sociedade civil organizada por meio do uso das TICs procura permitir que os cidadãos contribuam para a decisões políticas que afetarão diretamente suas vidas diárias.

Assim, o estudo das seis dimensões do IPPI: usos e recursos da internet (D1); atores e capital social (D2); e-participação (D3); estratégias de mobilização (D4); desdobramento da ação e relação com PPs (D5) e; repercussão na mídia tradicional (D6), permite identificar a capacidade de influência dos diferentes atores da sociedade civil sobre o processo das políticas públicas.

O IPPI pode servir de parâmetro para que novas estratégias sejam adotadas pela sociedade civil organizada e, principalmente, para que pesquisadores possam qualificar seu olhar para as múltiplas dimensões envolvidas no complexo fenômeno da ciberpolítica. Espera-se que esse trabalho possa despertar o interesse de outros estudiosos e pesquisadores sobre o tema, de forma a ampliar e desenvolver o debate a respeito da relação entre a sociedade civil e o Estado, bem como a necessidade e a possibilidade de se exercer pressão no processo de desenvolvimento de políticas públicas e a consolidação de um novo campo de estudos da Sociedade da Informação: Internet e Políticas Públicas.

## Referências

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 1597-1619, 2015.

ARAÚJO, Rafael. A. de P.; PENTEADO, Claudio; SANTOS, Marcelo. B. L. Mobilização social e sociedade civil em São Paulo: construção do índice de participação política. In: V Congresso da Compólitica, 8 a 10 de maio, 2013a.

ARAÚJO, Rafael. A. de P.; PENTEADO, Claudio. L.; SANTOS, Marcelo. B. Democracia digital e experiências de e-participação: construção do Índice de Participação Política e Influência no ciclo de Políticas Públicas. In: 37º Encontro anual da ANPOCS, 23 al 27 de outubro, 2013b.

BARBA, Carmen Haro; BLANCO, Víctor Sampedro. Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M en Teknokultura - **Revista de Cultura Digital y 29 Movimientos Sociales**, Madrid, v. 8, n. 2, 2011

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics**. Cambridge University Press, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. **Communication power**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013b.

DAHLGREN, Peter. The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. **Political Communication**, Washington - DC, v. 22, n. 2, 2005.

DIANI, Mario. Social Movements, Contentious Actions and Social Networks: 'From Metaphor to Substance'? In: DIANI, M. & McADAM, D. (Orgs.) **Social Movements and Networks: relational approaches to collective action**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.

- FREEMAN, Julie; QUIRKE, Sharna. Is E-Democracy a Myth? In: Conference for E-Democracy and Open Government, 2013.
- GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1.2: 41-47, 1986.
- LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006.
- MACINTOSCH, Ann. Characterizing e-participation in policy-making. In: 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 2004.
- MAIA, Rousiley. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MEDAGLIA, Rony. eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011). **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 3, 2011.
- MEIJER, A.; BURGER, N.; EBBERS, W. Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet. **Electronic Journal of e-Government**, v. 7, n. 1, 2009.
- MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: EDUSP, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO Rachel. **A desconfiança política e os seus impactos da Qualidade da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- PARRA, Henrique. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a 30 resistência. **Revista Pensata**, v. 3, n. 1, 2013.
- PASSY, Florence. Social Networks Matter But How? In: DIANI, M. & McADAM, D. (Orgs.). **Social Movements and Networks: relational approaches to collective action**. New York: Oxford University Press, 2003.
- PENNEY, Joel; DADAS, Caroline. (Re)Tweeting in the service of protest: Digital composition and circulation in the Occupy Wall Street movement. **New Media & Society**, Chicago, v. 16, n. 1, 2014.
- PERREIRA, Marcus A. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: IV Encontro da Compólitica, 15 abr. 2011.
- PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- RECUERO, Raquel. O Capital Social em Rede: Como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 10, n. 3, 2012.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy E.; LAYTON, Matthew L.; PEREIRA, Frederico B. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeio; Nashville: LAPOP, 2011.

SANTOS, Marcelo. B.; PENTEADO, Claudio. L.; ARAÚJO, Rafael. A. de P. Sociedade Civil y participación ciudadana en São Paulo. In: VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), 25 al 27 set.2013.

SCHERER-WAREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, 2006.

SEGURADO, Rosemary "Multitude and webactivism in the city of São Paulo", Ponencia apresentada in Congresso Internacional da International Political Science Association, (IPSA), 19 a 24 jul. 2014.

SUBIRATS, Joan. **¿Otra sociedad, Otra política? – De “no nos representan” a la democracia común**. Icara Editorial: Barcelona, 2011.

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. **Introducing eParticipation: DEMO\_net**. Consortium. IST Network of Excellence Project, 2007.

TAYLOR-SMITH, Ella; LINDNER, Ralf. Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle. In: 4th International Conference on Electronic Democracy, (Centre for E-Government), 2010.

WILSON, C. & DUNN, A. Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets. **International Journal of Communication**, Los Angeles, n. 5, 2011.

